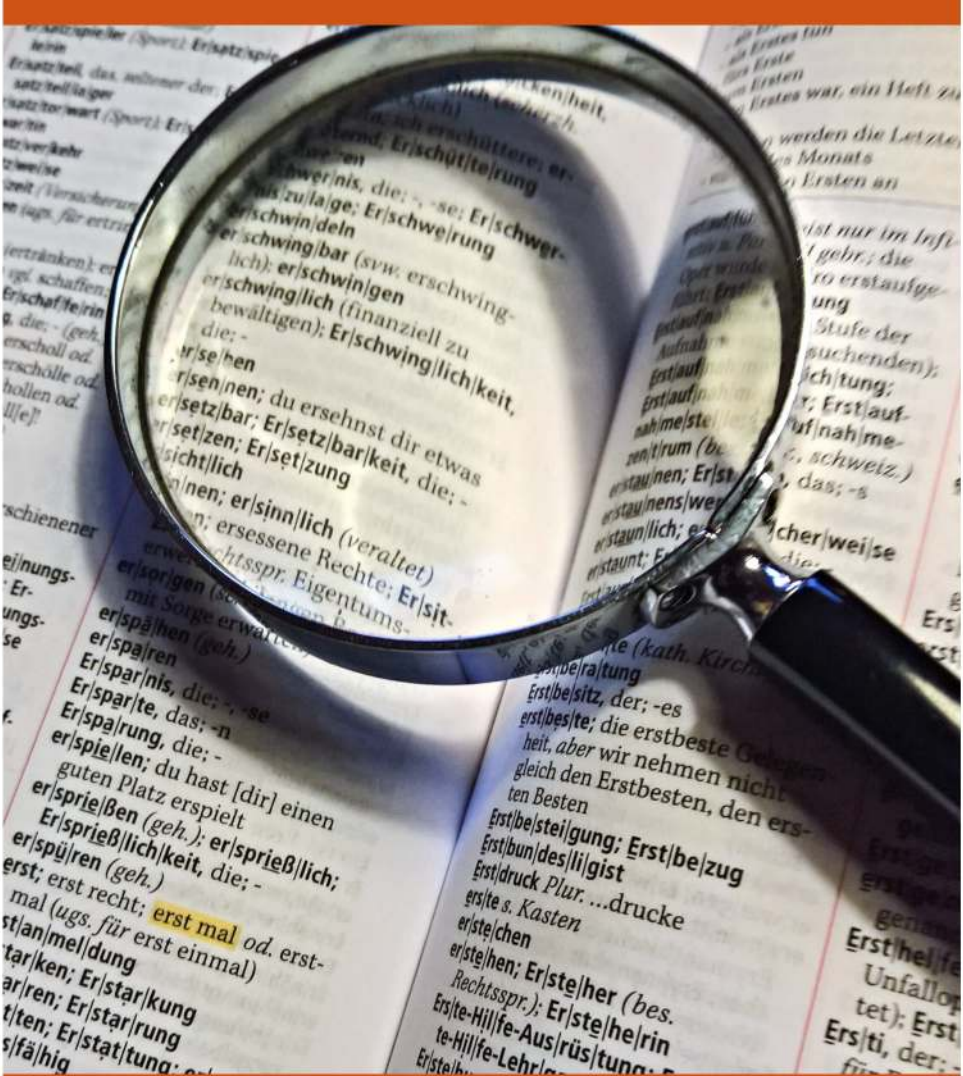


ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:

UMA ABORDAGEM PLURALISTA

VOLUME XXVIII

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Frederico Celestino Barbosa

Ensino, pesquisa e extensão: uma abordagem pluralista

28ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

Copyright© 2024 por Editora Conhecimento Livre

28ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238E Ensino, pesquisa e extensão: uma abordagem pluralista
/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2024

181 f.: il
DOI: 10.37423/2024.edcl1031
ISBN: 978-65-5367-586-5
Modo de acesso: World Wide Web
Incluir Bibliografia

1. conhecimento 2. pesquisador 3. desenvolvimento I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 30

https://doi.org/10.37423/2024.edcl1031

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

MSc Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior

MSc Humberto Costa

MSc Thays Merçon

MSc Adalberto Zorzo

MSc Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

PHD Willian Douglas Guilherme

MSc Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

Dr. Walmir Fernandes Pereira

MSc Edisio Alves de Aguiar Junior

MSc Rodrigo Sanchotene Silva

MSc Adriano Pereira da Silva

MSc Frederico Celestino Barbosa

MSc Guilherme Fernando Ribeiro

MSc. Plínio Ferreira Pires

MSc Fabricio Vieira Cavalcante

PHD Marcus Fernando da Silva Praxedes

MSc Simone Buchignani Maigret

Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Dra. Thays Zigante Furlan

MSc Camila Concato

PHD Miguel Adriano Inácio

Dra. Anelisa Mota Gregoleti

PHD Jesus Rodrigues Lemos

MSc Gabriela Cristina Borborema Bozzo

MSc Karine Moreira Gomes Sales

Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

MSc Pedro Panhoca da Silva

MSc Helton Rangel Coutinho Junior

MSc Carlos Augusto Zilli

MSc Euvaldo de Sousa Costa Junior

Dra. Suely Lopes de Azevedo

Dr. Francisco Odecio Sales

MSc Ezequiel Martins Ferreira

MSc Eliane Avelina de Azevedo Sampaio

MSc Carlos Eduardo De Oliveira Gontijo

Dr. Rodrigo Couto Santos

Dra. Milena Gaion Malosso

PHD Marcos Pereira Dos Santos

Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO
2025

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 6
O ENTRE-LUGAR SUBALTERNO E PERPASSADO DE IN-EXCLUSÃO DO SUJEITO ESTAGIÁRIO AUXILIAR DE PROFESSOR NO ENSINO BÁSICO
Isabella de Lima Nogueira
Icléia Caires Moreira
DOI 10.37423/241109439

CAPÍTULO 2 31
APLICAÇÃO DA METODOLOGIA MASP E ANÁLISE DE VIBRAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE FALHA
Cristiano Simplício Guimarães de Almeida
Lucas Costa Brito
Hermes Dias Godinho
Jorge Nei Brito
DOI 10.37423/241109441

CAPÍTULO 3 48
PROPOSTA DE PADRONIZAÇÃO DO ATENDIMENTO NA CENTRAL DE SERVIÇO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA POR MEIO DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
Gabriel Lopes Dortas
Michell Thompson Ferreira Santiago
DOI 10.37423/241109451

CAPÍTULO 4 61
A DIFICULDADE DAS CRIANÇAS COM TEA EM SE RELACIONAR NO AMBIENTE ESCOLAR
Lilia Gonçalves de Almeida
Gabriel Martins da Silva
Gustavo Tamioso Bueno do Prado
DOI 10.37423/241109452

CAPÍTULO 5 73
AVALIAÇÃO OBSERVACIONAL DAS PRÁTICAS DE BIOSSEGURANÇA POR PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM UM HOSPITAL PÚBLICO NO INTERIOR DA BAHIA
Robinson Moresca de Andrade
Jaciane Santana de Menezes
Danyelle Araujo Cardoso Bento
Maria Clara Queiroz Nolêto Sá
Indiara Marquene Félix da Silva
Luciana Pereira Silva
Paloma Moura Martins Dantas
Daiane Pedreira dos Santos
Wallas da Silva Araújo
Diogo Souza Bittencourt
DOI 10.37423/241109456

CAPÍTULO 6 80
LEVANTAMENTO EM PRONTUÁRIOS DAS INTERCORRÊNCIAS EM RECÉM-NASCIDOS INTERNADOS EM UM HOSPITAL PÚBLICO NO INTERIOR DA BAHIA.
Robinson Moresca de Andrade
Jaciane Santana de Menezes
Danyelle Araujo Cardoso Bento
Maria Clara Queiroz Nolêto Sá
Indiara Marquene Félix da Silva
Luciana Pereira Silva
Paloma Moura Martins Dantas
Daiane Pedreira dos Santos
Wallas da Silva Araújo
Rayssa Seixas lopes Sá
DOI 10.37423/241109457

CAPÍTULO 7 86
TECNOLOGIAS E PERSPECTIVAS DO ENSINO PÓS MARÇO DE 2020:RELATO DE EXPERIÊNCIAS
SARA REINHARDT
DOI 10.37423/241109459

CAPÍTULO 8 108
CONSTELAÇÃO FAMILIAR SISTÉMICA NO ÂMBITO DO DIREITO DA FAMÍLIA.
Pedro Borges Castro da Rocha
DOI 10.37423/241109474

CAPÍTULO 9 131
O USO DO SOFTWARE IRAMUTEQ NAS PESQUISAS EDUCACIONAIS NAS CATEGORIAS SEGUNDO PROFESSOR E NICOS POULANTZAS.
Iara Helena Voos Schmitz
DOI 10.37423/241109475

CAPÍTULO 10 151
PROMOVENDO A SAÚDE EMOCIONAL NA UNIVERSIDADE: REFLEXÕES SOBRE A PERCEPÇÃO DOS GRADUANDOS DA PUCPR SOBRE A INFLUÊNCIA DISCIPLINA FELICIDADE
Angela Maria Pelizer de Arruda
DOI 10.37423/241109476

CAPÍTULO 11 162
A CIGARRA NO INVERNO DE HEITOR VILLA-LOBOS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DAS FASES CRIATIVAS.
Edmar Dionizio
DOI 10.37423/241109480

Capítulo 1

10.37423/241109439

O ENTRE-LUGAR SUBALTERNO E PERPASSADO DE IN-EXCLUSÃO DO SUJEITO ESTAGIÁRIO AUXILIAR DE PROFESSOR NO ENSINO BÁSICO

Isabella de Lima Nogueira — *Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*

Icléia Caires Moreira — *Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*

Resumo: Este estudo objetivou problematizar o dito de estagiárias, acadêmicas de Letras/Pedagogia, atuantes na área da educação. Especificamente, interessou-nos (d)enunciar de marginalização que estes sujeitos experienciam dentro do ambiente escolar, na função de auxiliares de professores, ao serem postos para acompanharem crianças consideradas Pessoas com Deficiência, na rede municipal de ensino básico. Para tanto, utilizamos a Análise do Discurso de linha francesa (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2013), a arqueogenealogia foucaultiana (1997, 2014), a perspectiva discursivo-desconstrutiva (Coracini, 2007, 2010), somados ao viés decolonial (Mignolo, 2005; Castro-Gómes, 2005), para criar um dispositivo analítico capaz de interpretar os recortes eleitos. Para coleta dos corpora construímos um questionário aplicado pelo *Google forms*, compartilhado dentro do grupo de mensagens instantâneas de acadêmicos de Letras e de Pedagogia, obtivemos 7 devolutivas, das quais nasceram os recortes eleitos. marginalização que estes sujeitos experienciam dentro do ambiente escolar, na função de auxiliares de professores. Temos por hipótese que a representação do "Estagiário Auxiliar de Professor", nesta rede, mesmo amparada legalmente, é perpassada por processos mobilizadores de in-exclusão, que a aloja numa condição de *hostipitalidade*, nos lócus em que foi designado para cumprir seus encargos educativo-funcionais. Resultados apontaram para a in-exclusão do estagiário dentro do ambiente escolar, seu desvio contínuo de função e sua posição como sujeito, amparado por ação afirmativa, estrategicamente explorado como mão de obra barata nos sistemas escolares.

Palavras-chave: Discurso; In-exclusão; Sistema Básico de Ensino; Sujeito Estagiário.

INTRODUÇÃO

É sabido que a base organizativa da sociedade brasileira nasce fincada na desigualdade, calcada em questões de foro capitalista e elitista. Por esta razão, alguns cargos-função são criados em diversos lugares, de forma legalizada, para atender demandas sociais e significar em um limiar que habita a empregabilidade e a exploração. Sob as malhas de saberes e poderes institucionalizados, corpos dóceis são formatados para encaixar-se nas demandas sociais como entes fundamentais de uma maquinaria produtiva (Foucault 1997).

Sob este contexto, este estudo[1]objetivou problematizar o dito de estagiárias, acadêmicas de Letras/Pedagogia, matriculadas em diferentes anos das formações eleitas, atuantes na área da educação. Especificamente, interessou-nos: 1 - (d)enunciar o lugar de marginalização que estes sujeitos experienciam dentro do ambiente escolar, na função de auxiliares de professores, ao serem postos para acompanharem crianças consideradas Pessoas com Deficiência (PCDs), na rede municipal de ensino básico; 2- observar, a partir da noção de interdiscurso/memória (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2013), as representações desses sujeitos colocados para cumprir a função de profissionais especializados em Educação Especial, dentro da referida rede; 3- analisar, via perspectiva discursiva, como são construídas as representações de exclusão/in-exclusão/marginalidade que perpassam as materialidades coletadas, oriundas desses sujeitos; 4- apontar, via recortes discursivos e sondagem das formações discursivas que atravessam o dizer, os possíveis efeitos de discriminação erigidos dos processos coloniais, patriarcais e capitalistas constitutivos da sociedade ocidental e suas práticas de trabalho; e, por fim, 5- historicizar os acontecimentos discursivos, para compreender como é construído o enlace de discursos oficiais e não-oficiais que criam essas posições-sujeito forjadas a partir de práticas formativas/profissionais exploratórias e perpassadas de discriminação dentro da sociedade hegemônica.

Nesse limiar, temos por hipótese que a representação do “Estagiário Auxiliar de professor”, na rede básica de ensino, mesmo amparada legalmente, via ação afirmativa, é perpassada por processos mobilizadores de exclusão, que a aloja numa condição de hostipitalidade, nos lócus em que foi designado para cumprir seus encargos formativo-funcionais.

Como base teórico-metodológica, esta pesquisa baseou-se, transdisciplinarmente, na Análise do Discurso de linha francesa (Pêcheux, 1988, 2008; Orlandi 1984, 2007, 2013), em diálogo com a perspectiva Discursivo-desconstrutiva (Coracini, 2007, 2010), os estudos foucaultianos (1997, 2010, 2013, 2014) e as Epistemologias Decoloniais (Mignolo, 2005; Castro-Gómes, 2005; Grosfoguel, 2008;

Palermo, 2019), de forma a estabelecer uma trama de saberes capaz de compreender as condições de produção específicas (con)formadoras das representações marginalizadas e desmerecidas na sociedade, de forma a sondar razões que constituem este processo de assimetria social (Moreira, 2020).

Procedimentalmente, esta pesquisa trabalhou com coleta de dados, a partir de questionário semiestruturado *online*, aplicado pela ferramenta *google forms*, composto por vinte questões dissertativas, no período de março a maio de 2024, com o intuito de permitir ao estagiário expor a situação/sua visão do que é viver a experiência de estagiar de forma remunerada, em unidades escolares de ensino básico, amparado pela lei nº 11.788, promulgada em 25 de setembro de 2008. Esta ferramenta de coleta foi disponibilizada em um grupo de mensagens instantâneas em que alguns acadêmicos de letras e pedagogia fazem parte, desse conjunto de pessoas, 7 sujeitos responderam ao estudo. Coletados os formulários, foi feito um levantamento das regularidades discursivas do material angariado, das dispersões apresentadas e a segmentação (Orlandi, 1984) para a composição do *corpus*, por meio de recortes para análise, com vistas a constituição de um gesto de interpretação (Orlandi, 2013). Esta ação se deu com o consentimento dos respondentes e mediante esclarecimento que era para fins de pesquisa científica, ancorada na área da análise do discurso, nos certificando que todos responderam concordar com o uso anônimo dos dados, em face das questões éticas.

Esta mobilização justifica-se pela necessidade de se estudar as condições de trabalho dos sujeitos em formação, sobretudo, os que cursam licenciatura em Letras e Pedagogia, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, de modo a refletir como estes acadêmicos estão sendo inseridos dentro do perímetro educativo, por meio de uma ação afirmativa que lhes garante uma remuneração e um processo de construção de experiência no campo da docência e domínio de práticas pedagógicas. Faz-se mister lançar um olhar sobre a forma como esta mão de obra, em formação, tem sido direcionada dentro das unidades escolares, em face de sua vulnerabilidade e relatos de marginalização a que são acometidos em sua rotina como estagiários.

A partir da conjuntura explanada, resultados obtidos apontaram a marginalização e in-exclusão do estagiário dentro do ambiente escolar, seu desvio contínuo de função e sua posição como sujeito a ser explorado, com vistas a economia e não contratação de mão de obra especializada, por parte dos sistemas básicos de ensino, sobretudo, nas redes municipais. A pesquisa permitiu denunciar que é necessário, bem como urgente, a promoção de uma reformulação dos processos de fiscalização das

empresas contratantes e dos direitos/deveres relacionados aos serviços prestados por estes sujeito em formação, dentro do campo pedagógico.

Para fins de organização, este artigo está elaborado em 3 partes: o item 1, intitulado “Condições de produção do dizer: situando sujeito e objeto de pesquisa”, o item 2, nomeado como “Dispositivo teórico-metodológico: uma trama transdisciplinar”, item 3, um gesto de interpretação e, por fim, as considerações finais.

1. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DIZER: SITUANDO SUJEITO E OBJETO DE PESQUISA

Conforme Moreira (2020), as condições de produção do dizer tratam-se do construto das dimensões sócio-históricas, cujas implicações incidem na forma de se interpretar objeto e sujeitos de pesquisa, em Análise do Discurso. A partir deste pressuposto, trazemos, neste item, as informações cruciais para que se possa compreender como se organiza a condição existência do sujeito estagiário, posto na função de auxiliar de professor, dentro da rede básica de ensino.

O sujeito eleito para esta pesquisa existe na seara educativa, desde 2008, com a promulgação da lei nº 11.788. Este ditame legal ampara e regulamenta tanto o estágio supervisionado obrigatório quanto o não obrigatório, em todo o território brasileiro. Ancoradas no $ 2º do art. 2º desta lei, as pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios podem contratar pessoas, para estágios remunerados não obrigatórios. Basta que estes sujeitos estejam regularmente matriculados e frequentando um curso de nível superior, o ensino regular, a educação profissional, o ensino médio ou a Educação de jovens e adultos.

Nesse limiar, é que as secretarias municipais de Educação e escolas privadas contratam os serviços de empresas terceirizadas, especializadas em recrutamento de estagiários, para que selecionem acadêmicos para serem "Estagiários auxiliares de professores". Esses acadêmicos não têm vínculo empregatício, recebem um salário-mínimo ou, às vezes, até menos que isso, para cumprir uma jornada de 4 a 6 horas de trabalho, nos Centros de Educação Infantil (CEIs), escolas de ensino fundamental I e II, nas redes municipais e/ou escolas privadas em todo território brasileiro.

Esses estagiários, advindos de cursos da área da saúde e/ou da educação, em grande medida, são colocados para ajudar nas turmas de berçário, maternal I, II, recreação, dentro dos Centros de Educação Infantil – CEIs, ou são alocados com algum estudante incluso, isto é, uma pessoa com deficiência - PCDs, sem nenhum preparo antecedente para lidar com as peculiaridades concernentes

ao caso do estudante que lhes foi atribuído. Nas escolas de ensino fundamental I e II, são colocados, especificamente, para exercer a função de acompanhantes dos estudantes inclusos no ensino regular como substituto de um professor especializado em Educação Especial.

A questão de acompanharem PCDs, em unidade escolares, de diferentes etapas de ensino, acontece desde 2015, com a promulgação da LBI – Lei nº 13.146, de julho de 2015, instituidora da inclusão da pessoa com deficiência nas redes regulares de ensino. Vemos que se delineia, por meio dessa atividade de "contratação", um duplo descaso e um duplo processo de marginalização de sujeitos vulneráveis socialmente. Primeiro, com a qualidade do acompanhamento que o estudante incluso há de receber; segundo, com a formação e orientação do estagiário, acadêmico em formação, que não é treinado para o exercício de um acompanhamento especializado, que exige do profissional contratado temporariamente ou de forma efetiva (por concurso público) para o exercício da profissão, com nível de pós-graduação na área, no mínimo. Estes acadêmicos sequer terminaram suas graduações, alguns nem chegaram a cursar a disciplina de educação especial e, ainda que tenham cursado, não é o suficiente para lidar com as peculiaridades dos estudantes inclusos, cujo laudo de suas condições identitárias/físicas exige acompanhamento individualizado/especializado.

Sob este contexto, salientamos que eles cumprem demandas que vão além da sua condição formativa e preparo profissional, visto que para acompanhar um aluno incluso é necessário um licenciado com especialização em Educação Especial, ou na especificidade da deficiência que o estudante tenha, cuja formação vai ajudar a acompanhar, bem como compreender melhor as necessidades de aprendizagem do estudante, na sua peculiaridade. Os sujeitos desta pesquisa sabem que não tem o preparo/treinamento necessário para as demandas da inclusão, mas por serem uma fatia populacional socioeconomicamente carente e vulnerabilizada, também dependentes de ações afirmativas de inclusão no mercado de trabalho, se submetem para ter uma renda e manter-se estudando.

Este "funcionário" de baixo custo, sem vínculo empregatício, é muito vantajoso ao ente contratante do serviço, sobretudo, porque paga uma empresa terceirizada para contratar e gerir os processos de custeio. Dessa forma, as prefeituras e secretarias de educação apenas usufruem de seus serviços, deixando salientado que não há vínculo com o ente, mas com a contratante. Essa conjuntura, gera uma situação funcional assimétrica e de exploração, em que o estagiário só obedece e é rotulado pela equipe escolar como um tipo de "faz tudo", que precisa ser grato pelo trabalho, pois está aprendendo, e não se opor as funções designadas, ainda que extrapolem sua condição formativa.

A conjuntura supramencionada prescinde de gestos de interpretação de base científica que possam (des)construir os liames do preconceito que atingem essa parcela do povo brasileiro em formação. Esse contexto assimétrico e gerador de problemas sociais, cada vez mais perpassado de violência e assédios velados, conclama (d)enúncias sobre a forma que algumas profissões e formações têm sido significadas, como elas têm sido alvo de apagamento, silenciamento, de exploração, numa inclusão de base social e empregatícia que continua a excluir e acaba por trabalhar em seu avesso, causando mais estereotipação e marginalização dos sujeitos (Moreira, 2020).

Debater sobre essa situação é contribuir para a (des)sedimentação de discursos excludentes veiculadores e construtores de abissalidades (Santos, 2007), de falta de justiça social. Os sujeitos, classificados como estagiários, regulamentados por lei, mas não vinculados ao ente em que atuam, necessitam de discussões desconstrutoras e desestabilizadoras de rótulos exploratórios em que são alocados. São pessoas que precisam aliar atividade remunerada e estudo, merecem respeito do ente contratante, das unidades escolares para as quais prestam serviço, das secretarias municipais de educação, numa troca recíproca de crescimento pessoal e institucional.

Esse quadrante mostra como as políticas afirmativas podem ser o *Pharmacon* derrideano (Derrida, 2005), podem ser remédio ou veneno dentro das relações de poder e de saber que circulam na sociedade (Moreira, 2020). Rapidamente, elas podem criar condições, via discurso, para democratização do conhecimento e respeito à pluralidade ou fortalecer as amarras do ódio à diferença, da exploração dos sujeitos em condição vulnerabilidade social, como o caso do estuante que precisa do estágio remunerado não obrigatório.

2. DISPOSITIVO TEÓRICO-METODOLÓGICO: UMA TRAMA TRANSDISCIPLINAR

O escopo teórico-metodológico desta pesquisa pauta-se em um movimento transdisciplinar (Coracini, 2010), cujo mobilização se erige do diálogo entre epistemologias que são capazes de compreender o objeto e o sujeito de pesquisa. É por meio deste enlace que estabelecemos um diálogo entre a Análise do Discurso de linha francesa (Pêcheux, 1988, 2008; Orlandi 1984, 2007, 2013), a perspectiva Discursivo-desconstrutiva (Coracini, 2007, 2010), os estudos foucaultianos (1997, 2010, 2013, 2014) e as Epistemologias Decoloniais (Mignolo, 2005; Castro-Gómes, 2005; Grosfoguel, 2008; Palermo, 2019), para compreender as condições de produção específicas geradoras de representações marginalizadas, desmerecidas e vulnerabilizadas na sociedade hegemônica, constitutivas de assimetria social e de processo de in-exclusão de sujeitos (Moreira, 2020).

A análise do Discurso de linha francesa (Pêcheux 1988, 2008; Orlandi 1984, 2007, 2013) veio a contribuir com este estudo, em decorrência de sua importância para a construção da análise discursiva, no levantamento dos efeitos de sentido de exclusão, de in-exclusão que perpassam as atividades ancoradas por políticas públicas de base afirmativa e educativa (Moreira, 2020). A perspectiva discursivo-desconstrutiva (Coracini, 2007, 2010), une-se a esta trama por trabalhar a desconstrução, via pensamento derrideano, dos lastros que permitem um discurso erigir-se e circular de uma determinada maneira e não de outra.

A arqueogenealogia foucaultiana (Foucault, 1997, 2010, 2013, 2014) soma-se a este dispositivo analítico por funcionar como uma caixa de ferramentas capaz de ajudar a escavar os sentidos e rastrear as relações de saber-poder que se estabelecem no dito. E, por fim as epistemologias do Sul (Mignolo, 2005; Castro-Gómes, 2005; Grosfoguel, 2008; Palermo, 2019, Santos, 2007) possibilitam explorar questões geopolíticas, fazendo críticas a visão eurocêntrica (Mignolo,2005), trabalhando conceitos colonialidade do poder e do saber, feridas coloniais, invenções do outro, cuja base é a possibilidade de exploração (Castro-Gómes, 2005), sem considerar a pluridiversidade (Grosfoguel, 2008), estudando a resistência das ex-colônias valorizando aspectos culturais como o pilar do fortalecimento do povo latino para ser-saber-fazer (Palermo, 2019).

Este enlace teórico-metodológico ajuda a observar discursos circulantes sobre os sujeitos estagiários e desconstruir as obviedades que os coloca numa posição inferiorizada e explorada dentro das unidades escolares, de forma que se repense a maneira que os futuros profissionais estão sendo tratados e postos para exercer funções, dentro dos lugares a que são designados, quando assinam seus contratos de estágio remunerado não obrigatório.

3. UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO

A educação brasileira contemporânea está passando por uma enorme mudança de estruturação, sua grade curricular obrigatória está sendo, novamente, reformulada e realinhada, de forma a construir um cenário mais condizente com os preceitos educacionais estabelecidos constitucionalmente, sobretudo, em termos de diversidade (acolhimento das minorias). Nesse sentido, uma das questões que a educação básica enfrenta, atualmente, é a adaptação de alunos com TEA (Transtorno do Aspecto Autista), TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) e outras neurodivergências ao sistema educacional regular, pois há uma necessidade de profissionais especializados para

receber/educar estes alunos, somada a formação continuada de professores regentes, isso ainda não é uma realidade, na maior parte de nossas redes, sobretudo, as redes municipais de ensino básico.

Segundo a reportagem do site "G1.Globo.com"[2], em 2022, constatou-se que, de 2022 a 2023, no Brasil, o número de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados em salas de aula comuns — ou seja, junto com alunos sem deficiência — aumentou 50%: saltou de 405.056 para 607.144, segundo dados do Censo de Educação Básica. Claro que isso se deve ao maior acesso à laudos, antes estas crianças sequer podiam ter sua condição atestada.

Com o aumento de alunos laudados, com a designação de pessoas capacitadas que os acompanhassem em seu desenvolvimento junto aos professores regentes das turmas regulares, houve necessidade de mão de obra para atendê-los em suas especificidades. Em Mato Grosso do Sul, a rede estadual contrata um professor, com pós-graduação voltada para o AEE (aluno da educação especial). Entretanto, isso ainda não se dá na rede municipal de ensino.

O condizente com a necessidade dos estudantes em questão seria a contratação ou a abertura de concurso para professores com formação especializada em educação especial, para acompanhar os estudantes PCDs. Entretanto, não é isso que acontece. A conjuntura supramencionada ocasionou a contratação de estudantes de diversos cursos de nível superior para a função de estagiários (licenciaturas/bacharelados da área da saúde), cuja alocação é feita de modo a serem os acompanhantes dos estudantes com diferentes tipos de deficiência. No âmbito das licenciaturas, os mais comumente selecionados são acadêmicos de pedagogia, estudantes de licenciatura em Letras, História, Matemática, Educação física. No caso desta pesquisa, o levantamento primou pela coleta de dados entre acadêmicos de letras e pedagogia, da Universidade Federal de mato Grosso do Sul.

Estes estagiários, respondentes do questionário aplicado como ferramenta de coleta desta pesquisa, exercem a função de professores de apoio ao público AEE, cuja formação requer uma graduação que seja uma licenciatura e, no mínimo, uma pós-graduação em Educação Especial, com diferentes ênfases, a depender da deficiência que a sua formação se lapidou para atender, não podendo ser uma formação generalista, devido às especificidades das pessoas com deficiência (PCDs), em fase de escolarização.

Estes graduandos(as) em suas escolhas formativas, em construção, acabaram por ser uma alternativa rápida e barata para o poder, de âmbito municipal, de Mato Grosso do Sul, pois recebem menos que a metade do que um profissional formado, os valores variam entre 800 reais e 1 salário-mínimo, montante que é chamado de bolsa, em decorrência da forma de contratação, dentro desse nicho

específico da educação. Essa situação resulta em um enorme descaso com os estudantes PCDs, que prescindem de atendimento e acompanhamento especializado a sua condição, e com os próprios estagiários que, sem a formação necessária, sofrem muito para exercerem um trabalho de acordo com os parâmetros de consolidação da formação destas crianças e adolescentes, matriculados nas redes básicas de ensino.

Em face do exposto, nota-se que tanto a clientela a ser atendida quanto o estagiário que é selecionado para atendê-la são vítimas do processo de in-exclusão (Moreira, 2020) e de possível fracasso escolar. Visto que nem a criança/adolescente, nem o estagiário com função de apoio, nem o professor regente estão preparados para o processo formativo regular incutido de forma obrigatória pela LBI – Lei nº 13146/2015, também conhecida como o estatuto da pessoa com deficiência (Brasil, 2015). É dessa conjuntura formativa deficitária que nascem as coletas que funcionam como materialidade linguística para serem analisadas discursivamente nesta pesquisa científica. Não estamos, aqui, questionando a implementação da LBI, mas a forma que o Estado, enquanto ente gestor, tem levado a cabo as obrigatoriedades concernentes a processo de inclusão. A maneira pela qual as prefeituras têm "resolvido" a necessidade de acompanhamento especializados destes alunos, ao se valer de estagiários advindos de outra ação afirmativa, a lei nº 11.788/2008.

Para este gesto analítico foi necessário a criação de um questionário semiestruturado formado por 20 questões discursivas, a partir do qual o/a respondente, autorizava o uso de seu dito para finalidades científicas e registrava suas contribuições sobre certas situações vividas ou presenciadas, por eles(as), nas unidades escolares em que estão ou estiveram lotados na função de estagiários, em algumas cidades do interior de Mato Grosso do Sul. Do envio do formulário do *google forms*, com as questões que serviram de trampolim para falarem de sua condição de trabalho, na função de estagiário auxiliar de professor na rede básica de ensino, em 3 meses de coleta, obteve-se 7 respostas de acadêmicos de Letras e Pedagogia que trabalham na educação básica, nos anos iniciais. A baixa adesão à pesquisa se deve ao receio de perderem seus estágios, única fonte de renda, mesmo tendo lido que se tratava de um questionário de coleta anônima. As 7 contribuições angariadas foram divididas em dois eixos, o das regularidades e o da dispersão, conforme o movimento discursivo de seus dizeres.

Os questionários foram nomeados por letras e números, cada um deles é nomeado por siglas como "Q" para referenciar o questionário e "E" para indicar a resposta da estagiária/o e numerados pela ordem de recebimento das respostas. As análises nasceram de recortes segmentados (Orlandi, 1984) destes questionários e destes sujeitos de pesquisa, cuja identidade é mantida em anonimato, para fins

éticos de pesquisa, de forma a observar, sob um gesto de interpretação (Orlandi, 2013), que regularidades (o que se repete) e que dispersões (pontos esporádicos) (Foucault, 2014) que emergiram das materialidades eleitas. Isto é, como estes estudantes em formação, se representam no e pelo discurso, em face da condição de seu fazer pedagógico dentro das escolas da rede básica. Entendendo que não se pode fazer uma análise exaustiva, mas compor um gesto interpretativo, elegemos algumas respostas que consideramos representativas da condição de trabalho dos respondentes. Seguem os eixos.

3.1 EIXO1: REGULARIDADES DISCURSIVAS

Neste eixo, elegemos respostas dadas as questões 5, 7, 14 unidas por regularidades emergentes das materialidades registradas pelos respondentes.

O questionamento número 2 foi: "Qual é sua melhor e pior lembrança sobre o período de estágio?", de 7 respostas, 6 presentaram regularidades voltadas a situações de violência física e simbólica, além do sentimento de não adequação dos estagiários ao exercício função de acompanhar um estudante PCD, por falta de formação para lidar com a especificidade educativa. Vejamos:

> Q1E1: **ele me deu um soco na cara** por eu **não ter deixado ele quebrar meus óculos**. O fato de **vários adultos terem visto e nenhum ter feito nada me fez sentir muito vulnerável**, **continuei cuidando do mesmo menino enquanto ele tentava me dar mais socos.** (*Grifos nossos)*
>
> Q4E4: A pior lembrança é o **medo** que passei quando uma **criança se machucou**, pois ao **ganhar tanta responsabilidade, cuidar de muitas crianças sozinha por vários momentos,** onde **há alunos com todos os tipos de dificuldades** (TDAH, TEA, etc) e com famílias que muitas vezes não entendem todo o trabalho que é jogado em cima de estagiários que nunca lidaram com isso antes, acaba gerando muito medo e ansiedade. (*Grifos nossos)*

Como se pode ver, há no dito das respondentes o posicionamento de inadequação da forma como são alocados para o exercício da função de estagiárias, entendo que são postos para trabalhar acompanhando crianças PCDs. Em Q1E1, nota-se que estes sujeitos além de não terem conhecimento de como lidar com os alunos, são, por vezes, agredidos, em seu exercício de ofício "ele me deu um soco na cara", tem seus pertences destruídos "não ter deixado ele quebrar meus óculos". Além disso, percebe-se a omissão dos demais elementos da equipe pedagógica, como, por exemplo, professores e coordenadores, pessoas adultas e servidores com cargos, hierarquicamente, acima do(a) estagiário(a), que ao presenciarem a situação, não se manifestaram em face da violência sofrida, ainda que tenha sido causada pelo estudante que ela acompanhava, fato exposto no trecho "de vários adultos terem visto e nenhum ter feito nada me fez sentir muito vulnerável".

Essa conjuntura permite que a materialidade linguística possibilite o efeito de sentido de que os sujeitos estagiários trabalham sem apoio, diante das intercorrências que possam vir a acontecer, sentem-se como assevera Q1E1 “muito vulneráveis”, o que permite a emergência de sentidos que são vidas trabalhadoras expostas a diversas formas de humilhação: agressões e destruição de seus pertences, por parte do aluno atípico e omissão por parte dos companheiros de trabalho. Resta-lhes pela necessidade de ter uma renda, ainda que pequena, continuar a exercer as funções que lhes foram atribuídas, mas sem orientação de como agir, apenas entendendo que se trata de um serviço de cuidado, “continuei cuidando do mesmo menino enquanto ele tentava me dar mais socos”. Esse dito ainda mostra que apesar da agressão, a estagiária não foi realocada como outra criança, mas teve de permanecer acompanhando quem a agredia e tentava destruir seus pertences. Conforme Orlandi (2007), o silêncio em relação ao seu sofrimento, no exercício de sua função, é um tipo de omissão e escamoteamento da realidade vivenciada por estes estudantes, nesses postos de estágio.

Hostipitalizados (Coracini, 2007; Derrida, 2005), são acolhidos, mas hostilizados por negligência da equipe gestora ou por atos violentos dos sujeitos que são delegados para acompanhar e auxiliar no desenvolvimento e aprendizagem. Nas malhas do poder institucional, são vidas segregadas e marginalizadas, in-excluídos, pela forma de vínculo que tem, já que são terceirizados, e pela clientela que são postos para atender, sem a devida formação.

Conforme as respostas, estes sujeitos não se sentem preparados para as situações a que são submetidos, entretanto, são alocados na função de especialistas em nichos educacionais muito peculiares, cuja contratação/efetivação ficaria bem mais onerosa para a rede pública municipal que se vale deles, por meio de empresas terceirizadas. São uma espécie de *Pharmakon* derrideano (2005), um remédio para questão econômica das redes municipais de ensino, mobilizadores da criação de um nicho empresarial de recrutamento, mas um veneno para sua própria trajetória formativa, sua condição psicoemocional e para o aprendizado e acompanhamento do aluno, pois não tem um treinamento/alinhamento de ações para atuar, sua função é conter/cuidar, situação muito semelhante com o cenário em que os PCDs eram segregados, contidos/cuidados em suas casas, inclusive escondidos da sociedade por parte de suas famílias. Isso mostra que foram integrados, mas não incluídos ao cenário educacional regular.

Conforme o dicionário Aurélio (2008, p. 375), estagiário é aquele que “aquele que faz estágio, que se encontra, por um período probatório, exercendo uma atividade temporária numa empresa, instituição

etc.; *trainee*: professor estagiário", além disso, segundo a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, estágio se define por:

> Art. 1o Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008, s.p)

Essas definições mostram que, para o exercício da função temporária, é preciso treinamento e supervisão, caso que não se efetiva na prática, já que Q2E2 relata "ganhar tanta responsabilidade, cuidar de muitas crianças sozinha por vários momentos", além de ter de lidar com a incompreensão das famílias quando algo acontece, como relatado por ela: "uma criança se machucou". Assim, é possível observar que as escolas não cumprem com o as ações previstas na legislação, no qual o estagiário deve sempre estar sob a supervisão de um professor capacitado, não podendo ficar sozinho completamente com os estudantes, os ditos normais e os PCDs, pois está em processo de formação. Isso configura, conforme Foucault (2013) em um processo de exercício de poder que condiciona os corpos a disciplinamentos e explorações diversas, uma prática abusiva de distribuição de poderes e negação de saberes que deveriam ser dados para que o processo de estágio de fato se estabelecesse, sob a chancela do treinamento supervisionado. Lembrando que o professor regente não é o responsável por supervisionar o exercício do estágio com estudantes PCDs, pois não tem a formação e nem o cargo função para tanto.

Em sequência, na questão 7: "A partir da sua experiência e pela vivência pedagógica, acha adequada a contratação de estagiários como professor de apoio? Explique.", trouxemos 3 respostas que mantiveram a mesma a regularidade de sensação de despreparo e falta de treinamento para o exercício da função de apoio aos estudantes atípicos. Segundo os sujeitos colaboradores:

> Q1E1: **A contratação de estagiários para a função de professores de apoio é uma decisão muito perigosa**, **um estagiário não pode dar o mesmo ensino e não é qualificado como um professor de apoio.** Como estagiária posso garantir é extremamente difícil ensinar crianças sem uma formação para isso. Vi um caso de uma criança com síndrome de *down* saindo da escola (de ensino infantil) sem saber nada, nem mesmo escrever o próprio nome, e isso aconteceu porque no lugar de uma professora de apoio colocaram uma estagiária, ela não sabia como ensinar ele. (*Grifos nossos)*
>
> Q2E2: Não, pois **é necessário já ter experiência**, saber qual vai ser a melhor forma de lidar com situações, **uma experiência que estagiários não tem.** (*Grifos nossos)*

> Q4E4: Eu acho que **não é adequada, porque nós estagiários não temos formação, não aprendemos a lidar com esses casos mais específicos.** Eles **jogam uma grande responsabilidade em alguém que não sabe como estimular da forma certa a criança e depois cobram evolução.** (*Grifos nossos)*

Conforme foi exposto por Q1E1, Q2E2 e Q4E4, respectivamente, é possível compreender que o atendimento dos casos atípicos requer formação já concluída e uma vasta experiência é o fator primordial, “A contratação de estagiários para a função de professores de apoio é uma decisão muito perigosa, um estagiário não pode dar o mesmo ensino e não é qualificado como um professor de apoio” (Q1E1), “é necessário já ter Eexperiência [...] uma experiência que estagiários não tem” (Q2E2), “não é adequada, porque nós estagiários não temos formação”(Q3E3).

Nesse limiar, Nóvoa (1992) atesta que a construção da identidade profissional é construída a partir de um processo dinâmico que está em constante transformação e requer apoio. Nesses casos, em específico, o primeiro contato dessas graduandas com o ambiente escolar e com crianças atípicas, sem supervisão e perpassado de omissões geram situações traumáticas para ambos, para a estagiária e para o estudante. A estagiária não teve uma preparação básica para aquela situação, elas são “jogadas”, com assevera Q4E4, para “cuidar” dos estudantes PCDs, no sentido de apenas contê-los numa sala regular, em um cumprimento falacioso da LBI (Brasil, 2015). Aqui, vemos um caso de integração, mas não de inclusão de fato, um processo que Moreira (2020) chama de in-exclusão. Há uma lei que obriga o atendimento do nicho minoritarizado, essas pessoas são colocadas no ambiente solicitado pela ação afirmativa, mas não são de fato tratados e acolhidos como se deve para o respeito e desenvolvimento de sua trajetória educativa, conforme a sua diferença. Isso também acontece com os sujeitos estagiários.

Esse contexto ainda mostra o quanto a educação está carregada de uma perspectiva segregacionista e colonizadora, o sujeito dito anormal (Foucault, 2010), junto a quem zela por ele, são alvos de negligenciamentos, bastando apenas sua integração e não a sua inclusão como se deve, em face das leis em vigor. Disso também decorre o fato salientado por Q4E4, “depois cobram evolução” do estudante como resultado do trabalho do estagiário que o exerce sem apoio/supervisão. Há, aqui, uma tentativa de invenção do outro (Castro-Gómes, 2005), de um profissional que se estabelece com apoio, de um aluno que se desenvolve com acompanhamento, mas que são segregados e negligenciados em suas existências, no curso de suas atividades. A cobrança por resultados de evolução vem a somar-se como mais uma forma de violência, agora simbólica, de solicitação de um

retorno nascido da falta de respaldo e abandono orientativo dos estagiários por parte da rede que os "acolhe".

Em Q4E4, é dito que a formação das estagiarias "não é adequada, porque nós estagiários não temos formação", isso demonstra que as escolas/redes não estão cumprindo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro, de 2008 que define e classifica as relações de estágios, sendo que ela garante que o estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por um supervisor da parte concedente.

Essa contribuição da respondente denuncia que as escolas não supervisionam os estagiários, deixando-os sozinhos com as crianças, criando uma situação de vulnerabilidade para ambos, pois, estes acadêmicos não têm controle da situação, nem conhecimento consolidado para lidar com as adversidades que se estabelecerem. Também não se pode dizer que o professor regente seja um tipo de supervisor, pois, inúmeras vezes, falta a ele o conhecimento sobre determinadas deficiências e como lidar com os PCDs, precisando do apoio de um profissional da área que caminhe com ele, para a construção da trajetória educativa do aluno PCD.

Mediante a conjuntura, articulamos Palermo (2019), para dizer que as relações de saber-ser-fazer não se estabelecem com o apoio necessário, o que pode gerar danos irreparáveis na vida profissional de um e no desenvolvimento do outro, além de gerar responsabilização de quaisquer danos ao professor regente que não fez concurso ou foi contratado para atendimento especializado, mas para dar aulas no coletivo de suas turmas. Essa assimetria social de base exploratória gerada pelo capitalismo e desejo de contenção de gastos com as questões relacionadas aos PCDs -pessoas com deficiência, mostra o quanto a vida do dito anormal (Foucault, 2010), ainda é desconsiderada, bem como a vida precarizada de quem é posto para acompanhá-lo, ou para ensiná-lo. Na microcapilaridade dos poderes e saberes (Foucault, 1997), há a violação da inclusão, estabelecendo apenas uma integração que escamoteia o não cumprimento da lei gerada pelo Estado, por parte das instituições que lhe constitui.

Ainda pode-se salientar, com base em Q1E1 que a falta de conhecimento das escolas em relações aos tipos de síndromes, a não orientação do estagiário de apoio dos alunos é um grande obstáculo à inclusão. Note que a respondente relata o não desenvolvimento de uma aluna com *Síndrome de Down*[3] : "Vi um caso de uma criança com síndrome de down saindo da escola (de ensino infantil) sem saber nada, nem mesmo escrever o próprio nome, e isso aconteceu porque no lugar de uma professora de apoio colocaram uma estagiária, ela não sabia como ensinar ele". Em primeira instância, é preciso dizer que não é função do professor de apoio ensinar o aluno, mas mediar as atividades e

questões pedagógicas entre o professor regente e o PCD. A falta dessa mediação é que gera o fracasso escolar. Um estagiário sem treinamento e supervisão não tem bagagem para mediar essa relação de ensino-aprendizagem, os estudantes acabam sendo apenas contidos e relegados a fazer atividades, cuja adaptação também é questionável, por falta de orientação (Mantoan, 2003).

Um outro ponto a ser observado é que para cada laudo, há um rol de adaptações que precisam ser mobilizadas, não se pode generalizar o acompanhamento e o ensino-aprendizagem. Os estagiários ao admitirem serem "jogados" no fazer, denunciam que não possuem as informações cabíveis sobre a condição e rol de ações para lidar com a criança/adolescente a ser acompanhado. Conforme Davis e Fernández (2017), ter um laudo claro e específico é o primeiro passo para ter uma inclusão adequada do aluno é fundante, ter orientação de como agir é essencial, mas isso requer formação específica que, muitas vezes, nem a coordenação tem para oferecer, quanto mais o estagiário.

Na questão 14, foi perguntado se "Existe diálogo entre professor regente e estagiário, ou estagiário e direção, como é o acompanhamento da criança com deficiência por parte da equipe escolar? Explique.", em relação a isso:

> Q2E2: Não existe **nenhum diálogo**. O estagiário que aprenda sozinho, **pois ninguém está disposto ajudar**.(Grifos nossos)
>
> Q4E4: Pelo que eu acompanhei até hoje, **há pouco diálogo**. Na maioria das vezes as professoras me entregam uma atividade para fazer com o aluno e perguntam se ele teve dificuldade, mas **nunca sentaram para discutir sobre como melhorar**. **Acreditam q façam isso durante a reunião com a coordenação, mas não incluem o estagiário.** *(Grifos nossos)*
>
> Q5E5: Na escola em que eu estive, que é uma escola central, havia **bastante diálogo** entre as partes **professor/estagiário**, já **da direção, era apenas uma preocupação com aprovação do estudante em questão.** *(Grifos nossos)*

Pode-se perceber que, conforme as respostas do(as) estagiário(as) de Q2E2, Q4E4, Q5E5, respectivamente, que há "nenhum diálogo", "há pouco diálogo", "bastante diálogo entre professor e estagiário", ficando a direção apenas com o desejo de aprovar o aluno. Isso influencia diretamente no trabalho dos estagiários que sofrem in-exclusão (Moreira, 2020) por parte da escola, que a cobra resultados, mas não os escuta e inclui em momentos de debate sobre ensino-aprendizagem. O estagiário sofre de apagamento como membro da equipe que acompanha diretamente o aluno. Ele existe para contê-lo e dele cuidar, mas inexiste para dizer da condição do aluno que acompanha, para relatar como se desenvolve. Isso pode ser interpretado como "o que perguntar a quem não tem formação sobre o aluno", mas, no momento em que é posto sozinho para lidar com a criança, não se

questiona sua pouca bagagem formativa. Veja: “nunca sentaram para discutir sobre como melhorar. Acreditam q façam isso durante a reunião com a coordenação, mas não incluem o estagiário” (Q4E4). O imaginário e o interdiscurso (Orlandi, 2013) que habilitam alguém a ser requerido no diálogo especializado, bane o estagiário da conjuntura, ele não é preparado, mas o imaginário da figura que contém e disciplina o outro, que é tido como anormal, (Foucault, 2010) o coloca no pleito como um corpo que trabalha e que deve ser explorado, dentro de uma necessidade de mão de obra.

Um outro ponto a ser levantado é o fato de que a direção só se preocupa com a aprovação, (Q5E5) “já da direção, era apenas uma preocupação com aprovação do estudante em questão”. Uma conjuntura bem comum é a questão de construir bons índices de aprovação nas redes, isso faz com que os entes burocráticos se habituem em focar nos dados quantitativos e não nos qualitativos. Essa situação estabelece um processo de “empurrar” os alunos de um ano para outro, sem o pré-requisito necessário, algo que também acontece com as crianças atípicas. No que concerne aos PCDs, muitas unidades escolares ainda creem na ideia de que estão ali apenas pela socialização e não pela aprendizagem. Isso vem de um imaginário capacitista[4] que circula na sociedade há séculos.

Em (Q4E4), temos o dito de que a professora que acompanha a estagiária tem um diálogo raso com ela: “há pouco diálogo. Na maioria das vezes, as professoras me entregam uma atividade para fazer com o aluno e perguntam se ele teve dificuldade, mas nunca sentaram para discutir sobre como melhorar” (Q4E4). O par estagiário/professor regente não possui uma relação de troca de experiências e isso prejudica os estudantes envolvidos, além disso, emerge do dito um preconceito hierárquico entre a função do professor e a do estagiário, ambos deveriam ter o mesmo objetivo que é proporcionar a melhores ´práticas educacionais cabíveis para os alunos atípicos, mas ambos não sabem muito como agir. Outra forma de interpretar também, seria o fato de que a própria docente não sabe como orientar a estagiária, pois a função de supervisão desta acadêmica não é sua, ela também precisava de alguém capacitado para mediar o elo entre sua intervenção pedagógica e o aluno atípico. Impera-se o silêncio entre as profissionais (Orlandi, 2007), o que pode significar a desconsideração da professora em relação ao fazer do estagiário, numa visão de subalternidade ou seu desconhecimento que é escamoteado pelo não dizer nada a respeito de como sanar as dificuldades, isto é, ignorar a aprendizagem do educando por falta de capacitação para ensiná-lo.

Entre as regularidades (Foucault, 20214), pode-se notar, via recortes eleitos que o sujeito estagiário é alvo de violência física e simbólica, negligenciamento, censura e descaso dentro das escolas, é tão segregado quanto o estudante que acompanha, sua função é mais de cuidado que educativa, inúmeras

informações lhes são negadas pela instituição, é um sujeito silenciado no seu fazer laboral e sobre este fazer, a conjuntura o coloca no âmbito do ser-fazer, mas não do saber. Não tem funcionários que deveriam supervisionar e contribuir com o seu fazer, visto que isso não é atribuição da professora da sala, afinal ela também precisa de apoio. No próximo item, seguimos rumo às dispersões apresentadas.

3.2 EIXO 2: DISPERSÕES DO DITO

Entre as 7 respostas recebidas, 1 questionário destoou, consideravelmente, do que se estabeleceu, entendemos ser melhor analisá-lo em seu caráter de dispersão (Foucault, 2014). Na pergunta 7, "A partir da sua experiência e pela vivência pedagógica, acha adequada a contratação de estagiários como professor de apoio? Explique.", Q3E3 diz:

> **Muitíssimo**! Tanto para ser um auxílio ao professor como para **adquirir experiências na área**! *(Grifos nossos)*

A partir da materialidade segmentada (Orlandi, 1984), especificamente do advérbio de intensidade "muitíssimo", é possível interpretar que a respondente (Q3E3) acha "muitíssimo" adequada a contratação de estagiários, sem treinamento específico, na área de Educação especial, para lidar com crianças atípicas. O uso do advérbio de intensidade, no superlativo absoluto, demonstra a falta de conhecimento sobre a importância em se ter um profissional especializado junto ao AEE (Aluno da Educação Especial), incluso em sala regular, para contribuir e mediar o ensino-aprendizagem desses estudantes.

(Q3E3) também diz em sua resposta que estar na função de estagiário(a) auxiliar de professor, acompanhando um estudante atípico é uma forma de "adquirir experiência na área", "adquirir" é um verbo transitivo direto, que segundo Ferreira (2008, p. 96), significa "obter e conquistar algo", já "experiência" é um substantivo que significa "inserir o que significa aqui" (Ferreira, 2008, p. 389), ambos os termos utilizados por ela, para atestar que há de obter uma bagagem profissional a respeito da circunstância indagada. Entretanto, pergunta-se: se o professor regente e o estudante precisam do especialista ao seu lado para orientar e mediar como o ensino e a aprendizagem do aluno deve ser estabelecida e este profissional é o estagiário sem "experiência", em busca de aquisição, onde é que (Q3E3) vai encontrar a fonte do desenvolvimento profissional que almeja?

Problematizamos a situação, pois a profissional de apoio, a mediadora, a pessoa que deveria orientar e conduzir, ser o elo entre professor e aluno, é ele(a). Apenas o processo prático da rotina de acompanhamento, sem a condução e supervisão de quem é da área não é suficiente, para gerar um

arcabouço de conhecimentos tal como o sistema de educação exige. Se assim fosse, não se teria um nicho de formação específico para lidar com tal conjuntura.

Sob ótica de Orlandi (2007), pode-se asseverar que há, aqui, um processo de silenciamento, das questões que remetem ao ensino-aprendizagem do estudante atípico, pois a resposta reduz o atendimento deste sujeito ao mero cuidado com ele, em sala de aula, soterrando uma gama de orientações que precisam ser dominadas e aplicadas pelo profissional de apoio (Mantoan. 2003), por meio de sua formação e experiência adquirida em face da deficiência atestada por laudo, tendo cada uma sua peculiaridade.

Também é utilizado dois pontos de exclamação, o primeiro acompanhado do advérbio “muitíssimo”, para dar ênfase a sua resposta. Isso pode ser interpretado como uma autojustificativa de sua relevância no contexto educativo questionado, dentro da função que cumpre. Sabemos que os sujeitos de pesquisa necessitam da renda para manter-se e até para custear os gastos com seus estudos, de forma que dizer da sua inadequação poderia gerar um registro da sua não necessidade e substituição por um profissional da área. Além disso, discordar da maquinaria estatal, mesmo que de forma anônima, para muitos é colocar em risco seu ganha-pão, as relações de poder-saber (Foucault, 2013) dentro do cenário educativo cerceiam o dito dos funcionários, sobretudo, dos que atuam via contrato, caso dos estagiários.

Na questão 10 da ferramenta de coleta, é perguntado se há desvio de função dentro cargo, “Qual sua opinião sobre estagiário executar diferentes funções (para além daquilo que foi contratado?”. A maioria confirmam isso, dando exemplos, entretanto em (Q3E3), temos a seguinte resposta:

Toda **experiência** e aprendizado é **válido**. *(Grifos nossos)*

Pode-se perceber que suas escolhas de vocabulário não respondem à questão, ela somente promove mal de arquivo (Coracini, 2007; Derrida, 2001) dizendo uma coisa em lugar de outra, justificando que se há algum desvio, serve de aprendizado. (Q3E3) chama, em sua resposta, “desvio de função” de “experiência válida” uma forma de construir seu dito mascarando e escamoteando o fato de que as estagiárias fazem diversos serviços que não lhes competem, sem formação/treinamento, sem supervisão prescrita em lei. Esse processo enunciativo mostra como a representação de estagiários auxiliares de professores da rede básica de ensino, são vistos, pelos outros e, em algumas circunstâncias por si, como “o faz tudo da educação”, a mão de obra barata e despreparada que pode ser colocada em toda e qualquer função, em um jogo de forças em que experiência e exploração se (con)fundem. Lugar em que saberes e poderes se estabelecem criando uma assimetria social

(Foucault, 2013), em que o vulnerável, acolhido, via legislação, jogado na valeta de aprendiz, pode ser explorado de diferentes formas, para além do combinado no ato de sua contratação.

Em sequência, elegemos questão 5: "Qual é sua melhor e pior lembrança sobre o período de estágio?", (Q3E3) responde:

> Pior lembrança, **não tenho nenhuma**! *(Grifos nossos)*

Nota-se, novamente, o uso da exclamação para enfatizar a sua resposta, pode-se perceber que a(o) colaborador(a) faz o uso da retomada de informação, trazendo de volta parte da pergunta feita e, depois, a responde, demonstrando que reflete sobre o fragmento que mais lhe chamou atenção e responde com uma negação "não tenho nenhuma", numa tentativa de escamotear a conjuntura de abusos, uma vez que na questão anterior, foi possível ver que trabalha sob desvio de função com frequência, o que chama de ganho de experiência e aprendizado "válidos", de forma inconsciente (Q3E3) tenta acreditar que não há problemas em seu ambiente de trabalho e que, ao relatar dessa forma, eles não vão emergir em seu dito (Pêcheux, 1988).

Diferentemente dos(as) demais respondentes que exemplificam suas melhores lembranças e circunstâncias vividas, (Q3E3) não faz nenhuma menção das experiências positivas que viveu, uma forma de silenciar a sua condição de trabalho (Orlandi, 2007), erigindo uma versão editada da sua realidade, já que sabia que estava respondendo um questionário para finalidades científicas de análise. Assim, é possível observar o silenciamento trabalhado por Orlandi (2007) na visão de (Q3E3), em que se nega, via inconsciente, a enxergar criticamente sua própria situação de exercício de função, preza a um poder pastoral que a explora (Foucault, 1997), dentro do ambiente escolar no qual está inserido(a), simplesmente silenciando (Orlandi, 2007) as situações que ocorrem em seu dia a dia. O(a) respondente submete-se a função de colonizado(a) no ambiente educativo, assimetricamente organizado para a exploração de uns e a condução do trabalho por outros (Grosfoguel, 2008).

Quando é questionado(a), na pergunta 6, como se sentia exercendo a função de estagiária dentro do ambiente escolar, na questão que segue, (Q3E3) explicita:

> **Sinto importante** e com **responsabilidade dobrada** sobre uma a vida de outro indivíduo.

Note que (Q3E3), mesmo dizendo que se sente "importante", deixa escapar que tem "responsabilidade dobrada", o seu inconsciente emerge e expõe no dito que se sente fazendo mais do que deveria, "o dobro", sobre a vida de outro indivíduo, o aluno. (Q3E3) sabe que sua função seria conduzir processos formativos com supervisão de um profissional da área, mas que carrega a carga de

responsabilidade dela e desse profissional consigo. Aqui, seu dito o(a) trai, deixando emergir que ser estagiário é um ser importante, porque faz o serviço dobrado, que o ente estatal deveria conferir mais profissionais para o pleito, sobretudo, com formação para tanto.

Em síntese, (Q3E3) também se sente explorado(a). Ainda que tenha respondido às questões, de forma a transformar os abusos sofridos em uma espécie de mérito, pois interpreta esse acúmulo de responsabilidade como uma maneira de se dizer indispensável, uma maneira de sentir-se pertencente a equipe pedagógica, como ente colaborador requisitado, não como um(a) estagiário(a), sujeito temporário, mão de obra barata a ser explorada, fruto de uma maquinaria colonizadora que vulnerabiliza populações para explorá-la de forma estratégica (Mignolo, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na hipótese eleita, nos objetivos traçados, ancorados no aporte teórico-metodológico utilizado, é possível dizer que o sujeito estagiário está em condição de in-exclusão (Moreira, 2020), numa relação de cargo-função sem definição que o ampare dentro das unidades escolares que o coloca em situações de silenciamento, segregação, negligenciamento e exploração de sua força de trabalho. Representativamente, é uma massa populacional a ser explorada pela maquinaria estatal e privada, sobretudo, no nicho educacional, condição viabilizada pelo discurso legal e educativo, ancorado nas formações discursivas capitalista e educacional.

A posição na qual estes sujeitos se encontram é a de marginalizados, as escolas utilizam do estagiário para suprir uma enorme lacuna relacionada ao respeito à diversidade, o Estado pressiona as escolas para a incluírem alunos atípicos, via legislação, e as instituições de ensino, geridas por secretarias municipais de educação, para não terem de contratar professores de apoio especializados, recorrem a um processo de terceirização da educação. Nesse limiar, o estagiário é tratado como tipo de “faz tudo” nas unidades de ensino-aprendizagem e posto para atuar em condições insalubres de trabalho, de formação e de existência.

O estagiário é o futuro professor e, desde o cargo de estágio, ele já sofre com a exclusão por parte dos próprios professores, bem como pela equipe gestora, o que podemos dizer que inicia um ciclo exploratório que se dá dentro do sistema educacional, que funciona com ajuda dos entes prejudicados pela maquinaria produtiva. Ou seja, o estagiário é excluído pelos professores, que são explorados e excluídos pela coordenação/ direção, que sofre pressão dos órgãos governamentais. As políticas de inclusão social, se dizem amparadoras dos vulneráveis, mas não são efetivamente fiscalizadas e isso

dá margem para conjunturas como essa que trabalhamos nesta pesquisa. Elas são negligenciadas e, algumas vezes, criadas para usufruir da vulnerabilidade alheia, ou mesmo desvirtuadas de seus propósitos em prol de questões econômicas, que a todo custo deseja enfraquecer a educação, com cortes estratégicos de gastos em lugar de investir.

O Brasil tem o hábito de criar discursos de oportunidade, para captação exploratória, isso vem da nossa ferida colonial (Mignolo, 2003; Grosfoguel, 2008), com o fim da escravidão, a população negra ganhou uma liberdade que não a libertou, imigrantes ganharam empregos que beiravam semiescravidão. Diante disso, podemos dizer que temos muitos rastros e resquícios ancorados em assimetrias sociais, cuja ideia é tirar vantagem de populações vulnerabilizadas e necessitadas de renda para sobrevivência (Moreira, 2020).

Conforme o exposto é importante ressaltar que a situação em que os estagiários se encontram é resultado desse processo sócio-histórico, que não fiscaliza as instituições, tanto públicas, como prefeituras, e as privadas, que fazem uso do trabalho dos estagiários, não só na área da educação. Resultados mostraram que as terceirizadas contratantes e redes abusam de poder na contratação e manutenção dos estagiários, visando a mão de obra barata e mecanismos que permitem mostrar que cumprem duas leis em concomitância.

Descontruir esse cenário passa por uma reformulação dos protocolos de atividades a serem atribuídas a esses estudantes, da legislação, da fiscalização nas instituições, pela garantia ao direito de ser respeitado no exercício da atividade de estágio remunerada e poder aprender com ela, sem que o sujeito passe por processos de in-exclusão de diferentes ordens e contextos na construção de sua formação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 10 de jul. 2024.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/l13146.htm?msclkid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab. Acesso em: 01 de ago. de 2024.

ARROYO, Miguel González. Ofício de Mestre: Imagens e Autoimagens. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

DAVIS, Cláudia; FERNÁNDEZ, Alicia. Manual dos transtornos escolares. Porto Alegre: Artmed, 2017.

NÓVOA, A. Os professores e a sua formação. São Paulo: Publicações Dom Quixote, 1992.

CASTRO-GÓMES, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p.169-186.

CORACINI, M. J. A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira). Plurilinguismo e tradução. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

_____. Vozes (des)ordenadas e (in)fames. In: MILANEZ, N.; GASPAR, N. (Orgs). A (des)ordem do discurso. São Paulo: Contexto, 2010a.

DERRIDA, J. Mal de arquivo. Trad. Cláudia de M. Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. A farmácia de Platão. Trad. Rogério Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

FERREIRA, A. B. H. Miniaurélio: o minidicionário da língua Portuguesa. 7 ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2008

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Trad. Roberto Machado.11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

_____. Os anormais. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

A ordem do Discurso. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio, 23 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. A arqueologia do saber. Trad. Luiz F. B. Neves. 8. ed. Rio de janeiro: Forense Universitária, 2014.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, março de 2008, p. 115-147.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

MOREIRA, I. C. O processo de subjetivação do Indígena em material didático subsidiado pelas (novas) tecnologias. Araraquara: Letraria, 2020.

NETO, A.; MAZUCHELLI, L. P.; MOTA, V. M. Linguística aplicada de resistência: agência radical, transgressões e política para transformação social escolar. In: NETO, A. T. (org.). Linguística Aplicada de resistência: transgressões, discursos e política. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021. p. 25-46

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar? Série Estudos. Nº 10. Faculdades Integradas de Uberaba (linguística: questões e controvérsias), p. 9-26, 1984.

_____. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

NOTAS

Nota 1

Esta pesquisa é resultado de uma iniciação científica, viabilizada pelo Edital PIBIC/UFMS-2023, mobilizada a partir de estudos linguísticos filiados à Análise do Discurso.

Nota 2

TENENTE, Luiza. Em um ano, 200 mil alunos com autismo foram matriculados em escolas comuns; falta de apoio a professores ainda é obstáculo.Disponível em: https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/04/02/em-um-ano-200-mil-alunos-com-autismo-foram-matriculados-em-escolas-comuns-falta-de-apoio-a-professores-ainda-e-obstaculo.ghtml. Acesso em: 12 de jun. de 2024.

Nota 3

Segundo o site da Biblioteca Virtual em Saúde, a Síndrome de Down (SD) ou trissomia do cromossomo 21 é uma alteração genética causada por um erro na divisão celular durante a divisão embrionária. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/21-3-dia-mundial-e-dia-nacional-da-sindrome-de-down-o-que-significa-inclusao/. Acesso em: 01 de ago. de 2024.

Nota 4

Conforme Mantoan (2003), o capacitismo é o preconceito/discriminação destinado à pessoa com deficiência, enxergando-a como inferior, incapaz ou inapta a fazer determinadas coisas ou a aprendê-las.

Capítulo 2

10.37423/241109441

APLICAÇÃO DA METODOLOGIA MASP E ANÁLISE DE VIBRAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE FALHA

Cristiano Simplício Guimarães de Almeida

Instituto de Ensino Superior Albert Einstein (IESAE); Pós-Graduação

Lucas Costa Brito

DYNAMIC Services Consultoria Ltda; Consultoria

Hermes Dias Godinho

Instituto de Ensino Superior Albert Einstein (IESAE); Pós-Graduação

Jorge Nei Brito

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ); Departamento de Engenharia Mecânica (DEMEC)

Resumo: *Durante a vida útil dos equipamentos, os mesmos podem estar sujeitos a diversos defeitos que se não forem corretamente detectados na sua fase embrionária poderão evoluir para falha. Dentre as principais causas de vibrações mecânicas excessivas, destacam-se o desbalanceamento, desalinhamento, folga mecânica, defeitos nos rolamentos e problemas de rigidez de base. Neste artigo apresenta-se um estudo de caso de uma falha prematura identifcada através da Análise de Vibração nos equipamentos rotativos em uma usina de benefciamento de minério em uma mineradora. Também será apresentada a metodologia MASP (Metodologia de Análise e Solução de Problemas), utilizada para a identifcação, avaliação e resoluçãodo problema. Os resultados mostram a importância do uso de Técnicas Preditivas combinadas com Ferramentas de Qualidade indispensáveis na identifcação, análise e solução dos problemas, proporcionando aumento da disponibilidade dos ativos com a confabilidade desejada. A identifcação prematura da falha permite o planejamento e atuação preventivamente reduzindo signifcativamente os custos da manutenção.*

Palavras-chave: *Análise de Vibração, Falta de Rigidez, MASP.*

1. INTRODUÇÃO

Com o advento da indústria 4.0, e a busca constante pela confiabilidade dos equipamentos, uma parada de máquina e/ou equipamento, por falha ou quebra, gera perdas para a empresa. A Manutenção Preditiva tem um importante papel neste cenário com a aplicação de técnicas e ferramentas para garantir a utilização maior da vida útil dos equipamentos e antecipar a identificação dos defeitos incipientes nos componentes das máquinas.

Para Almeida (2014), a Manutenção Preditiva permite a indicação das condições reais de funcionamento da máquina. Isso é possível através de inspeções periódicas realizadas com instrumentos específicos onde fenômenos como elevação da temperatura, aumento da vibração, ruídos excessivos, entre outros, são detectados. Esta análise permite o acompanhamento da evolução de um defeito e também o planejamento da intervenção, além de indicar o tempo de vida útil dos componentes das máquinas e equipamentos, bem como as condições para que esse tempo de vida de seja bem aproveitado.

De acordo com Kardec e Nascif (2015), em vários tipos de indústria, o acompanhamento e Análise de Vibração está entre as mais importantes técnicas de predição. Basicamente, o acompanhamento da vibração está concentrado nos equipamentos rotativos. Afirma ainda que as metodologias de análises, instrumentos e aparelhos, softwares de apoio e sistemas especialistas, se encontram num estágio bastante avançado.

Ao se instalar um equipamento novo, espera-se que sua vida útil seja a maior possível, ou seja, no limite ao qual foi projetado e isento de problemas ou falhas. Contudo, deficiências de projetos, erros de especificação ou fabricação, além de falhas no transporte, instalação, operação e manutenção tornam as máquinas pouco confiáveis e suscetíveis a diversas falhas por vibração. (ZAMMAR, G. et al., apud Silva, 2014).

Estudos apontam que mais de 50% das paradas de máquinas nas indústrias brasileiras acontecem por causa de problemas relacionados ao alinhamento dos eixos. Acredita-se que 90% das máquinas funcionam fora das tolerâncias de alinhamento recomendadas. (TECMECÂNICO 2011).

Estruturas não-rígidas, podem apresentar níveis de vibração indesejados durante sua operação. Outros modos de falhas poderão surgir no equipamento em decorrência desse problema, tais como falhas em rolamentos, desalinhamento, fadiga, fissuras, elevado nível de ruído, folgas mecânicas, entre outros. (SALES et al., 2015)

Segundo Paes; Santos e Beltrame (2014), a lubrificação deficiente, desbalanceamento, baixa rigidez mecânica e outros fatores, também contribuem para a falha de máquinas, mas é amplamente aceito que o desalinhamento é a principal causa. Acredita-se que 50% das falhas de máquinas são devido ao desalinhamento. Máquinas desalinhadas também podem consumir mais energia.

Sales et al. (2015) apresentaram a identificação da falta de rigidez em pedestais de rolamentos através da análise de vibração. Após identificação deste modo de falha, definiu-se e foi implementado o reforço na estrutura para corrigir a falta de rigidez. Após a implantação foi realizada uma nova análise de vibração. Os resultados obtidos antes e pós correção foram comparados, comprovando a sua eficácia.

Neste trabalho apresenta-se um estudo de caso de uma falha prematura identificada através da Análise de Vibração nos equipamentos rotativos em uma mineradora. Também será apresentada a metodologia MASP (Metodologia de Análise e Solução de Problemas), utilizada para a solução do problema.

2. INTRODUÇÃO

O presente estudo foi estruturado na Metodologia de Análise e Solução de Problemas - MASP. Aplicado em diversas empresas que primam pela busca pela qualidade de produtos e serviços, o MASP, segundo Rodrigues (2013), é um método estruturado e sistemático, estruturando em outro modelo da qualidade amplamente conhecido, como o PDCA, e integrado com ferramentas básicas da qualidade. Esta metodologia constitui oito etapas estruturadas, conforme apresentado a seguir.

1. Identificação do Problema
2. Observação
3. Análise
4. Plano de Ação
5. Ação
6. Verificação
7. Padronização
8. Conclusão

2.1. IDENTIFICAÇÃO DO PROLLEAA

Durante a operação, a bomba BP 1804, recém instalada, Figura 1, apresentou um comportamento desfavorável para operação, ou seja, um elevado nível de vibração mecânica.

FIGURA 1. Bomba de Polpa BP-1804.

Fonte: Vale (2018).

A BP 1804, Figura 1, é parte integrante do circuito de alimentação da flotação da usina de beneficiamento de uma mineradora. Ela também apresentou uma falha, ou seja, a quebra dos parafusos do acoplamento de baixa rotação, Figura 2. Essa falha resultou, aproximadamente, duas horas de parada do equipamento e uma intervenção corretiva.

FIGURA 2. a) Acoplamento de baixa. b) Parafuso danificado.

Fonte: Vale (2018).

2.2. RELATO DA EQUIPE DA MANUTENÇÃO

A Equipe da Manutenção da usina relatou que a bomba apresentou um aparente aumento de vibração. Foi avaliado junto a operação da usina, e verificado no sistema PI, que esse problema era devido o equipamento operar, eventualmente, com a corrente acima de 100%. Verificou-se em entrevista com operadores e mantenedores a ocorrência de uma falha da quebra de parafusos do acoplamento de baixa rotação.

Através da aplicação da técnica preditiva da análise de vibrações, pode- se detectar e até mesmo realizar o acompanhamento da evolução de falhas nos componentes de um equipamento ou máquina. Pode-se constatar falhas como rolamentos danificados, desalinhamento de acoplamentos, desbalanceamento de rotores, lubrificação deficiente, falta de rigidez, dentre outras. (TELECURSO 2000).

Segundo Viana (2012), a vibração mecânica é uma oscilação em torno de uma posição de referência. Constitui usualmente em um processo destrutivo, gerando falhas nas máquinas por fadiga, ou seja, diminuição da resistência de um material por efeito de solicitações repetidas. O resultado de uma vibração excessiva são o desgaste e a fadiga, principais responsáveis por quebras definitivas dos equipamentos.

Após conversas com Equipe de Manutenção Mecânica e Elétrica, Equipe de Operação de usina, Equipe de Manutenção preditiva e Equipe da Engenharia de Manutenção Industrial, realizou-se o

brainstorming das possíveis soluções. Os resultados das possíveis causas e soluções são apresentados na Tabela 1.

TABELA 1. Brainstorming - Possíveis Causas x Soluções

Item	Causas	Solução Proposta
1	Falha no alinhamento	Realização de novo alinhamento do conjunto
2	Desalinhamento	Realização de novo alinhamento do conjunto
3	Motor danificado	Substituição do motor
4	Falta de rigidez	Reforço estrutural da base
5	Erro de projeto da base	Reforço estrutural da base
6	Falha operacional	Limitar velocidade a 100%

Fonte: Autor (2018).

2.3. ANÁLISE

De acordo com os dados apresentados na Figura 3, com 82% da rotação nominal o nível de vibração é de 3,4 mm/s, ou seja, bem abaixo do nível de alerta (7,1 mm/s). Para a condição de 120 % da rotação nominal, o nível de vibração é de 43,8 mm/s, ou seja, muito acima do nível de alarme (11,2 mm/s).

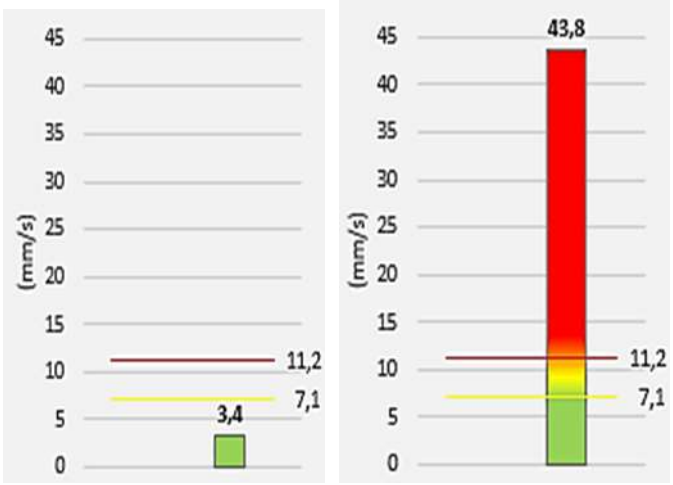


FIGURA 3. Valores globais: a) 82% da rotação nominal.

b) 120% da rotação nominal.

Fonte: Autor (2018).

De acordo com a Figura 4, o motor elétrico está trabalhando com um nível de vibração acima do aceitável conforme ISO 10816 e recomendações da manutenção preditiva.

TABELA 2. Níveis globais de vibração mecânica.

VIBRATION SEVERITY PER ISO 10816						
Machine			Class I small machines	Class II medium machines	Class III large rigid foundation	Class IV large soft foundation
	in/s	mm/s				
Vibration Velocity Vrms	0.01	0.28				
	0.02	0.45				
	0.03	0.71		good		
	0.04	1.12				
	0.07	1.80				
	0.11	2.80		satisfactory		
	0.18	4.50				
	0.28	7.10		unsatisfactory		
	0.44	11.2				
	0.70	18.0				
	0.71	28.0		unacceptable		
	1.10	45.0				

Fonte: ISO 10816 (2018).

Verificou-se, juntamente a equipe da manutenção preditiva, o histórico de vibração do equipamento, Figura 4. Nota-se uma evolução nos valores de vibração mecânica acentuado, acima dos valores recomendados.

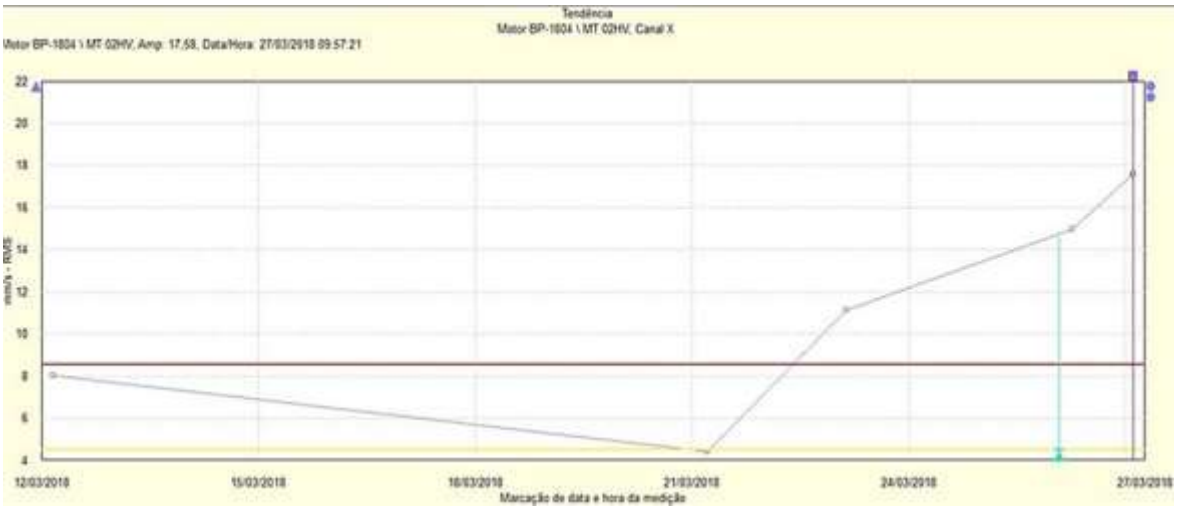


FIGURA 4. Histórico | Níveis globais de vibração mecânica.

Fonte: Autor (2018).

Segundo avaliação da Manutenção Preditiva estas vibrações sugerem um desalinhamento do conjunto causado pela falta de rigidez na base e desalinhamento do conjunto. Sintomas de falta de rigidez não está exclusivamente ligado a uma base solta, mas está também em muitos casos correlacionado a deficiência de projetos.

Não é raro encontrar equipamentos trabalhando com base subdimensionadas, o que exige o redimensionamento, ou seja, um reforço estrutural adicional na estrutura da base. A recomendação é o reforço da estrutura na base do acionamento e novo alinhamento do conjunto.

Na Figura 5 tem-se o gráfico acima extraído do PI Processbook, ferramenta para acompanhamento on line das variáveis do sistema, como velocidade, corrente, taxa de alimentação entre outras. Pode-se comprovar o regime de trabalho da bomba eventualmente acima de 100% da rotação nominal da mesma com alguns picos de corrente em função da necessidade operacional.

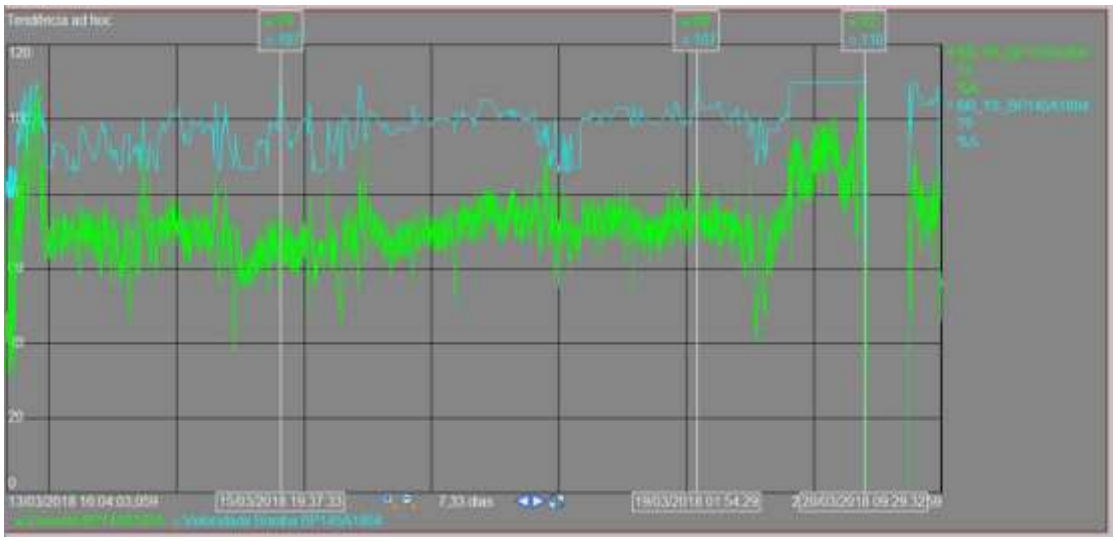


FIGURA 5. Regime trabalho bomba | Corrente e velocidade.

Fonte: Autor (2018).

Verificando a falha relatada anteriormente da quebra dos parafusos do acoplamento rígido de baixa, pode-se observar, Figura 6, que os mesmos apresentavam um aparente rompimento por fadiga mecânica. Essa falha é atribuída a esforços cíclicos, provavelmente oriundos do desalinhamento e falta de rigidez estrutural.

FIGURA 6. Parafuso apresentando fadiga.

Fonte: Vale (2018).

Foi solicitado a equipe de implantação e de engenharia de manutenção industrial, o projeto da base da bomba de polpa BP-1804, Figura 7. Observa-se há uma falha de projeto, ou seja, a base foi construída sem o nervuramento longitudinal necessário.

FIGURA 7. Detalhe da base sem a nervura longitudinal.

Fonte: Vale (2018).

Uma vez detectado a falha de projeto foram feitas as recomendações de nervuramento longitudinal necessárias, conforme apresentado na Figura 8.

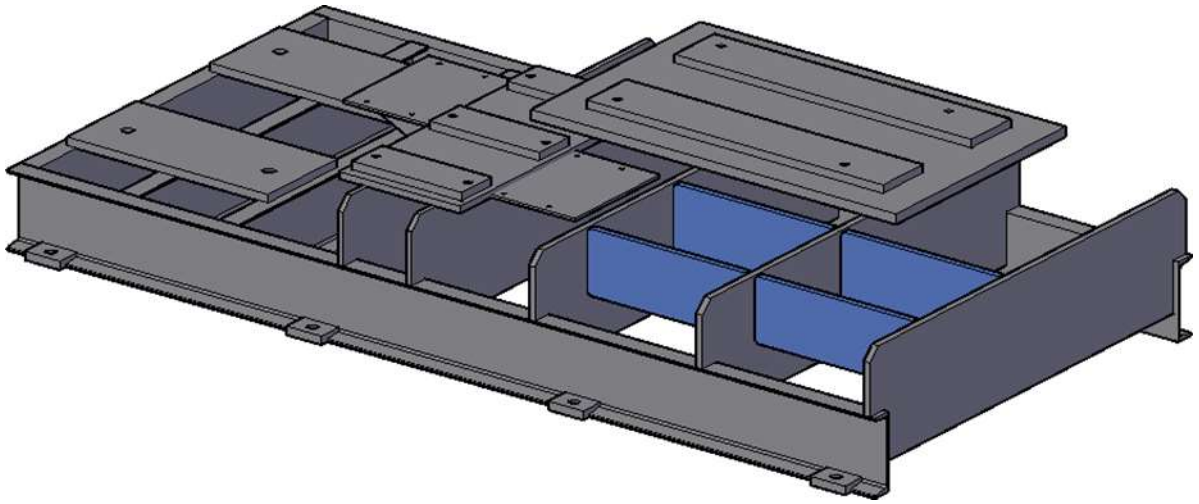


FIGURA 8. Detalhe da nervura longitudinal necessária.

Fonte: Vale (2018).

Com base em toda a análise e discursões realizados elaborou-se o Diagrama de Causa e Efeito com as principais causas raiz, conforme apresentado na Figura 9.

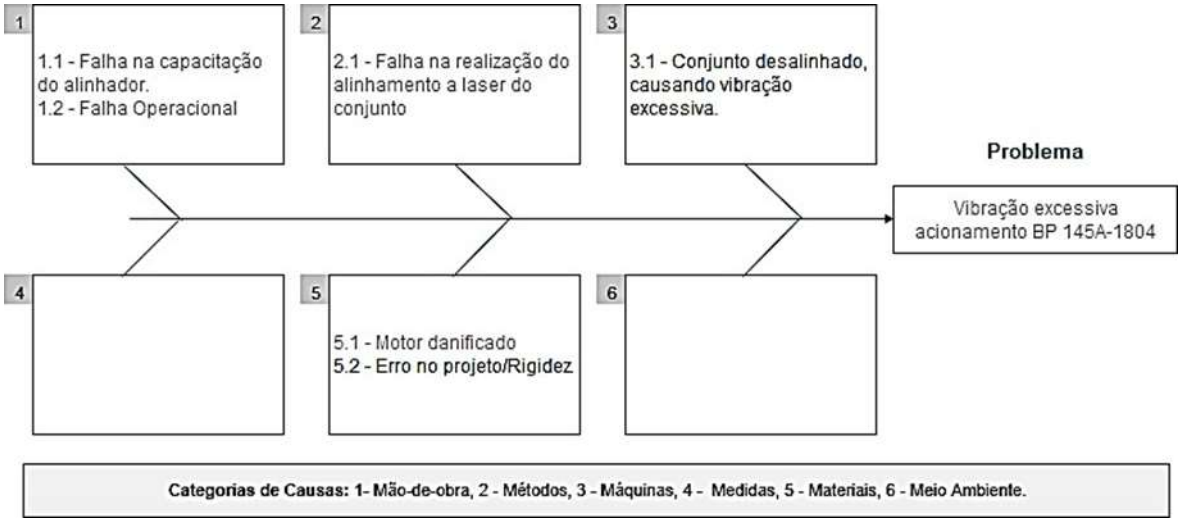


FIGURA 9. Diagrama de Causa e Efeito - 6M.

Fonte: Autor (2018).

2.4. PLANO DE AÇÃO

Nesta etapa do trabalho desenvolveu-se um Plano de Ação, Quadro 1, com base na análise detalhada do problema e discursões com Equipe de Manutenção Preditiva e Engenharia de Manutenção, com o intuito de eliminar ou mitigar as causas do problema.

QUADRO 1. Plano de Ação.

CAUSA	O QUE	PORQUE	COMO	ONDE	QUEM	QUANDO
1	Reforçar base do conjunto	Para aumentar a rigidez	Soldar nervura conforme orientação preditiva	BP 145A 1804	Engemec	abr/18
2	Lubrificação dos rolamentos do motor	Garantir funcionamento do equipamento até a intervenção	2.1 - Abrir nota para lubrificar rolamento. 2.2 - Realizar lubrificação dos rolamentos	BP 145A 1804	PCM Lubrificação	Imediato
3	Substituir motor	Garantir funcionamento do equipamento e confiabilidade do alinhamento	3.1 - Abrir nota para substituição do motor. 3.2 - Realizar troca do motor elétrico.	BP 145A 1804	PCM Manutenção	PGU abril/18
4	Alinhar conjunto de acionamento	Garantir funcionamento do equipamento e eliminar vibrações	Realizar novo alinhamento do acionamento	BP 145A 1804	Manutenção Preditiva	PGU abril/18
5	Acompanhamento preditivo	Verificar os niveis de vibração	Analise de vibração	BP 145A 1805	Manutenção Preditiva	Semanalmente
6	As Built's do projeto	Atualização de documentação	Revisando desenho e arquivo	Sistema	Projetos	jul/18

Fonte: Autor (2018).

Definiu-se algumas ações imediatas de monitoramento preditivo e lubrificação dos rolamentos para garantir o funcionamento do equipamento até a parada geral da usina. Além de ações para eliminar as causas do problema.

2.5. AÇÃO

Entendendo a necessidades exigidas para a resolução do problema iniciou-se a execução das ações propostas. Priorizou-se as de necessidade imediatas para manter o mínimo de condições operacionais e confiabilidade do equipamento até a intervenção programa, na parada geral da usina, que ocorre a cada mês.

Através do Sistema Informatizado de Controle de Manutenção (SAP), foi realizado, pela Equipe de Programação e Controle da Manutenção (PCM), a abertura da nota de solicitação de manutenção, Figura 10. Essa manutenção compreende a lubrificação dos rolamentos dos motores, a ser realizado pela Equipe de Lubrificação, e substituição do motor elétrico, a ser realizado pela Equipe de Manutenção.

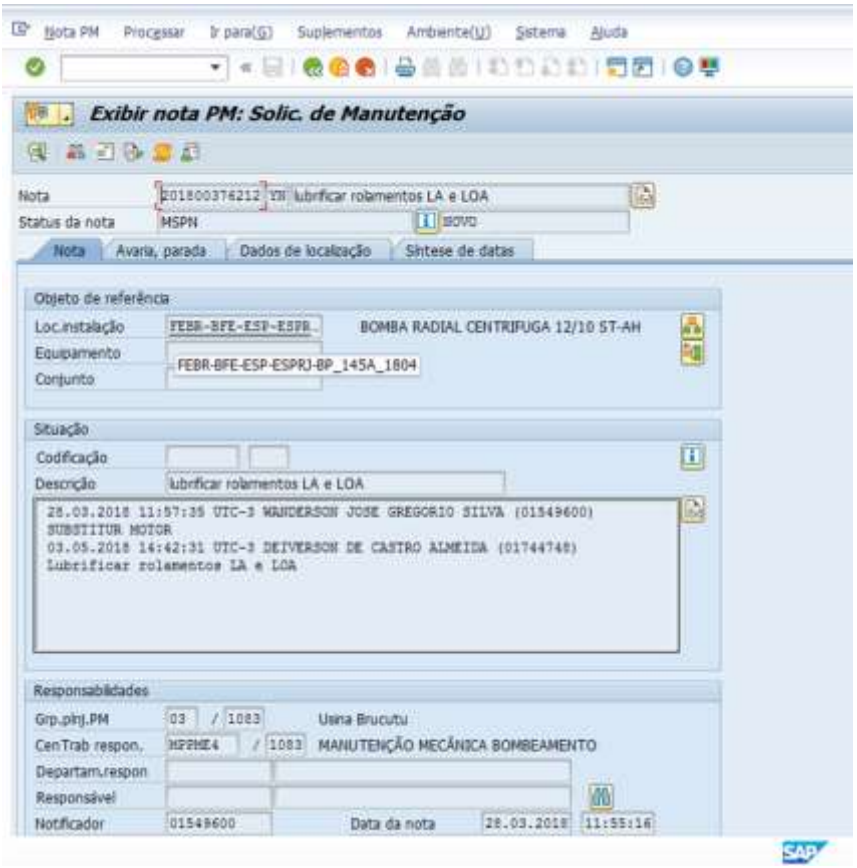


FIGURA 10. Nota de manutenção.

Fonte: Vale (2018).

Paralelo a esta atividade de manutenção realizou-se o monitoramento preditivo das condições operacionais de vibração, quase diariamente. Já a Equipe de Montagem realizou a preparação e instalação das nervuras, Figura 11.

FIGURA 11. Instalação da nervura.

Fonte: Autor (2018).

Durante a parada geral da usina, realizou-se a substituição do motor elétrico. A Equipe de Manutenção Preditiva realizou o alinhamento a laser do conjunto, conforme resultado apresentado na Figura 12.

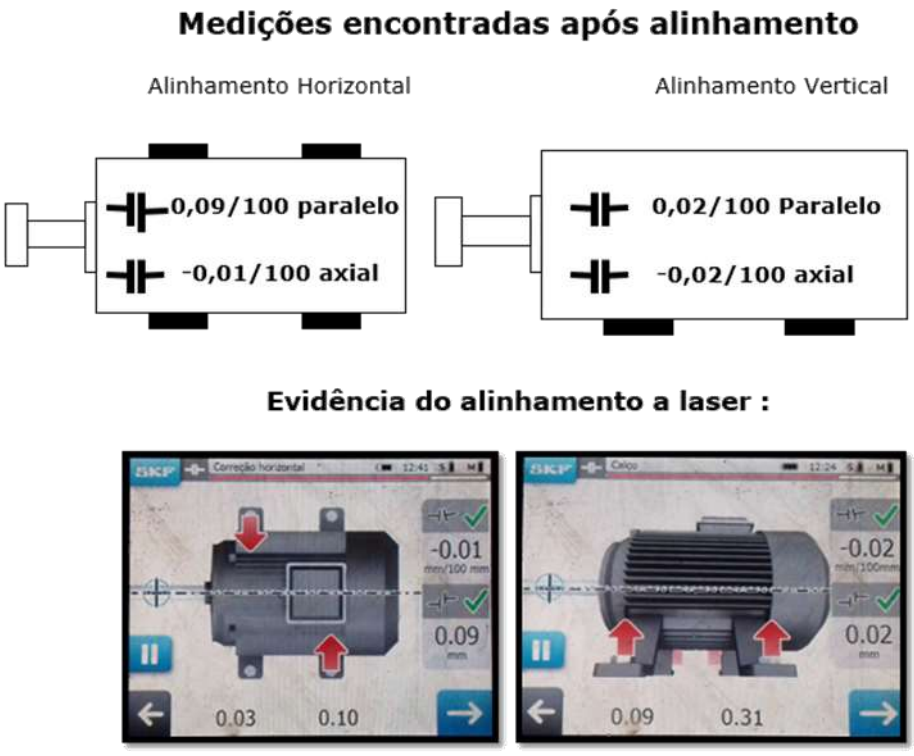


FIGURA 12. Instalação da nervura.

Fonte: Autor (2018).

Pode-se verificar que as medidas encontradas após alinhamento, vertical e horizontal, para o motor de 4 polos, 1800 rpm, então dentro dos limites aceitáveis, conforme mostrado no Quadro 2.

QUADRO 2. Tabela tolerância desalinhamento.

rpm	mm	mm / 100mm
0 - 1000	0.13	0.10
1000 - 2000	0.10	0.08
2000 - 3000	0.07	0.07
3000 - 4000	0.05	0.06
4000 - 6000	0.03	0.05

Fonte: TECMECANICO (2018).

2.6. VERIFICAÇÃO

Nesta etapa certificou-se a eficácia das ações. Na Figura 12 validou-se a eficácia do alinhamento a laser. O monitoramento preditivo continuou sendo realizado mensalmente, conforme rota de inspeção.

Na Figura 13 tem-se o histórico dos valores globais, onde pode-se verificar os valores acentuados de vibração mecânica antes da intervenção, e queda após a intervenção, voltando o equipamento a operar em condições ideais, ou seja, abaixo do nível de alarme.

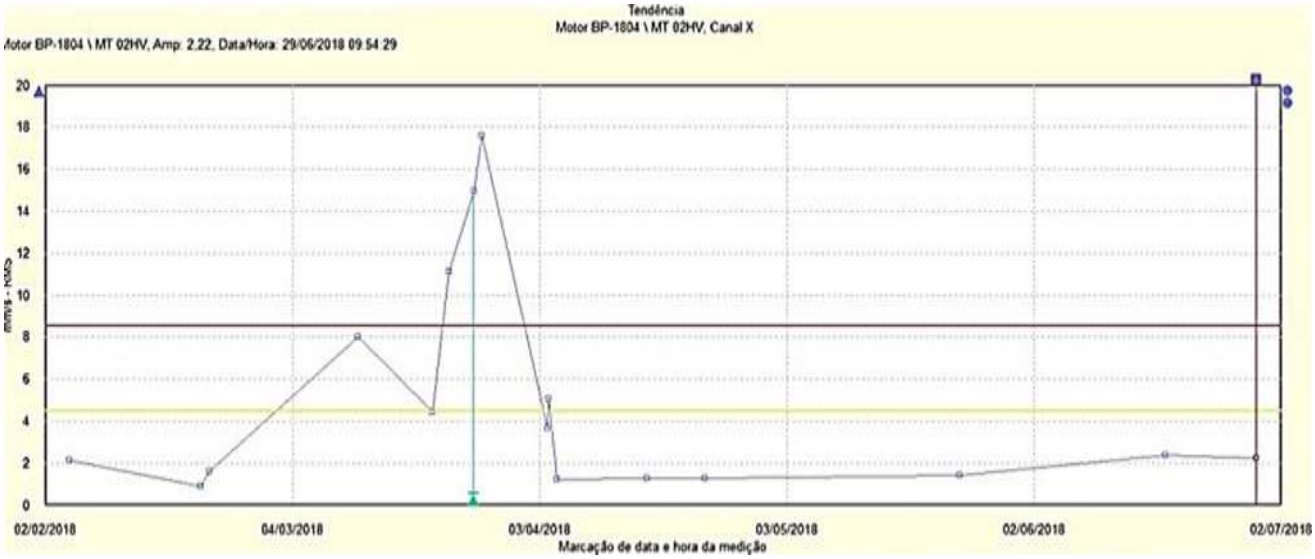


FIGURA 13. Histórico dos valores globais de vibração.

Fonte: Autor (2018).

2.7. PADRONIZAÇÃO

Após a etapa da certificação da eficácia da ação solicitou-se a Equipe de Projeto a realização da atualização do projeto.

Verificou-se uma situação similar na bomba BP-9503, da moagem, Quadro 3. Fora adotado os mesmos procedimentos da bomba BP-1804. Foi feito o enrijecimento da estrutura da base e procedendo o alinhamento a laser do conjunto motor-bomba, Figura 14.

QUADRO 3. Laudo preditivo BP 9503.

EQUIPAMENTOS		DIAGNÓSTICO ATUAL							
Tag	Componente	Condição Preditiva	Diagnóstico	Observação	Recomendação	Data de Coleta	Data de Análise	Nota	Analista
	Motor BP-9503	Observação	Rolamento; Folga	Rolamento LA defeito nas pistas interna e externa, níveis elevados de vibração por motivo de falta de rigidez estrutural no skid,recomendo reforço estrutural do skid.	Revisar fixações	7/6/18	8/6/18		Sergio
BP-144A-9503	Redutor BP-9503	Observação	Engrenagem	Caracteristicas de inicio de defeito e folga no engrenamento,reavaliar após reforço estrutural do skid. OBS: Apresentando uma trinca no skid proximo ao redutor.	Reavaliar após nova coleta	7/6/18	8/6/18		Sergio
BP-144A-9504	Redutor BP-9504	Observação	Folga	Caracteristicas de folga mecânica e defeito no rolamento e engrenamento de entrada,abrir janela do redutor para inspeção.	Inspecionar	7/6/18	8/6/18	201800705684	Sergio
	Motor BP-2403	Observação	Rolamento	Rolamento LA e LO com inicio de defeito pista externa.	Manter acompanhamento e avaliar tendência	7/6/18	8/6/18		Sergio

Fonte: Vale (2018).

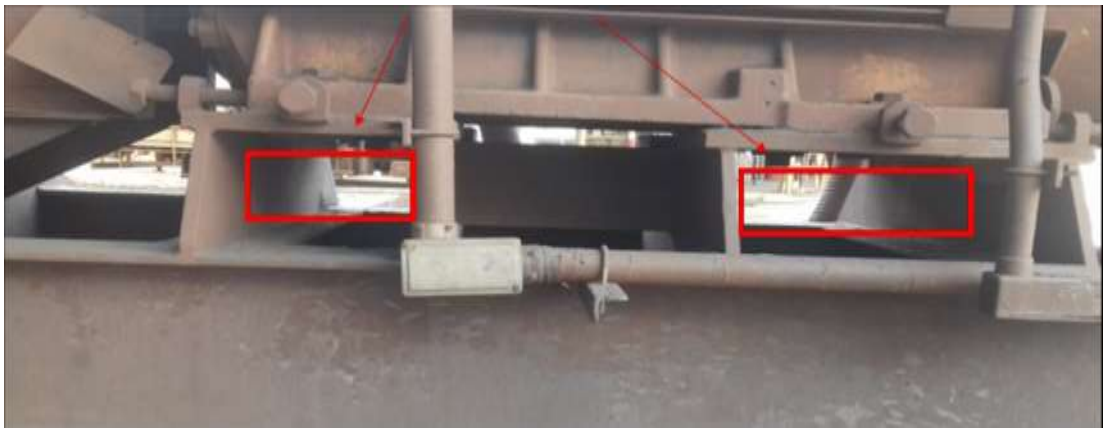


FIGURA 14. BP 9503 - Solicitação de reforço.

Fonte: Autor (2018).

3. CONCLUSÃO

Ao final desta pesquisa pode-se concluir que as melhorias foram eficazes. Verificou-se que a deficiência ou falha em um projeto, pode comprometer as condições operacionais de um equipamento rotativo e que, com ações simples e eficazes pode-se solucionar o problema.

A Equipe de Manutenção Preditiva é determinante para manter a confiabilidade operacional do equipamento. Ela é responsável pela escolha das melhores técnicas a serem usadas na busca da causa raiz do problema. Também é responsável pelos controles e monitoramento das condições dos equipamentos, monitoramentos de paramentos, como ruídos, vibrações e, principalmente, na assertividade dos laudos.

Os resultados apresentados comprovaram que a causa do aumento da vibração mecânica no conjunto motor-bomba se deu em função do desalinhamento, causado pela falta de rigidez da base, oriunda da falha no projeto.

Os resultados mostram a importância do uso de Técnicas Preditivas combinadas com ferramentas que ajudam a análise e solução dos problemas, como, por exemplo, a metodologia MASP (Metodologia de Análise e Solução de Problemas).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. S. Manutenção Mecânica Industrial: Conceitos Básicos e Tecnologia Aplicada. 1ª. ed. São Paulo: Érica, 2014.

CHAVES, A. P. Teoria e Prática do Tratamento de Minérios: Bombeamento de polpa e classificação. 4. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

NASCIF, J. e DORIGO, L. C. Manutenção orientada para resultados. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2013.

PAES, A.; SANTOS, C. e BELTRAME, E. Vantagens do uso do alinhamento a laser em equipamentos de usinas. 29º CBMGA. Disponível em:

<http://www.abraman.org.br/Arquivos/219/219.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SALES, M. H. Identificação da falta de rigidez em pedestais de rolamento através da análise de vibração: Caso de estudo. XV CONEMI. Disponível em:

<http://www.feevale.br/Comum/midias/17e3e08a-3834-44d2-a161-1d88996868f7/Maykon%20Henrique%20Sales.pdf > Acesso em: 20 de julho de 2018.

TECMECÂNICO. Alinhamento. 2011. Disponível em: <https://tecmecanico.blogspot.com/2011/10/alinhamento.html>. Acesso em: 15 jul. 2018.

TELECURSO 2000. Análise de vibrações. Aula 34. Disponível em:

<http://denrrou.com.br/downloads/apostilas/Telecurso-2000/metal-mecanica/manutencao/34-analise-de-vibracoes.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

ZAMMAR, G. Aplicação da transferência de tecnologia em práticas preditivas para análise do comportamento de equipamentos mecânicos: O caso de um redutor planetário. Revista Espacios. Vol. 36, 2015. Disponível em: <http://www.abraman.org.br/Arquivos/219/219.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

Capítulo 3

10.37423/241109451

PROPOSTA DE PADRONIZAÇÃO DO ATENDIMENTO NA CENTRAL DE SERVIÇO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA POR MEIO DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Gabriel Lopes Dortas — *Centro Universitário UniRuy - Wyden*

Michell Thompson Ferreira Santiago — *Centro Universitário UniRuy - Wyden*

Resumo: Este estudo tem como objetivo investigar a possibilidade de padronizar o atendimento em uma central de serviços por meio da utilização da inteligência artificial. O cenário escolhido para análise é a central de serviços do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, onde serão avaliadas as práticas atualmente adotadas para a padronização do atendimento. Como resultado deste estudo, pretende-se elaborar sugestões de melhoria segundo as melhores práticas disponíveis na literatura relacionada ao tema. Além disso, serão discutidos os pontos positivos e negativos da padronização, incluindo os possíveis ganhos em eficiência e qualidade no atendimento, assim como os custos envolvidos, os desafios a serem enfrentados e as facilidades que podem surgir com a implementação da inteligência artificial.

Palavras-chave: Inteligência Artificial 1, Padronização, Possibilidade.

1. INTRODUÇÃO

Para falar sobre inteligência artificial ou IA, temos muitas definições, pois há muitas discussões sobre o que seria de fato a inteligência e de quais maneiras máquinas podem ser consideradas inteligentes. Mas, de modo simplificado, temos a definição fornecida por Santaella: "IA é um campo que combina a ciência da computação a conjuntos de dados robustos para permitir a resolução de problemas" (SANTAELLA, 2023, p. 10). Para além da resolução de problemas, ela precisa ter as seguintes capacidades descritas por Russell e Norvig (2023) que abrangem seis disciplinas principais: processamento de linguagem natural, representação de conhecimento, raciocínio automatizado, aprendizado de máquina, visão computacional e robótica.

Para alcançar esta definição sobre a IA Russel e Norvig (2023) discorrem sobre as diversas áreas da ciência, como filosofia, matemática, economia, neurociência, psicologia, engenharia de computadores, teoria de controle cibernético e linguística, nas quais esta fundamentada e como elas apresentaram pontos relevantes para chegarmos ao fechamento dos pensamentos sobre o que seria uma ação inteligente e como reproduzir artificialmente as características de uma ação racional, de modo a criar um agente racional.

Agente é algo que age (a palavra deriva de agere do latim que significa ação), um agente racional é aquele que toma uma ação para chega ao melhor resultado ou melhor resultado esperado caso tenha alguma incerteza, utilizando como parâmetro a realização da coisa certa, que nada mais é que o objetivo definido para o agente, este paradigma geral é tão difundido que pode ser chamado de modelo padrão.

A IA esta cada vez mais presente no nosso dia a dia e sua utilização é embarcada em muitas das aplicações que moldam e influência a nossa tomada de decisão, com base nela nos é apresentado propagandas, indicações de filmes e músicas, como afirma Santaella (2023):

> A IA está aqui, lá, acolá, onipresente. Não é uma distração ou moda tão passageira quanto as chuvas de verão. Ela é a espinha dorsal silenciosa de nossos sistemas financeiros, fornecimento de rede elétrica e cadeia de suprimento de varejo." (SANTAELLA, 2023, p. 14)

Com o aumento da utilização dos campos da IA tendo como destaque o aprendizado de máquina com sua utilização sendo direcionada para auxílio e influência nas tomadas de decisões e escolhas surgiu um dilema ético, sobre de que forma o resultado poderia ser influenciado por viés, mas segundo Kaufman (2022) "o problema do viés nos resultados (ou resultados discriminatórios por gênero, raça,

etnia, entre outros). Em geral, atribui-se o viés às bases de dados tendenciosas" (KAUFMAN, 2022, p. 8). ou pela definição incorreta dos parâmetros para a chegada no resultado esperado.

Para avaliar o resultado esperado ou desempenho obtido precisamos de uma padronização ou método para analise sobre qual iremos julgar qual é a coisa certa, segundo Russel e Norvig (2023), a IA geralmente aceita a noção chamada de consequencialismo no qual avalia se o agente teve um bom resultado com base nas suas consequências.

A padronização é uma ferramenta importante, ela pode ser utilizada: para facilitar os desenhos de processos, aumentar eficiência, garantir qualidade, facilitar treinamentos e produzir melhoria continua, essa é uma tarefa tão importante que no Brasil temos a Associação Brasileira de Normas Técnicas, é uma entidade privada sem fins lucrativos que tem como objetivo padronizar as técnicas de produção.

Destacaremos a importância no desenho e construção do processo, pois é necessária em todas áreas, pois promove qualidade, redução dos riscos em atividades perigosos, facilidade na passagem de conhecimento de modo que o conhecimento possa ser repassado e reproduzidos da mesma maneira por diversas pessoas.

A padronização é fundamental para o bom funcionamento da central de serviços. Segundo a ITIL (Information Technology Infrastructure Library), a central é definida como um ponto único de contato entre os usuários e o setor de TI (Tecnologia da Informação), abordando a gestão de incidentes e solicitações.

Como ponto único de contato, a central de serviços desempenha um papel crucial na padronização das respostas e na gestão das informações. Ela precisa absorver uma grande quantidade de informações e armazená-las de forma que possa transmiti-las de maneira fácil e intuitiva. Assim, todos que buscam a central podem obter soluções para suas demandas de maneira uniforme, recebendo sempre as mesmas respostas para as mesmas questões.

Devido ao grande volume de dados e à alta demanda por informações de diferentes áreas, muitas vezes os usuários buscam informações básicas que não estão facilmente disponíveis. Isso pode resultar em uma sobrecarga no atendimento, fazendo com que a central seja percebida como maçante, simplista e demorada. Essa situação leva à degradação da experiência tanto para os atendentes quanto para os usuários.

Com base nisso, analisaremos como otimizar a padronização por meio da utilização da Inteligência Artificial (IA), concentrando-nos nas seguintes disciplinas: processamento de linguagem natural, aprendizado de máquina e robótica. O objetivo é melhorar a experiência do cliente e otimizar os processos, tornando sua execução mais ágil e eficiente

2. METODOLOGIA

Este trabalho utiliza uma abordagem metodológica que combina os métodos indutivo e dedutivo. Inicialmente, adotaremos o método indutivo para coletar dados e observar padrões nas informações registadas nos atendimentos do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. A partir dessa análise, identificaremos tendências que nos permitirão compreender melhor o fenômeno estudado.

Em seguida, utilizaremos o método dedutivo para aplicar as conclusões gerais obtidas na fase indutiva a casos específicos, propondo soluções baseadas nas evidências coletadas. Essa combinação metodológica visa proporcionar uma compreensão abrangente do objeto estudado e fundamentar as soluções propostas em dados concretos.

A pesquisa fundamenta-se em uma revisão bibliográfica abrangente com diversas fontes, incluindo livros, bibliotecas de dados e dados coletados no período entre os anos de 2023 à setembro de 2024 na central de serviço do Tribunal de Justiça da Bahia. O instrumento principal utilizado para a coleta de dados será a observação, que permitirá captar pontos relevantes das interações realizadas.

A analise será obtida por meio de duas abordagens: a análise de conteúdo, que ajudará a interpretar qualitativamente os dados coletados, e técnicas estatísticas, que permitirão quantificar e comparar os resultados. Essa combinação metodológica visa não apenas proporcionar uma compreensão mais profunda e abrangente do objeto estudado, mas também fundamentar as propostas de solução em dados concretos e relevantes.

3. UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FACILITADORA PARA PADRONIZAÇÃO DE ATENDIMENTOS

Este estudo tem como objetivo verificar a possibilidade de padronização da central de serviço do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia por meio da utilização da inteligência artificial. Analisaremos os pontos positivos e negativos, explorando quais atividades podem ser automatizadas. Também verificaremos a viabilidade da implantação e sustentação das soluções, uma vez que o setor público

possui um padrão de contratação que segue regras específicas, mas está sempre em busca de inovações para alcançar um atendimento de excelência.

Para isso, utilizaremos as disciplinas da IA de Processamento de Linguagem Natural, pois é necessário que a comunicação seja feita na linguagem humana. Essa comunicação poderá ser realizada de um modo mais técnico, caso o usuário esteja mais ligado à área de TI. Por outro lado, poderá ser feita de maneira extremamente formal e rebuscada se o usuário for um operador do direito, ou de forma mais informal, caso o usuário seja um cidadão que busca atender suas demandas de maneira mais simples.

O Aprendizado de Máquina será de extrema importância, pois permitirá o aprendizado com base nas experiências passadas, modelos de referência e estruturas de dados previamente construídas. Essa abordagem tem o potencial de gerar melhorias exponenciais e desenvolver novos processos ao extrapolar para cenários futuros.

A Robótica fecha o ciclo ao automatizar os fluxos mapeados e as tarefas simples e repetitivas que ocupam um grande volume de trabalho, gerando desgaste significativo. Isso ajudará a prevenir desvios de padrões e a manter a qualidade, evitando problemas decorrentes da repetição.

Dessa forma, avaliaremos quais são as ferramentas de mercado que podem facilitar a implementação dessas disciplinas, pois é importante considerar os aspectos regulamentares. O setor público possui um regimento interno para contratações e aquisições, o que implica, além da implantação, a necessidade de suporte e sustentação. É fundamental incluir um planejamento para o crescimento da utilização e maximização do aproveitamento dos recursos investidos, garantindo a sustentabilidade e o desenvolvimento das ferramentas ao longo do tempo.

Atualmente, há no mercado muitas empresas que disponibilizam produtos que facilitam a implementação dessas disciplinas. Os exemplos mais conhecidos incluem OpenAI com o ChatGPT, Microsoft com o Microsoft 365 Copilot, Google com o Gemini, IBM com o Watson AI, UiPath com o UiPath Studio e Automation Anywhere com o Automation Anywhere Enterprise.

No entanto, para a adesão dessas ferramentas em órgãos públicos, é necessário seguir o regulamento pré-estabelecido pela Lei de Licitações, atualmente a 14.133/2021, que normatiza as contratações na administração pública. Portanto, devemos considerar que haverá uma estrutura planejada para aquisição e suporte das ferramentas.

Dentro dos processos regulamentados pela Lei 14.133/2021 para este tipo de compra, temos a licitação, que exige uma organização e um processo preparatório. A compra deve estar incluída no

planejamento anual de contratações, juntamente com toda a fundamentação e os documentos necessários. Esses documentos incluem: DOD (Documento de Oficialização da Demanda), ETP (Estudo Técnico Preliminar), pesquisa de mercado e definição de valores, TR (Termo de Referência) e elaboração do edital e minuta do contrato.

Além disso, é possível utilizar o Sistema de Registro de Preços com a adesão à ata de registro de preços, caso algum outro órgão já tenha efetuado uma compra similar que atenda à necessidade. Todos esses procedimentos visam garantir o cuidado e o zelo pela coisa pública.

Além das ferramentas de mercado, podemos utilizar softwares livres, que são sistemas de código aberto e não têm custos de aquisição. No entanto, eles geralmente oferecem um menor nível de suporte e apresentam uma maior curva de aprendizado. O Rasa é uma das ferramentas de código livre mais reconhecidas para a implementação de chatbots.

Uma das questões que precisamos avaliar durante o planejamento é a expectativa de evolução da ferramenta e qual é o nível desejado de personalização. Para que essa aplicação seja realmente eficaz, é fundamental que a administração seja fácil, rápida e pouco burocrática, permitindo que as modificações não exijam conhecimento técnico específico profundo. Caso contrário, se não observarmos esses fatores, o projeto pode cair em desuso após uma mudança de gestão.

Após a análise do nosso objeto de estudo, encontramos duas possibilidades: a utilização do Rasa, no qual já há um projeto em andamento com algumas funções implantadas, e a utilização do Microsoft Copilot, pois o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia utiliza a plataforma Office 365 e já possui, dentro de suas contratações, a licença para a utilização do Microsoft Copilot.

4. ANÁLISE DO CENÁRIO DO ATUAL

Para a análise do cenário atual, vamos considerar como escopo do estudo a análise de um quantitativo de chamados registrados, projetos em andamento, fluxos desenvolvidos, informações do setor de qualidade, base de conhecimento e propostas da área de governança. Este escopo está definido de forma abrangente para que possamos ter uma visualização do todo e uma maior compreensão para propostas de soluções.

O Tribunal de Justiça da Bahia está passando por uma transformação digital, com diversos projetos voltados para atualização e melhorias. Dentro do seu planejamento anual de contratações, consta um plano tático para inovação, incluindo uma Plataforma de Ciência de Dados e Inteligência Artificial (IA).

Neste ano, foi lançado o laboratório de inovação Axelab, que tem como foco a promoção da inovação, destacando a IA como um ponto central em seu planejamento estratégico.

No que se refere à central de serviços, estão sendo revisadas e implementadas práticas de ITIL, acompanhadas de treinamentos para o aperfeiçoamento dos profissionais e a capacitação da equipe. Uma das disciplinas em revisão é a base de conhecimento, que é fundamental para a padronização dos atendimentos, a diminuição dos ruídos de comunicação, a redução da perda de capital intelectual devido à rotatividade de pessoas e a uniformização do conhecimento.

São realizados atendimentos aos servidores do TJBA, advogados de todo o Brasil, delegatários e cidadãos por meio de chamados e ligações. Observa-se um volume significativo de demandas dos advogados, que, em sua maioria, buscam informações e cadastros.

No cenário atual, temos bases de conhecimento descentralizadas, sem integração com a ferramenta de ITSM (Gestão de Serviços de TI). Cada coordenação é responsável por alimentar as informações e gerenciar seus dados, o que gera dificuldades no compartilhamento e na padronização das informações fornecidas.

O setor de qualidade da central de serviços avalia as pesquisas de satisfação com base nas respostas dos usuários, seguindo os critérios de cordialidade, conhecimento, prazo e solução. O objetivo da pesquisa de satisfação é nortear a percepção do usuário em relação ao atendimento. No cenário atual, observamos uma baixa adesão às pesquisas; no entanto, entre as respostas recebidas, cerca de 90% são positivas. Para as pesquisas com avaliações negativas, são realizadas as devidas tratativas.

Atualmente, existe um chatbot chamado Judi, que utiliza a ferramenta Rasa para sua implantação. No entanto, sua adesão tem sido baixa, em parte devido a limitações na linguagem, o que dificulta a realização de atualizações e a inclusão de novos fluxos. A Judi necessita de atualizações em sua plataforma, maior divulgação e a inclusão de informações relevantes.

Em relação à automação que envolve a disciplina de robótica, existem alguns projetos em fase de planejamento e outros já implantados. Atualmente, contamos com o PAM (Gerenciamento de Acesso Privilegiado), que é nativo da ferramenta de ITSM CA Service Management. Além disso, os robôs implantados e em desenvolvimento são gerenciados por empresas contratadas, com o intuito de facilitar suas respectivas operações, mas não são propriedade da instituição.

A empresa contratada fornece todos os fluxos e explicações sobre o funcionamento, mas a ferramenta, a licença e o controle operacional pertencem à contratada. Em caso de troca de contrato,

haverá uma regressão nas automações e a possibilidade de descontinuação das mesmas. A automação já implantada na central de serviço tem como base o produto Automation Anywhere.

Para a conclusão do cenário atual, foi realizada uma análise dos chamados registrados, onde encontramos uma baixa padronização nas respostas e divergência no modo de comunicação entre as equipes. Cada equipe atua de uma maneira diferente, utilizando distintas formas de relatar a mesma informação, o que pode gerar interpretações diversas. Algumas equipes utilizam respostas que estão descritas na base de conhecimento; no entanto, essa prática não é amplamente difundida.

Também há muita divergência no que tange à classificação dos chamados, o que gerou dificuldades no momento de agrupar as amostras por tipo e ter clareza para pensar em possíveis soluções para o problema. Além disso, o catálogo de serviços também necessita de melhorias e maior riqueza de detalhes para que os fluxos sejam definidos de maneira mais clara.

5. POSSÍVEIS PONTOS DE MELHORIAS COM A UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Para a sugestão de melhoria, foram realizados agrupamentos por classificações, com o foco em propor a melhor solução de maneira específica para cada situação. Como o intuito é gerar valor e ter eficiência nas soluções, é necessário quantificar as demandas a fim de validar a viabilidade econômica de cada solução proposta.

Para classificações que envolvem informações e orientações simples, uma boa maneira de padronizar as respostas é a utilização de chatbots. Esses programas simulam a conversa humana e, com o uso de aprendizado de máquina, é possível centralizar diversos dados em um único local e disponibilizá-los de forma simples. No objeto de estudos indicamos a utilização do Copilot, da Microsoft, que se integra aos sistemas Windows e aos pacotes de ferramentas Microsoft, promovendo uma maior interoperabilidade.

Uma segunda solução é realizar a correção dos fluxos do chatbot Judi, com um planejamento bem definido e detalhado que inclua atualizações, correções e monitoramento constante. Além disso, é importante abrir a possibilidade de atendimento aos advogados, uma vez que, atualmente, ele atende apenas aos servidores e ao público interno do Tribunal.

Ambas as soluções são capazes de registrar atendimentos na ferramenta de ITSM, o que, além de promover a padronização da escrita, também contribui para a uniformidade dos chamados, que devem seguir o mesmo modelo em todas as ferramentas de registro.

Outro ponto a ser observado é a necessidade de absorver as automações gerenciadas pelas empresas terceirizadas, com a criação de uma definição de ferramentas e um modelo padrão a ser utilizado dentro da instituição. Como sugestão, podemos considerar o Copilot, ferramentas da Microsoft, softwares livres e funcionalidades nativas da ferramenta de ITSM, com gerenciamento e infraestrutura realizados dentro da organização.

Para a automação de fluxos, temos algumas opções: elas podem ser realizadas em Python, Power Automate ou no módulo nativo do ITSM. Atualmente, o modo nativo é o PAM. A central possui um grande fluxo de cadastro e atribuição de permissões, que seguem o mesmo padrão. Esses tipos de atribuição são os que proporcionam um maior nível de eficiência nas automações.

Para a boa execução das rotinas automatizadas, é necessário definir claramente os horários em que os fluxos serão executados. Um bom padrão para essa execução são os horários de 10h, 12h, 14h, 16h, 18h e 0h, pois isso permite atender de forma ágil a todas as demandas, mantendo um intervalo curto entre as execuções. Se o tempo entre as execuções for muito longo, a proposta de melhoria perde seu sentido.

A utilização de automações e inteligência artificial de maneira eficiente exige um nível de maturidade na instituição. É necessário ter processos bem definidos, fluxos claramente desenhados e uma definição precisa do que é necessário para cada execução, além de uma curva de evolução. Um processo bem estruturado requer tempo e acompanhamento para sua evolução, mas os retornos podem ser muito significativos.

6. ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS DA PADRONIZAÇÃO COM IA.

Algo que precisamos ter em mente é que a utilização da IA como ferramenta de padronização é muito eficiente. No entanto, para o sucesso da implementação, é necessário que a instituição tenha um nível de maturidade adequado e clareza nos processos. O projeto precisa ser bem estruturado, e a curva de aprendizado deve ser considerada, pois os benefícios podem levar um tempo para se tornarem evidentes.

Juntamente a isso, é necessário um investimento significativo de capital e tempo, além da necessidade capacitação dos profissionais, para que possamos extrair o máximo da tecnologia empregada. Dependendo da utilização, é possível adquirir uma ferramenta de ponta que, na prática, pode ser utilizada como um software simples.

O Chatbot é uma ferramenta que oferece o benefício da disponibilidade 24 horas, respondendo em linguagem natural e mantendo um ritmo de conversa fluida. Com respostas completas, ele pode ser alimentado por uma base de conhecimento, eliminando a divergência nas formas de transmitir as mesmas informações, que pode ocorrer devido ao estilo de comunicação de cada atendente.

Essa abordagem garante que questões simples e corriqueiras sejam tratadas de maneira uniforme, permitindo que os atendentes tenham disponibilidade para lidar com questões complexas que exigem um olhar humano, especialmente quando o usuário precisa de apoio para descrever sua verdadeira demanda.

Outro benefício é a alta disponibilidade, pois o chatbot pode atuar em múltiplos canais. Uma vez que o chatbot é treinado, ele pode ser disponibilizado em portais e redes sociais como WhatsApp, Telegram e Teams. Isso traz facilidade para o usuário, permitindo que ele busque informações da maneira mais familiar para ele.

Esse processo torna a utilização do RPA mais fácil, pois, uma vez que o chamado é escrito de maneira padrão, a leitura dos chamados e a execução da demanda ocorrem de forma prática. Isso diminui a complexidade na criação dos fluxos e aumenta o grau de assertividade.

A utilização da robótica reduz drasticamente as atividades repetitivas. Em uma central de serviços, temos muitos cadastros, como a criação de logins de rede, contas do Outlook, sistemas administrativos, judiciais e extrajudiciais, além da gestão de permissões. Com um planejamento adequado, os fluxos podem ser executados em escalas durante os horários de maior demanda no atendimento, garantindo um serviço rápido e preciso, proporcionando ao usuário uma experiência de atendimento atenciosa e ágil.

No nosso objeto de estudo, temos várias ferramentas com o potencial de gerar maior eficiência, efetividade e clareza no atendimento. O volume de atendimentos é muito alto; a central chega a registrar cerca de 25 mil chamados por mês, com a maior parte concentrada em 20 categorias. Um número significativo de ligações provém do público externo, que poderia ser absorvido por melhorias na Judi ou pela implementação do Copilot. Este último, por sua vez, seria mais eficaz por contar com aprendizado de máquina e a capacidade de buscar informações nos fluxos extraídos a partir de documentos em formato PDF da base de conhecimento.

Atrelada à inovação, temos um ganho de imagem, que é muito importante para uma instituição. Uma central de serviços que possui soluções tecnológicas de ponta bem aplicadas inspira maior credibilidade em seus usuários, o que gera prestígio e reconhecimento para seu atendimento.

7. CONCLUSÃO

Com base no que foi exposto, podemos identificar os prós e contras da utilização da inteligência artificial para a padronização do atendimento. Os benefícios são notáveis e muitos deles positivos. A padronização contribui para que a central de serviços tenha alta credibilidade e receba uma boa avaliação em seu atendimento.

No entanto, quando tratamos da implementação em um órgão público, os desafios são significativamente aumentados, pois o projeto requer um aporte inicial de tempo e capital. Embora o retorno ocorra em médio prazo e a curva de evolução seja rápida, este retorno não é imediato.

Dentro do objeto de estudo, que é a Central de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, identificamos diversas oportunidades que já superaram os desafios burocráticos. A instituição possui ferramentas para as quais já adquiriu licenças. Com um projeto bem estruturado e perspectivas de evolução e personalização adequadas, essas ferramentas têm o potencial de trazer maior eficiência e qualidade ao atendimento.

Um desafio a ser observado é a estrutura que precisa ser montada para manter as inovações em pleno funcionamento. É necessário garantir atualizações constantes e uma boa documentação, de modo que o sistema se mantenha e continue a crescer independentemente da gestão, da empresa terceirizada ou das coordenações. O detalhamento dessa estrutura deve ser estabelecido de maneira estratégica para extrair o máximo dos recursos disponíveis.

É importante definir um padrão de plataforma ou modelo de implementação a ser utilizado dentro da instituição. Como temos diversas áreas que podem ser beneficiadas com a utilização da inteligência artificial, é fundamental que o material produzido tenha convergência para o mesmo objetivo ou mantenha algum tipo de comunicação.

Com isso, concluímos que há, sim, a possibilidade de padronização no objeto de estudo. Embora existam desafios e dificuldades para a implementação dessa padronização, estes podem ser superados, e resultados muito positivos podem ser obtidos com a implementação de um projeto nesse sentido.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. Inteligência Artificial: Uma Abordagem Moderna. 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2016.

KAUFMAN, Dora. Desmistificando a inteligência artificial. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SANTAELLA, Lucia. A inteligência artificial é inteligente? 1. ed. Almedina Brasil: Edições 70, 2022.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Institui a nova lei de licitações e contratos administrativos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 abr. 2021.

Capítulo 4

10.37423/241109452

A DIFICULDADE DAS CRIANÇAS COM TEA EM SE RELACIONAR NO AMBIENTE ESCOLAR

Lilia Gonçalves de Almeida — *Centro Universitário Ingá*

Gabriel Martins da Silva — *Centro Universitário Ingá*

Gustavo Tamioso Bueno do Prado — *Centro Universitário Ingá*

Resumo: Buscamos analisar como o ambiente escolar está preparado para receber crianças que possuem transtornos psíquicos, mas exclusivamente o TEA. Deste modo procuramos compreender o autismo e suas características, classificações, diagnósticos e tratamentos. O presente estudo desenvolvido possui sua atenção mais especificamente direcionada ao estabelecimento de vínculos do espectro autista no ambiente educativo, ou seja, sabendo como acontece a formação de vínculos, com professores, alunos e equipe pedagógica. Portanto é na escola que as crianças têm o primeiro contato social, fora do ambiente familiar, é na escola onde eles se desenvolvem socialmente e adquirem habilidades em criar relacionamentos.

Palavras-chaves: TEA; ambiente escolar; vínculo.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se como um dos diversos tipos de transtornos que estão sendo diagnosticados com maior expansão devido ao aumento de critérios para a classificação (VARELA; MACHADO, 2016). Segundo o DSM-V (Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) o autismo se encontra como sendo um transtorno do neurodesenvolvimento que influencia nas habilidades sociais. A segunda forma de classificação encontrada para o diagnóstico de autismo é o CID 11 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde), que por sua vez apresenta sua definição como sendo um transtorno de desenvolvimento causador de alterações nas interações sociais e de comunicação (ALMEIDA, 2019). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) o espectro autista apresenta um repertório de atividades limitados, estereotipados e repetitivos.

Desse modo, podemos entender o TEA como um transtorno de desenvolvimento que afetam as áreas de interação social e comunicação, indivíduos que possuem esse espectro apresentam um repertório restrito de atividades e interesses. Em uma tentativa de diagnosticar, são percebidas semelhanças entre casos, como por exemplo, movimentos estereotipados, ecolalia na linguagem, ausência de diálogo tônico, baixo contato visual e corporal, mas é importante salientar que cada diagnóstico é caracterizado como sendo único (CAMARGO; BOSA, 2012). Diante dessas características citadas, se torna possível compreender o comprometimento nas crianças a partir dos três anos de idade, na qual ocorre a dificuldade de responder aos estímulos e ás interações sociais apresentadas até então no ambiente familiar. A ausência de respostas por parte das crianças e atitudes de isolamento são sinais que levam a hipótese de comprometimento em seu desenvolvimento. Considerando a importância de aquisição de habilidades sociais e comunicativas, o diagnóstico precoce se torna uma atitude mais indicada para a maior parte dos médicos e pesquisadores, pois dessa forma se torna possível realizar as intervenções adequadas o quanto antes (LEMOS; SALOMÃO, 2014).

Uma das características das crianças com TEA, como citado acima, é a baixa interação social e isso ocorre por vários motivos como a falta de contato visual e ausência ou baixa comunicação pela fala, e para isso foi criado a comunicação alternativa/aumentativa (CAA). O CAA é um método de aumentar ou substituir por total a comunicação pela fala, ou seja, quando a criança não possui o repertório de linguagem é utilizada métodos de substitui-la e quando há apenas uma dificuldade ou atraso na fala, pode ser utilizado como uma forma de aumentar o repertório de comunicação da criança (NUNES; BARBOSA, 2021).

As alterações neuro cognitivas causadas no desenvolvimento de uma criança autista provoca dificuldades em estabelecer vínculos afetivos e amizades, portanto o apoio dos pais e da família se torna importante para que a inclusão e a capacidade de estabelecer vínculos em relacionamentos sejam desenvolvidos (CAMARGO; BOSA, 2012). A criança dentro desse contexto precisa ser respeitada, pois o processo de se inserir em ambientes novos e com pessoas novas se torna doloroso uma vez que uma de suas dificuldades é justamente em se comunicar e interagir (PAULA; PEIXOTO, 2019).

Considerando a importância do contexto familiar para o desenvolvimento social de uma criança com TEA, podemos citar o ambiente escolar como um dos principais meios para que ocorra o desenvolvimento da interação social (ALMEIDA, 2019), no caso das crianças, esse processo acontece através da participação e integração de todos que compõem o ambiente social de ensino (professores, alunos, comunidade, auxiliar de limpeza e etc.), tendo a intenção de beneficiar a criança para que ocorra a inclusão, evitando assim o isolamento (característica essa presente nos autistas) e a discriminação. A educação inclusiva, por tanto, se fundamental para o processo de aprendizagem de educação especiais. Segundo Bosa as intervenções psicoeducativas são reconhecidas como importante para o desenvolvimento social e comunicativa criança autista. Portanto, observamos que a inclusão ao contexto escolar se faz necessário tanto para o desenvolvimento de crianças com TEA, como para outras crianças que estão inseridas e também aos próprios professores, pois a partir disso a integração poderá ocorrer de maneira saudável (CAMARGO; BOSA, 2012).

Desse modo, se torna possível entender que a presença da equipe multidisciplinar e da família nas escolas é extremamente importante e fundamental pois ambos sustentam a base para que o desenvolvimento de relações se estabeleça, no entanto, a atual realidade em que nos encontramos muitas vezes se apresenta ao contrário do ideal devido à falta de conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). No momento presente em que vivemos, podemos observar no ambiente escolar à falta de conhecimento de muitos profissionais que compõem a equipe multidisciplinar em receber a grande demanda de crianças diagnosticada com TEA, não somente isso, mas como também a falta de investimento nas estruturas das escolas e formação dos professores, tornando o processo de inclusão lento (GASPARELO; CUNHA, 2019)

Analisando o âmbito escolar, surge como problemática a compreensão e a importância da inclusão escolar voltado para crianças com TEA, diante disso podemos observar que não há um preparo, tanto pedagógico quanto estrutural, para o acolhimento de crianças com transtornos psíquicos; TEA; TDAH; TOD; síndrome de Down e afins, diante da grande demanda de diagnósticos. As crianças com TEA

precisam de auxílio diferenciado, como por exemplo professores auxiliares, atividades especificas, métodos de ensino diferente das demais e há também uma necessidade de preparo da sala, ou seja, dos outros alunos, para que assim haja um bom acolhimento dessas crianças especiais. Portanto, este trabalho tem como objetivo, analisar como crianças com TEA se relacionam no ambiente escolar.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do presente artigo foi utilizado o delineamento de revisão narrativa que analisou artigos entre 2015 e 2021, dos periódicos eletrônicos nacionais Scielo e Biblioteca Virtual, além do auxílio de plataformas de artigos acadêmicos em geral. O objetivo principal desse tipo de revisão é a realização de uma análise contextual do assunto pesquisado (ROTHER, 2007). O período de busca da pesquisa foi entre os meses de março e novembro de 2022. O idioma utilizado foi Português-Brasil.

DESENVOLVIMENTO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem ganhado uma atenção em especial devido as mudanças que ocorreram do DSM-V (2014), mas afinal o que é o TEA? Autismo é caracterizado como sendo um transtorno do desenvolvimento marcado pela presença de distúrbios em três áreas do desenvolvimento humano: a comunicação, a sociabilização e o uso da imaginação (CAMARGO; BOSA,2012). Essas complexidades relacionadas aos déficits sociais e de comunicação afeta vários contextos que acabam ocasionando limitações para o desenvolvimento humano. Segundo o CID 11 (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde) o autismo (TEA) é enquadrado como sendo um transtorno de alterações sociais e de comunicação, na qual é determinado por comportamentos estereotipados, repetitivos, restritos, ecolalia na linguagem, ausência de diálogo tônico, baixo contato visual e corporal, dificuldades de criar relações interpessoais (VARELLA; MACHADO; BASSO,2016).

Atualmente não se sabe a causa e nem sua cura, mas através de grandes pesquisas foi possível desenvolver tratamentos e intervenções direcionado aos sujeitos que possuem esse espectro autista (LEMOS; SALOMÃO,2014). A partir disso devemos levar em consideração a existência de várias abordagens que lidam de maneira distintas em relação ao processo terapêutico de pessoas com TEA, a mais usada atualmente é a Análise do Comportamento Aplicada mais conhecida como ABA, essa abordagem é a que tem mais resultados significativos no tratamento e que apresentam dados de melhorias comprovados cientificamente, sua intervenção busca desenvolver repertório de habilidades

e reduzir comportamentos inadequados, isso acontece através de atividades e programas repetitivos que vão intervir nas habilidades, para que possam ser adquiridas pela criança (CAMARGO; RISPOLI, 2013). A intervenção acontece quando é necessário a extinção de um comportamento.

Apesar das ferramentas de intervenções utilizadas para o tratamento das condições apresentadas na fase inicial do desenvolvimento humano, ainda assim se torna possível compreender inicialmente as dificuldades que uma criança diagnosticada com o espectro autista encontra para desenvolver as especificidades as quais possuem atraso neurocognitivo (PAULA; PEIXOTO, 2019), o período infantil é um momento extremante importante, pois se torna possível identificar os sinais referente ao espectro. Nessa fase do desenvolvimento humano é de costume encontrar crianças iniciando a socialização com ambiente em que estão inseridas, porém no caso das crianças com diagnósticos do espectro autista (TEA) a realidade se torna outra, onde a comunicação e o contato físico se estabelecem como sendo uma das dificuldades das crianças para realizar a socialização. Os primeiros indicadores são identificados pelos pais ou pelos familiares que estão convivendo com a criança, por essa razão que a família possui um papel fundamental para realizar o diagnóstico precoce (ZANON; BACKES; BOSA, 2014). Sendo assim, a inclusão para que os mesmos tenham o direito livre de viver em sociedade e consequentemente adquiram acesso ao processo de aprendizagem que se caracteriza como sendo importante para o desenvolvimento infantil, ainda é um grande desafio em vista da crescente demanda de diagnósticos de TEA.

A socialização é um processo a qual é formada a partir de nossas relações com a sociedade. Ela é de grande importância para o desenvolvimento das crianças (principalmente crianças com TEA), pois é por meio dela que eles adquirem meios para satisfazer suas necessidades, compreender a cultura, aprimoram o contato social, aprendem a julgar o que é correto em seu meio e o que é considerado incorreto entre outras coisas. Sabemos que com o advento da tecnologia, o aprimoramento dos meios de comunicação e novas configurações familiares, o processo de socialização infantil sofreu mudanças, tendo em vista que hoje, por exemplo, uma criança de 10 anos tem um repertorio de informações bem maior, se comparado com um adulto que viveu em outra geração (BORSA, 2007).

A importância dos autistas pertencerem á um grupo social tem sido defendida atualmente com muita força pois este é responsável por transmitir toda a cultura acumulada ao longo de seu desenvolvimento, informações estas que envolvem normas, valores, ensino de linguagem, costumes, habilidades e conteúdos escolares (CAMARGO; BOSA, 2012). Outros principios primordiais e que se caracterizam como uma das bases para o desenvolvimento saudável da criança com TEA em adquirir

conhecimento, é por meio dos agentes sociais, os pais, mas há também a escola, os meios de comunicação e o professor. Esses agentes sociais são responsáveis por satisfazer as necessidades da criança e inseri-la em um grupo social, sendo assim fica claro que a socialização é um processo que ocorre por meio de uma interação entre sujeito e ambiente e para que essa relação aconteça depende da particularidade de cada criança e como o mediador (agentes sociais) transmite todo conhecimento obtido (BORSA; 2007).

Quando o processo de socialização ocorre com crianças autistas, o desencadeamento de novos potenciais e habilidades podem ser adquiridas. O desenvolvimento das capacidades de comunicação é o fator principal para ser trabalhado a partir da socialização, pois entendemos a importância que a mesma possui para base de sobrevivência de qualquer ser humano, o qual busca criar relações interpessoais e vínculos afetivos dentro de um ambiente social (CAMARGO; BOSA, 2012).

A comunicação é complexa, por essa razão pode acorrer através do contato visual, expressão facial e da linguagem corporal. Para que esse processo ocorra de maneira saudável devemos novamente destacar a função dos pais e dos familiares em se comprometer em desenvolver e estimular os bebês o mais cedo possível. Portanto tendo a compreensão desse processo de comunicação e sua importância durante a elaboração de relações sociais, podemos assim entender as dificuldades que as crianças com TEA possuem em se inserir no meio social devido a própria dificuldade característica do transtorno do espectro autista que é a baixa interação social com as pessoas (ALMEIDA,2019).

A comunicação é muito importante para todas as pessoas, é como conseguimos nos expressar, trocar informações e se socializar, as crianças com TEA podem ter como uma das suas características a ausência total ou parcial da fala, chamamos essas crianças em especiais como verbais (crianças que falam ou emitem sons parecidos) ou crianças não verbais (crianças que não possuem a fala só emitem sons). Para as crianças que possuem esse atraso na fala ou até mesmo as que a não possuem, é utilizado a comunicação alternativa/aumentativa. A comunicação aumentativa é utilizada por indivíduos que possuem a fala, mas usam a estratégia para complementar ou compensar deficiências na fala sem substitui-la totalmente, ao contrário da comunicação alternativa que é usada para substituir a fala por crianças não verbais, a mesma usa esse tipo de comunicação para realmente substituir a fala (NUNES; BARBOSA, 2021).

Para utilizar a comunicação alternativa/aumentativa mais conhecida como CAA, usamos recursos e matérias que possam facilitar ou dar suporte para o processo de comunicação como as pranchas de comunicação, PECS (sistema de comunicação por troca de imagens) software de comunicação e entre

outros, qual desses recursos são melhores? Isso não é possível dizer, porém cada técnica é utilizada dependendo das condições motoras e cognitivas de cada criança (LEMOS, 2020).

O CAA deve ser utilizado em todos os locais, para que assim principalmente crianças com TEA consigam se comunicar e se expressar, melhorando sua qualidade de vida. Na escola o CAA é de suma importância, pois como citado anteriormente, é o método posibilita as crianças se comunicarem, e por meio desta vem a socialização que é um dos traços mais marcante nas crianças com TEA, a falta ou baixa interação social (NUNES; BARBOSA, 2021).

Tendo em vista a importância da socialização e da comunicação para as crianças com diagnóstico TEA, considera-se que para o processo de desenvolvimento de aprendizagem ocorrer, a criança possa se incluir no ambiente de ensino, a qual visa proporcionar uma formação de aprendizados dos conteúdos e até mesmo desenvolver o processo de socialização por meio de técnicas (como por exemplo o CAA) citadas acima (VARELLA; MACHADO; BASSO,2016). A educação é um direito de todas as crianças, segundo o Artigo 53 da Lei n° 8.069 inserido no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), o processo de assimilação e transmissão do saber sistematizado determina o objetivo do ambiente escolar.

A escola enquanto local de ensino precisa estar apta em atender todas demandas presentes na sociedade, por essa razão a mesma precisa ser composta por uma equipe multidisciplinar que cumpre com a participação ativa para mediar o conhecimento e a aprendizagem (CARDOSO, 2019).

Podemos analisar que o ambiente escolar tem um papel fundamental no desenvolvimento das crianças, pois além de transmitir o saber sistematizado, científico e organizado, desenvolvem suas relações afetivas, tendo em vista que estão inseridos em um ambiente com diversas outras crianças de diferentes sexos, crenças, costumes, raça. A habilidade de participar em situações socias, como por exemplo, fazer a apresentação de um trabalho, ou um teatro, aprimorar a comunicação, o desenvolvimento da identidade sexual, das condutas pró-socias e a própria identidade da criança.

Nos dias atuais é possível observar que no âmbito escolar não há um preparo pedagógico e estrutural para o acolhimento das crianças com transtornos psíquicos, exclusivamente o TEA. É necessário compreender a importância do desenvolvimento das crianças com transtornos psíquicos e suas particularidades por esse motivo, a educação inclusiva para o atendimento de crianças com TEA, se torna um dos princípios essenciais para a inclusão do aluno, portanto é preciso uma equipe multidisciplinar com professores auxiliares, psicólogos, atividades específicas, métodos de ensino diferentes dos outros alunos. Existe também há importância do preparo da sala de aula, com rotinas visuais, pistas visuais, métodos de antecipação do que irá acontecer para o aluno, além disso deve

existir um preparo dos demais alunos que compõem a sala, para o acolhimento e aceitação do TEA, por meio de vídeos, exemplos, palestras, dinâmicas educacionais afim de proporcionar a consciência das diferenças, evitando assim o isolamento social e o bullying. (SANINI; BOSA, 2015)

Podemos citar o ambiente escolar como um dos principais ambientes para que ocorra o desenvolvimento da interação social por meio das práticas pedagógicas (ALMEIDA, 2019). Neste contexto as relações familiares também estão inseridas, pois auxiliam na compreensão das individualidades dos alunos com TEA. Para isso a equipe multidisciplinar responsável pela elaboração das atividades, deve se utilizar dos princípios da educação inclusiva afim de evitar o isolamento e a discriminação, portanto a aprendizagem das crianças com TEA precisam ser constituídas por atividades coletivas e brincadeiras interativas que possuem o objetivo de integrar socialmente, como por exemplo: jogos de quebra-cabeça, memória, jogos de músicas e dança, pinturas e construções (DE MATTOS; NUERNBERG, 2011). A partir da utilização dessas dinâmicas se torna possível desenvolver não somente a criação de relações interpessoais, mas como também o desenvolvimento das funções cognitivas, motoras e principalmente de linguagem.

A equipe multidisciplinar deve procurar estudar e saber mais sobre o TEA, aprender sobres métodos de ensino, tipos de socialização, como criar vínculos, atividades especiais para passar o ensino de qualidade a essas crianças especiais (LEMOS; SALOMÃO, 2014), no entanto é possível identificar um descaso com essa população, por ser algo novo em que as pessoas acabam evitando, acham difícil, e quando tentam, fracassam e consequentemente desistem de colaborar com as ações inclusivas (CHIOTE, 2013). No entanto crianças com TEA precisam que a família e toda equipe que esteja trabalhando no caso seja persistente e determinado, pois devemos compreender que para as pessoas que possuem o espectro autista cada pequena conquista é um passo muito grande.

Desse modo entendemos que a presença da equipe multidisciplinar e da família nas escolas é extremamente importante e fundamental pois ambos sustentam a base para que o desenvolvimento de relações se estabeleça, no entanto, a atual realidade em que nos encontramos muitas vezes se apresenta ao contrário devido à falta de conhecimento sobre o que é o TEA. (GASPARELO; CRUZ; CUNHA, 2019)

Portanto, a escola é um meio de interação social essencial para as crianças, é onde elas fazem amizades, compartilham ideias, aprendem, brincam e se desenvolvem (DA SILVA, 2013) , podemos perceber isso mais evidente dando um exemplo da pandemia do COVID-19, as crianças tiverem que ficar em casa, e isso gerou vários problemas, então entramos na questão, as crianças com TEA

precisam sim ser inseridos no ambiente escolar, crianças que não possuem esse transtorno ao ficarem um período longe das escolas desenvolveram vários problemas sociais, e as crianças com TEA já tem essa dificuldade como principal característica do transtorno, sendo assim essa interação escolar é de estrema importância, através das brincadeiras, atividades e conversas é que essas crianças poderão se desenvolver e trocar informações uma com as outras pessoas (GASPARELO; CRUZ; CUNHA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como finalidade um ampliamento do conhecimento sobre o que é o Transtorno do Espectro Autista (TEA), como é diagnosticado e quais são as características apresentadas por sujeitos portadores de TEA. Para que desta forma uma lacuna fosse problematizada, o ambiente escolar, o artigo teve como objetivo identificar como ocorre a interação entre TEA-escola, TEA-professores, TEA- e demais alunos, pois como foi discorrido em todo o trabalho esse grupo de pessoas tem uma elevada dificuldade em se relacionar com o próximo, sendo assim o foco esteve em entender se o âmbito escolar está preparado para receber crianças com TEA, ou seja, se sua infraestrutura, os professores e as atividades estão melhores adequadas as demandas que essas crianças eliciam. Concluímos que com esse trabalho entendemos por definitivo o que é o Transtorno do Espectro Autista (TEA), seu diagnóstico, suas características, seu método de interação com as pessoas e como o TEA é visto no ambiente escolar, podemos também entender como o ambiente escolar está relacionado com esse público em especial, quais matérias a serem utilizados, preparo que os professores devem ter e como a escola pode fazer para inserir e melhorar a educação dessas crianças com TEA que merecem uma atenção em especial.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Áurea Célia Andrade de et al. A importância da inclusão da criança com autismo no ambiente escolar. 2019.

BAPTISTA, Cláudio Roberto; BOSA, Cleonice. Autismo e educação-reflexões e propostas de intervenção. Artmed Editora, 2002.

BOSA, Cleonice Alves. Autismo: intervenções psicoeducacionais. Brazilian Journal of Psychiatry, v. 28, p. s47-s53, 2006.

BORSA, Juliane Callegaro. O papel da escola no processo de socialização infantil. Rio Grande do Sul, 2007.

CAMARGO, Síglia Pimentel Höher; BOSA, Cleonice Alves. Competência social, inclusão escolar e autismo: um estudo de caso comparativo. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 28, n. 3, p. 315-324, 2012.

CAMARGO, Síglia Pimentel Höher; RISPOLI, Mandy. Análise do comportamento aplicada como intervenção para o autismo: definição, características e pressupostos filosóficos. Revista Educação Especial, v. 26, n. 47, p. 639-650, 2013.

CARDOSO, Lorena Tamillys Silva. A afetividade na relação professor e aluno com TEA na educação infantil. Revista Caparaó, v. 1, n. 2, p. e9-e9, 2019.

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. A mediação pedagógica no desenvolvimento do brincar da criança com autismo na educação infantil. Pró-Discente, 2013.

DA SILVA, Arlam Dielcio Pontes et al. Autismo: a utilização do brincar como forma de interação social. 2013.

DO EVENTO, Coordenação et al. A inclusão de crianças com autismo na educação básica: fatores significativos para o desenvolvimento infantil. Revista do Seminário de Educação de Cruz Alta-RS, v. 6, n. 1, p. 230-237, 2019.

GASPARELO, Andressa Cristina Bevenutti; CRUZ, José Anderson Santos; CUNHA, Arielly Kizzy. Educação inclusiva: a importância da inclusão dos alunos com tea no ambiente escolar. Revista Científica do UBM, p. 160-178, 2019.

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro; AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shírley. Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 20, n. 1, p. 117-130, 2014.

LEMOS, Ludmyla Rosalie Alves de. Autismo, comunicação e linguagem: estratégias e possibilidades de intervenção a partir de uma revisão de literatura. 2020.

DE MATTOS, Laura Kemp; NUERNBERG, Adriano Henrique. Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnósticos de autismo na Educação Infantil. Revista Educação Especial, 2011.

NUNES, Débora Regina de Paula, BARBOSA, João Paulo da Silva e NUNES, Leila Regina de Paula. Comunicação Alternativa para Alunos com Autismo na Escola: uma Revisão da Literatura. Revista Brasileira de Educação Especial [online]. 2021, v. 27.

PAULA, Jessyca Brennand; PEIXOTO, Mônica Ferreira. A inclusão do aluno com autismo na educação infantil: desafios e possibilidades. Cadernos da Pedagogia, v. 13, n. 26, 2019.

SANINI, Cláudia; BOSA, Cleonice Alves. Autismo e inclusão na educação infantil: Crenças e autoeficácia da educadora. Estudos de Psicologia (Natal), v. 20, p. 173-183, 2015.

VARELA, Beatriz; MACHADO, Pedro Guilherme Basso. Uma breve introdução sobre autismo. Cadernos da Escola de Educação e Humanidades, Curitiba, v. 1, n. 11, p. 25-39, 2016.

ZANON, Regina Basso; BACKES, Bárbara; BOSA, Cleonice Alves. Identificação dos primeiros sintomas do autismo pelos pais. Psicologia: teoria e pesquisa, v. 30, p. 25-33, 2014.

Capítulo 5

10.37423/241109456

AVALIAÇÃO OBSERVACIONAL DAS PRÁTICAS DE BIOSSEGURANÇA POR PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM UM HOSPITAL PÚBLICO NO INTERIOR DA BAHIA

Robinson Moresca de Andrade	*Centro Universitário Anísio Teixeira; Centro Universitário de Excelência*
Jaciane Santana de Menezes	*Centro Universitário de Excelência*
Danyelle Araujo Cardoso Bento	*Centro Universitário de Excelência*
Maria Clara Queiroz Nolêto Sá	*Centro Universitário de Excelência*
Indiara Marquene Félix da Silva	*Centro Universitário de Excelência*
Luciana Pereira Silva	*Centro Universitário de Excelência*
Paloma Moura Martins Dantas	*Centro Universitário de Excelência*
Daiane Pedreira dos Santos	*Centro Universitário de Excelência*
Wallas da Silva Araújo	*Centro Universitário de Excelência*
Diogo Souza Bittencourt	*Centro Universitário de Excelência*

Resumo

Introdução: As Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) são essenciais para o cuidado de recém-nascidos prematuros e graves, com a incubadora sendo um dos principais avanços na sobrevivência desses bebês. A avaliação microbiológica das incubadoras é crucial para prevenir infecções nosocomiais, que são responsáveis por uma alta taxa de mortalidade neonatal. A inadequada higienização e falhas no cumprimento de protocolos podem agravar esses riscos. O estudo tem como objetivo avaliar a adesão ao Procedimento Operacional Padrão (POP) de higienização na UTIN e suas implicações na prevenção de infecções. **Métodos**: Estudo exploratório e observacional realizado em uma UTIN de hospital na Bahia, com duração de 30 dias. Foi observada a adesão da equipe multiprofissional aos protocolos de biossegurança, incluindo práticas de higienização das mãos, uso de EPIs e técnicas de desinfecção. **Resultados**: Durante a coleta de dados, observou-se que algumas falhas ocorreram, como o uso inadequado de EPIs (máscaras, luvas, toucas) e a presença de adornos pessoais, como anéis e pulseiras. Além disso, houve falhas na técnica de higienização das mãos e no tempo de uso de equipamentos de proteção. O uso de aparelhos eletrônicos pessoais também contribuiu para riscos de contaminação. **Conclusão**: As observações destacaram a necessidade de ações educativas contínuas e auditorias regulares para garantir a adesão aos protocolos. A implementação rigorosa dos POPs e a melhoria na formação da equipe são essenciais para reduzir infecções e promover um ambiente mais seguro para os neonatos.

Palavras-chave: UTIN; infecções nosocomiais; biossegurança; protocolos; recém-nascidos.

INTRODUÇÃO

As UTIN são cruciais para o cuidado de recém-nascidos prematuros ou com condições graves, que requerem monitoramento contínuo. Um dos principais avanços tecnológicos nesse contexto é a incubadora, introduzida em 1880 pelo médico francês Dr. Étienne Stéphane Tarnier. Esse equipamento revolucionou a pediatria ao criar um ambiente controlado que imita as condições intrauterinas, permitindo a sobrevivência de milhares de bebês prematuros ao longo dos anos e contribuindo significativamente para a melhoria da saúde neonatal (Brito, et al., 2022).

No entanto, para garantir a qualidade desse equipamento, é essencial a avaliação microbiológica dessas incubadoras com recém-nascidos internados, esse procedimento é crucial para garantir a segurança e saúde dos bebês na UTIN. Essa avaliação envolve a identificação e quantificação de microrganismos presentes no ambiente das incubadoras, que podem representar riscos para a saúde dos neonatos, especialmente em decorrência de seu sistema imunológico imaturo. As infecções nosocomiais são responsáveis por até um terço das mortes infantis, sendo classificadas em precoces, manifestando-se nas primeiras 48 horas de vida, e tardias, quando ocorrem após esse período (Silva, et al., 2022).

A monitorização microbiológica, medidas de higiene rigorosas, desinfecção adequada das incubadoras e supervisão contínua do ambiente são essenciais para limitar a contaminação microbiológica ajudando a prevenir e controlar surtos infecciosos. Já a inadequada desinfecção pode transformá-las em veículos de propagação de microrganismos patogênicos, exacerbando o problema em UTINs, especialmente em razão da falta de protocolos eficazes de desinfecção (Azevedo, et. al., 2023). Seguir o POP é indispensável, geralmente esse processo é executado pelo técnico de enfermagem que vai realizá-lo em algumas etapas, dentre elas estão a higienização do profissional que irá realizar a manipulação do equipamento.

Segundo Marcus C. de Goffau, et. al., (2011), o principal causador da sepse neonatal de início tardio em recém-nascidos prematuros são os estafilococos, como principais agentes etiológicos temos o *Staphylococcus aureus* e *Klebsiella pneumoniae* Portanto, a detecção precoce é vital para prevenir infecções. A higiene dos profissionais de saúde é uma prática que contribui para a segurança dos recém-nascidos internados, permitindo identificar riscos e implementar medidas preventivas de maneira eficaz. Essa abordagem proativa é fundamental para melhorar a qualidade do cuidado neonatal e minimizar complicações associadas a infecções. Esses esforços visam garantir uma

esterilização eficiente, para reduzir a incidência de infecções neonatais e, consequentemente, diminuir os elevados índices de mortalidade entre os recém-nascidos hospitalizados.

MÉTODOS

Este estudo, de natureza exploratória e observacional, foi realizado em ambiente hospitalar com a finalidade de avaliar a adesão ao POP. A pesquisa empregou uma abordagem observacional, permitindo a identificação de possíveis falhas no cumprimento do POP e a avaliação da adesão da equipe multidisciplinar aos protocolos estabelecidos.

A coleta de dados foi realizada na UTIN de um hospital localizado no interior da Bahia, abrangendo um período de 30 dias. Para a realização do estudo, foi obtido o consentimento informado dos responsáveis pelos recém-nascidos e dos profissionais envolvidos, garantindo o cumprimento das diretrizes éticas. O estudo foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/IMES) sob o número do CAAE: 71232823.2.0000.5032. As coletas ocorreram em datas pré-estabelecidas em 2023: 16/11, 19/11, 21/11, 26/11, 01/12, 06/12, 11/12 e 16/12.

Para a coleta de dados, os discentes realizaram observações sistemáticas dos profissionais de saúde durante a rotina de trabalho na UTIN. A avaliação incluiu a verificação do uso correto de máscaras, a presença de adornos pessoais e a adesão às práticas de higienização das mãos, seguindo as etapas recomendadas pelos protocolos de biossegurança. Além disso, foram analisados aspectos relacionados à frequência e técnica de lavagem das mãos, o tempo de uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e a conformidade geral com as normas vigentes de controle de infecções. Essas informações foram registradas detalhadamente para identificar padrões de comportamento, possíveis inconformidades e oportunidades de melhoria na adesão às práticas preconizadas.

RESULTADOS

A equipe enfrentou dificuldades iniciais devido à demora na liberação de acesso pela educação continuada do hospital. Durante esse processo, a substituição da coordenadora da educação continuada exigiu a reestruturação e reinício de toda a organização necessária para a coleta de dados.

Em cada sessão na UTIN, o pesquisador orientador e os orientandos seguiram rigorosamente as medidas de biossegurança para evitar qualquer contaminação cruzada. Essas medidas incluíram a higienização adequada das mãos com água e sabão, conforme a técnica recomendada, além do uso correto de equipamentos de proteção individual (EPIs), como máscaras, toucas, propés e luvas. Todos

os membros da equipe estavam com as unhas aparadas, cabelos presos, e não faziam uso de maquiagem ou adornos, atendendo integralmente aos protocolos estabelecidos pelos órgãos de saúde.

Durante o estudo, foi realizada a observação sistemática da equipe multiprofissional para verificar o cumprimento das medidas de biossegurança estabelecidas. Constatou-se que alguns profissionais apresentavam práticas inadequadas, como a presença de unhas longas e esmalte, o uso de adornos pessoais, incluindo anéis, pulseiras e brincos, e a ausência de EPIs essenciais, como toucas, luvas e aventais, durante o manejo dos recém-nascidos. Além disso, foram observados o uso inadequado de máscaras cirúrgicas, com cobertura parcial do nariz ou retirada em momentos inadequados, e falhas na higienização das mãos, como a ausência de técnica correta. Houve também casos de manipulação de equipamentos e pacientes sem a troca ou uso adequado de luvas, bem como a reutilização de máscaras descartáveis além do tempo recomendado.

Além disso, observou-se também o uso de aparelhos eletrônicos pessoais, como celulares e computadores, por parte de alguns profissionais, sem a devida higienização antes e após o contato com pacientes ou superfícies potencialmente contaminadas. O uso inadequado desses dispositivos pode representar um risco significativo para a transmissão de agentes patogênicos, especialmente quando não há a adoção de práticas adequadas de desinfecção, contribuindo para a violação das normas de biossegurança estabelecidas para o ambiente hospitalar.

DISCUSSÃO

O estudo de Rodrigues, et. al., (2024), revela que, embora exista conhecimento teórico sobre práticas de biossegurança, como o uso adequado de EPIs e a higienização das mãos, sua aplicação prática nos ambientes hospitalares ainda enfrenta desafios. A pesquisa apontou falhas como o uso inadequado de EPIs e o descumprimento das normas de higiene, associadas à alta carga de trabalho e à falta de atualização contínua dos profissionais, o que reforça a necessidade de estratégias de capacitação permanente e supervisão rigorosa, especialmente em UTIN, para garantir a segurança dos recém-nascidos e prevenir infecções.

Além disso, a avaliação das práticas de biossegurança entre os profissionais de saúde é importante para proteger tanto os pacientes quanto os trabalhadores. Estudos mostram que, em unidades de tratamento semi-intensivo, a adesão às normas de biossegurança depende de treinamentos frequentes e auditorias regulares. Essas ações são essenciais para reduzir infecções nosocomiais e

acidentes, sublinhando a importância da formação para assegurar o cumprimento adequado das normas (Bernardi; Macedo, 2012).

De acordo com Cruz, et. al., (2020), as principais estratégias para prevenir infecção em UTIN são: lavagem das mãos, que deve ser realizada antes e depois de contato com os pacientes; ao manusear material contaminado, mesmo quando tenham sido utilizadas luvas; ao manusear cateteres vasculares, sonda vesical, tubo orotraqueal e outros dispositivos; após o contato direto com secreções e matéria orgânica; no contato com superfícies e artigos contaminados; e entre os diversos procedimentos realizados no mesmo paciente. Além do mais, é fundamental a utilização de EPIs: os equipamentos de proteção individual ajudam na prevenção de contaminação, como luvas, capotes/avental, máscaras e óculos. Por conseguinte, fazem-se necessários palestras e treinamentos: as palestras e os treinamentos possibilitam que os profissionais fiquem atualizados sobre os temas expostos e também capacitam os colaboradores para uma maior eficácia no trabalho a ser realizado.

CONCLUSÃO

As observações realizadas ao longo do processo destacaram inconformidades nas práticas de biossegurança, reforçando a necessidade de intervenções educativas e estratégias para melhorar a adesão da equipe multiprofissional aos protocolos de segurança. A supervisão contínua e auditorias regulares devem ser implementadas como medidas indispensáveis para garantir o cumprimento das normas, promovendo uma adesão consistente aos procedimentos e minimizando riscos de infecções cruzadas e eventos adversos.

Nesse contexto, UTIN desempenham um papel essencial no cuidado de recém-nascidos em condições críticas, onde a manutenção da qualidade microbiológica das incubadoras é determinante para a segurança dos pacientes. A adoção de protocolos rigorosos de higienização e desinfecção, aliada ao treinamento contínuo das equipes de saúde, é fundamental para prevenir infecções nosocomiais, que figuram como uma das principais causas de morbimortalidade neonatal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Thatyana Telles; et al. Boas práticas para desinfecção em leitos de unidades de terapia intensiva. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 23(7), e12886. https://doi.org/10.25248/reas.e12886. 2023.

BRITO, Eva Anny Wélly de Souza. Análise microbiológica de incubadoras neonatais de uma maternidade de referência de Fortaleza - Ceará. 2023. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

CRUZ, M. R. DA et al. Fatores de risco relacionado à infecção em UTI neonatal. SAÚDE & CIÊNCIA EM AÇÃO, v. 6, n. 2, p. 1–15, 2020. Disponível: https://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaICS/article/view/803.

DE GOFFAU, M. C.; A. BERGMAN, K.; J. DE VRIES, H. Pontos frios em incubadoras neonatais são pontos quentes para Contaminação microbiana. [s.l.] PubMed, 2011.

DI BERNARDI, R.P.; MACEDO, R.B. Avaliação das práticas de biossegurança de profissionais de enfermagem em uma unidade de tratamento semi-intensivo de um hospital público de Curitiba. 2012. acervodigital.ufpr.br. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/39063.

RODRIGUES, H. dos S. et al. Conhecimento e adesão às práticas de biossegurança por profissionais de saúde no Brasil: uma revisão integrativa. Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente, v. 14, n. 2, p. 521–538, 2024. DOI: 10.31072/rcf.v14i2.1347. Disponível em: https://revista.unifaema.edu.br/index.php/Revista-FAEMA/article/view/1347. Acesso em: 16 nov. 2024.

SILVA, EP da; et al. Identificação dos principais patógenos responsáveis pelas Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde em Unidades de Terapia Intensiva Neonatal: Revisão Integrativa. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento. [S. l.], v. 6, pág. e30111628991, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i6.28991.

Capítulo 6

10.37423/241109457

LEVANTAMENTO EM PRONTUÁRIOS DAS INTERCORRÊNCIAS EM RECÉM-NASCIDOS INTERNADOS EM UM HOSPITAL PÚBLICO NO INTERIOR DA BAHIA.

Robinson Moresca de Andrade — *Centro Universitário Anísio Teixeira; Centro Universitário de Excelência*

Jaciane Santana de Menezes — *Centro Universitário de Excelência*

Danyelle Araujo Cardoso Bento — *Centro Universitário de Excelência*

Maria Clara Queiroz Nolêto Sá — *Centro Universitário de Excelência*

Indiara Marquene Félix da Silva — *Centro Universitário de Excelência*

Luciana Pereira Silva — *Centro Universitário de Excelência*

Paloma Moura Martins Dantas — *Centro Universitário de Excelência*

Daiane Pedreira dos Santos — *Centro Universitário de Excelência*

Wallas da Silva Araújo — *Centro Universitário de Excelência*

Rayssa Seixas lopes Sá — *Centro Universitário de Excelência*

Resumo

Introdução: O prontuário eletrônico é uma ferramenta essencial para a coleta e análise de dados médicos, permitindo um estudo detalhado das intercorrências em neonatos internados em Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTINs). Este estudo investigou as complicações clínicas frequentes, com ênfase em infecções e uso de medicações. O objetivo foi analisar as intercorrências em recém-nascidos internados em uma UTIN de um hospital público no interior da Bahia, focando nos agentes patogênicos, tratamentos administrados e as condições clínicas mais prevalentes. **Métodos:** Estudo observacional retrospectivo realizado com a análise de prontuários de 127 neonatos nascidos entre janeiro de 2023 e abril de 2024. Foram avaliados dados sobre infecções, medicações e tempo de internação. **Resultados:** A prematuridade foi o principal fator de risco para complicações, com infecções em 16 casos, sendo Klebsiella pneumoniae o agente mais identificado. A antibioticoterapia foi administrada em 84 neonatos, com Ampicilina e Gentamicina predominando no tratamento. Também foram registrados 3 casos de sífilis congênita, tratada com penicilina. Os principais diagnósticos foram desconforto respiratório, icterícia e asfixia perinatal, com 19 óbitos registrados. **Conclusão:** A análise revelou a alta prevalência de prematuridade e infecções, destacando a necessidade de protocolos rigorosos para controle de infecção. O monitoramento contínuo dos neonatos e o tratamento precoce são essenciais para a melhoria dos desfechos clínicos.

Palavras-chave: Intercorrências; prontuários; recém-nascidos, prematuridade, infecções.

INTRODUÇÃO

Um prontuário consiste em um conjunto de documentos padronizados e ordenados proveniente de várias fontes, destinados ao registro dos cuidados profissionais prestados ao paciente. Possui propósito pessoal e interpessoal e serve para o paciente, à instituição, aos profissionais de saúde e para a sociedade como um todo (Thofehrn; Lima, 2006).

Dessa forma, foi através da análise dos prontuários eletrônicos a obtenção de diversas informações pertinentes para análise científica, buscando elucidar as intercorrências frequentes em recém-nascidos internados em uma UTIN. Logo, foi possível investigar e entender as interações entre ambiente hospitalar, medicamentos, procedimentos e condutas médicas adotadas e executadas pelos profissionais de saúde responsáveis pelos cuidados nas UTINs de hospitais especializados.

A investigação desses ambientes hospitalares realizando-se a análise dos prontuários tornou possível identificar patógenos, as principais medicações prescritas e as infecções mais prevalentes nas UTINs. É necessário não apenas identificar os microrganismos mas investigar se há resistência por parte desses aos medicamentos atualmente conhecidos, virulência e fatores de contaminação. Dessa forma, poder-se-á elaborar novos protocolos de assistência para eliminar patógenos previamente identificados e aumentar as chances de um bom prognóstico para os quadros clínicos encontrados, orientando melhor os profissionais para que tal objetivo seja colocado em prática (Thofehrn; Lima, 2006).

MÉTODOS

Este estudo possui caráter observacional com coleta retrospectiva de dados, integrando análises qualitativas e quantitativas. A pesquisa foi conduzida na UTIN de um hospital público localizado no interior da Bahia. Para a realização do estudo, foi obtido consentimento junto à direção do hospital para o acesso aos prontuários médicos dos pacientes e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/IMES sob o CAAE 71232923.7.0000.5032.

O levantamento de dados ocorreu exclusivamente no setor de arquivos do hospital. A coleta de dados teve duração de três meses, abrangendo os prontuários de neonatos nascidos entre janeiro de 2023 a abril de 2024. Nesse período, foi realizada a análise completa das informações, incluindo o tempo de permanência dos bebês na UTIN, a identificação dos principais agentes etiológicos e as medicações administradas. Durante esse período, os pesquisadores acessaram os prontuários no local designado, registrando de forma sistemática todas as informações pertinentes em planilhas de coleta de dados.

RESULTADOS

Os dados encontrados estão alinhados com a literatura existente, que destaca a prematuridade como um fator de risco para diversas complicações. A identificação de frequências de intercorrências permite um direcionamento para intervenções mais eficazes e um aprimoramento nos protocolos de atendimento neonatal.

Foram avaliados 127 prontuários de recém-nascidos internados na UTI neonatal, a maioria pré-termos. A triagem infecciosa foi positiva em 16 casos, com *Klebsiella pneumoniae* identificada em 7 deles, destacando a necessidade de rigor no controle de infecção. Outros patógenos incluíram *Escherichia coli*, *Staphylococcus sp*., *Pseudomonas aeruginosa*, e *Treponema pallidum*. Antibioticoterapia foi utilizada em 84 recém-nascidos, sendo Ampicilina e Gentamicina administradas em 76 RNs. Cefepime foi usado em infecções complicadas.

Além disso, foram encontrados 3 registros de sífilis congênita, tratados com penicilina. O CID mais frequente foi o P229 (Desconforto respiratório não especificado do recém-nascido). Além disso, dentre os prontuários, 19 óbitos foram registrados. Os principais quadros clínicos incluíram prematuridade, desconforto respiratório, infecções, icterícia e asfixia perinatal, destacando a importância do manejo adequado das infecções em neonatos críticos.

DISCUSSÃO

Este estudo demonstrou a importância do levantamento de intercorrências em prontuários de recém-nascidos, servindo como base para futuras pesquisas e melhorias nas práticas clínicas. A análise contínua dos dados coletados pode contribuir significativamente para a promoção de um atendimento de qualidade e redução das complicações neonatais (Silva et.al. 2014)**.**

Além disso, os antimicrobianos são medicamentos frequentemente prescritos para pacientes neonatais hospitalizados (Hsieh, et. al, 2023). Representam 75% dos medicamentos prescritos em UTIN. Apesar do alto uso de antimicrobianos em neonatologia, não há uma avaliação padronizada de seu uso (OMS, 2019).

Conforme Oliveira (2024), os antimicrobianos mais comumente usados em UTIN, principalmente para tratamentos empíricos, foram ampicilina, amicacina e gentamicina. Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria, essa situação se justifica pela baixa indução de resistência e pela alta sensibilidade das hastes gram-negativas à amicacina, bem como por sua ampla disponibilidade e baixo custo.

Um estudo de Shane, et. al. (2017) enfatiza que a duração do tratamento na sepse de início precoce em combinação com ampicilina e aminoglicosídeo deve ser de 10 dias. A bacteremia causada por estreptococos do grupo B e meningite não complicada deve ser tratada por 14 dias. Para infecções complicadas, o tratamento deve ser estendido para 21 a 28 dias. No presente estudo, a duração mediana do tratamento foi de 10 dias, com intervalo interquartil de apenas 2 dias e média de 9,8 dias. Para aqueles que utilizaram um segundo esquema antimicrobiano, indicando um quadro mais grave, a média/mediana foi de 19 dias, o que está de acordo com a literatura.

Nesse cenário, a sepse neonatal é uma síndrome comum em unidades de terapia intensiva neonatal. Neste estudo, 57,5% dos pacientes foram diagnosticados com sepse neonatal. Além disso, a sepse neonatal tem uma taxa de mortalidade superior a 50% em países de baixa renda e entre 15% e 30% em países de alta renda. Globalmente, aproximadamente 30 milhões de casos ocorrem a cada ano, levando a cerca de 8 milhões de mortes (Dugani, S. & Kissoon, N., 2017). Devido a esses fatores, optamos por incluir apenas pacientes com sepse neonatal neste estudo (Liem, 2010).

CONCLUSÃO

O levantamento realizado evidenciou a alta prevalência de prematuridade e infecções como fatores críticos para o manejo neonatal. A identificação dos principais agentes etiológicos, como *Klebsiella pneumoniae* e *Escherichia coli*, reforça a importância de protocolos rigorosos de controle de infecção. Além disso, o uso frequente de antibioticoterapia e o registro de sífilis congênita indicam a necessidade de monitoramento contínuo das condições de saúde dos neonatos, destacando a relevância de estratégias de prevenção e tratamento precoce para melhorar os desfechos clínicos.

REFERÊNCIAS

DUGANI, S.; KISSOON, N. Advocacia global necessária para sepse em crianças. J. Infectar., v. 74, n. 1, p. S61-S65, 2017. DOI: 10.1016/S0163-4453(17)30193-7.

HSIEH, E. et al. Uso de medicamentos na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. Am. J. Perinatol., v. 31, n. 9, p. 811–822, 2013.

LIEM, T. B. Y.; HEERDINK, E. R.; EGBERTS, A. C. G.; RADEMAKER, C. M. A. Quantificando o uso de antibióticos em pediatria: uma proposta para DDDs neonatais. Microbiol. Infetar. Dis., v. 29, n. 10, p. 1301–1303, 2010. DOI: 10.1007/s10096-010-0990-3.

OLIVEIRA, C. R. V.; ALMEIDA, A. I.; DE OLIVEIRA-FILHO, A. D.; BOA-SORTE, N. Perfil do uso de antimicrobianos e potencial uso da dose diária definida em neonatologia. Sci Rep., 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Programas de administração de antimicrobianos em unidades de saúde em países de baixa e média renda: um kit de ferramentas prático da OMS. 2019.

SHANE, A. L.; SÁNCHEZ, P. J.; STOLL, B. J. Sepse neonatal. Lanceta, v. 390, n. 10104, p. 1770–1780, 2017.

SILVA, C. F.; LEITE, A. J. M.; ALMEIDA, N. M. G. S.; LEON, A. C. M. P.; OLOFIN, I. Fatores associados ao óbito neonatal de recém-nascidos de alto risco: estudo multicêntrico em Unidades Neonatais de Alto Risco no Nordeste brasileiro. Cad. Saúde Pública [Internet], v. 30, n. 2, p. 355-368, 2014 [citado 2015-07-18].

THOFEHRN, C.; LIMA, W. C. DE. Prontuário Eletrônico do Paciente – A Importância da Clareza da Informação. Revista Eletrônica de Sistemas de Informação, v. 5, n. 1, 2006.

Capítulo 7

10.37423/241109459

TECNOLOGIAS E PERSPECTIVAS DO ENSINO PÓS MARÇO DE 2020:RELATO DE EXPERIÊNCIAS

SARA REINHARDT *UNINTER*

Resumo: O contexto educacional está baseado em leis e regras pré-estabelecidas que permitem o desenvolvimento de atividades de forma organizada. A situação vivenciada em um Colégio Militar em um município de Santa Catarina perante a mudança provocada pela pandemia do Covid 19, exigiu esforços para a reorganização das rotinas. Uma das medidas de enfrentamento foi a mudança das aulas presenciais para online, migrando para um sistema semipresencial. Isso exigiu que toda escola se envolvesse, possibilitando a transformação. Este trabalho, que tem como ponto de partida as experiências remotas advindas do contexto pandêmico e legisladas por decisão política, tem seu foco nas alterações dos processos no sistema educacional e nas lições e práticas passíveis de adoção no ambiente escolar. Após analisar os fatores que intervieram neste contexto pandêmico, foi possível compreender esta dinâmica, e os dados mostram que estes profissionais vislumbram um futuro no qual a tecnologia esteja vinculada ao cotidiano escolar.

Palavras-chave: Ensino Remoto e Pandemia. Tecnologias na Educação Básica. Práticas e Formação de Professores. Perspectivas Futuras sobre a Docência.

1 INTRODUÇÃO

O enfrentamento da pandemia causada pelo coronavírus, que de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a ser chamada oficialmente de COVID-19 (FIOCRUZ, 2020), exigiu dos governos estaduais, e no Estado de Santa Catarina não foi de forma diversa, a adoção de medidas extremas visando o isolamento social e o controle da disseminação da doença. Fatalmente, as instituições de ensino com sistema presencial, onde o contato social é da sua natureza intrínseca, foram atingidas, obrigando-as a se adaptar de forma abrupta, rompendo com os modelos de ensino até então desenvolvidos.

Foram necessárias ações coordenadas e adoção de processos pela gestão escolar, desde o desenvolvimento de uma plataforma de estudos, capacitação dos professores, desenvolvimento de reuniões a distância bem como estabelecimento de um canal de comunicação permanente para direcionar, apoiar e tirar dúvidas dos alunos, pais e responsáveis. Essas novas perspectivas determinaram uma reinvenção em um Colégio Militar de um município de Santa Catarina, e esta situação, embora não desejada e programada, resultou em novos parâmetros e perspectivas futuras que poderão impactar positivamente na educação coletiva.

Um grande desafio se instaurou em todas as escolas a partir do cancelamento das aulas presenciais devido à pandemia do coronavírus. As aulas não poderiam ser canceladas, então todas as instituições de ensino tiveram de se empenhar perante a nova realidade que exigiu tomada de decisões e atitudes.

De acordo com Pujol (2020, s/p, grifo do autor) os seguintes dados deveriam ser levados em conta para a tomada de ação:

> **Alunos**: podem ter dificuldade para manusear ou acessar computadores e internet fora da escola, além da falta de disciplina para gerenciar o próprio tempo e o estudo;
>
> **Professores**: podem não ter a habilidade pedagógica e tecnológica necessária para adaptar a aula presencial à EAD;
>
> **Instituições de ensino**: podem carecer de infraestrutura de tecnologias da informação (TI) necessárias para alta demanda de aulas virtuais, bem como de currículo para orientar os professores;
>
> **Cidades menores**: podem ter o serviço de internet sobrecarregado, e prejudicar o processo de ensino–aprendizagem.

É preciso considerar ainda, segundo Correa (2020), que as tecnologias educacionais não estão presentes na maioria das escolas e, até então, também não eram uma prática diária na maioria delas:

> É consenso no âmbito acadêmico que a EaD não é a melhor forma de acesso à educação, muito menos para os estudantes da Educação Básica (HABOWSKI et. al, 2020; HAYASHI et al., 2020). Em se tratando da diversidade da rede pública, com pessoas de diferentes classes sociais e diferentes formas de acesso à internet. (EDUCA+BRASIL, 2020)

Com o fechamento das escolas, houve uma grande preocupação com a paralisação do processo ensino-aprendizagem e da redução de estímulos ao desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020) uma vez que o contato diário especialmente com colegas e professores não se daria mais presencialmente: “Mesmo com os esforços, sobretudo das escolas privadas, de criar recursos tecnológicos, em geral falta formação e tempo para que os professores se apropriem disto. Agora, de repente, foram “obrigados” a utilizar as ferramentas” (EDUCA+BRASIL, 2020).

Houve muito esforço de toda equipe escolar deste colégio militar, especialmente dos professores adequando-se à situação e se reinventando para dar conta da nova maneira de ensinar, preservando o seu emprego na escola e garantindo a manutenção dos estudantes.

> Para muitas instituições e profissionais, o **ensino EAD** aconteceu de forma repentina e a adequação à nova modalidade precisou ser imediata. Prova disso é 83% dos professores se sentem despreparados para dar aulas online. A pesquisa foi realizada pelo Instituto Península e avaliou as respostas de 7.734 mil professores de todo o país, entre os dias 13 de abril e 14 de maio de 2020. (EDUCA+BRASIL, 2020, grifo do autor)

Aulas presenciais num ambiente virtual de aprendizagem possuem metodologia e tecnologias próprias e exigem um sistema de gestão de aprendizagem (AVA) estruturado para apoio ao ensino. Entretanto, outras ferramentas virtuais podem auxiliar na comunicação entre professores, alunos, gestores e outros auxiliares de ensino, para poderem compartilhar conteúdos, como o *email* e o *WhatsApp*.

> Uma estratégia consistente para o ensino remoto é aquela que busca mitigar as condições heterogêneas de acesso e os diferentes efeitos de soluções a distância em função do desempenho prévio dos estudantes. Para enfrentar o risco da ampliação de desigualdades, ao lançar mão de estratégias de ensino a distância, é preciso entender que a disposição de recursos tecnológicos é heterogênea entre os alunos e que aqueles que já têm desempenho acadêmico melhor tendem a se beneficiar mais das soluções tecnológicas. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020)

O trabalho dos professores é importante para assegurar o processo, e o envolvimento das famílias é significativo, acompanhando a atuação e o desempenho de seus filhos nas atividades remotas e estabelecendo rotinas de estudo cada vez mais autônomas (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

A modalidade de educação a distância é bastante desafiadora, em especial para colégios em regime exclusivamente presencial até então, porque há um novo ambiente no qual o docente precisa inovar seu modo de ensinar para os educandos aprenderem de forma produtiva, e os educandos por sua vez, precisam organizar seu espaço de estudo bem como assumem uma autonomia muito maior no andamento de sua rotina diária. A família, que era fundamental no processo educativo, nesta nova sistemática, assume novos desafios e responsabilidades.

O foco deste estudo é avaliar as adaptações ocorridas no Colégio da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina – Unidade de um município, no ensino fundamental II, frente à pandemia, apresentando como era e como está atualmente operando nesta situação de adversidades e responder, ao final, a seguinte questão problema: "Considerando-se estas experiências remotas, advindas do contexto pandêmico e legisladas por decisão política na esfera educacional (decretos do executivo e portarias do secretário da educação) e que alteraram os processos de ensino e de aprendizagem em todo o sistema educacional, que lições e boas práticas podemos elencar como passíveis de adoção no ambiente escolar do Colégio Militar, nosso foco de estudo?"

A pandemia trouxe-nos muitos desafios, mas também nos deixou latentes novas perspectivas futuras. Esta pesquisa foi realizada com a colaboração de professores que atuam na rede de Colégios Militares de Santa Catarina, buscando compreender como ocorreu o processo de ensino-aprendizagem a partir do momento em que foram proibidas as aulas presenciais, e as percepções dos professores em relação à nova situação imposta devido à pandemia, por meio de questões fechadas encaminhadas via *google form* e analisadas por meio dos gráficos gerados.

Por fim, sobre a necessidade da formação continuada para professores, encontramos duas dissertações que corroboram as nossas certezas sobre o quão importante é o professor estar ciente e seguro para realizar atividades EaD: A formação de professores na sociedade hiperconectada: alternativas emergentes para a internacionalização e apropriação de tecnologias digitais na educação e Formação continuada de professores pela via do terceiro setor e a atuação da assessoria pedagógica.

Surge então para os educadores o compromisso de apropriarem-se do conhecimento tecnológico bem como da necessidade de investimentos na estrutura física das instalações dos estabelecimentos de ensino. Internet, computadores, *tablets, notebook, smart* TV, fibra ótica, *Wi-fi* que antes não faziam parte das necessidades da estrutura do ambiente escolar, agora são produtos que otimizam o rendimento escolar, portanto uma mudança bastante complexa no processo de ensino-aprendizagem. Além da mudança na estrutura física das instalações e materiais necessários, os estudos apontam para

a necessidade de um processo de formação continuada para os professores, os quais precisam dominar e estar acompanhando ativamente o desenvolvimento e a chegada de novas tecnologias.

2 TECNOLOGIAS E PERSPECTIVAS NA/DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A tecnologia faz parte do cotidiano da criança e do adolescente. Os bebês, já interagem através de ligações de *WhatsApp* com áudio e vídeo, com seus familiares. Crescem brincando e interagindo com *tablets*, coisas intangíveis às gerações antecedentes. Nada mais natural, então, que nas escolas haja o desenvolvimento de competências no uso de tecnologias.

Para a BNCC (2017, p.12), o conceito de competência é fundamental no processo educativo, pois "os alunos devem "saber" (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, devem "saber fazer" (empregando conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) "para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho)" de modo que todas as ações escolares devem assegurar aprendizagens essenciais, havendo um compromisso com a educação integral que deve estar pautada na inovação e na inclusão.

Há, então, a preocupação com a educação integral como um processo no qual se questiona o que se deve aprender, "para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado." (BNCC, 2017, p.13). Essa preocupação com o que aprender está voltada a aprendizagens "sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea." (BNCC, 2017, p.13)

Assim, os currículos devem assegurar as aprendizagens as quais se concretizarão considerando-se as realidades escolares, a sua comunidade, seus alunos e a participação das famílias.

Essa flexibilização deve ser considerada na organização de currículos e propostas, cabendo às escolas observar sua realidade e assegurar no processo de ensino-aprendizagem todos os aspectos do desenvolvimento do estudante: físico, cognitivo, psicológico, social considerando as etapas de seu crescimento, habilidades e competências, as vivências pessoais e grupais que fazem parte do seu cotidiano:

> As experiências das crianças em seu contexto familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento a um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação são fontes que estimulam sua curiosidade e a formulação de perguntas.

> O estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico, por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas e de avaliar respostas, de argumentar, de interagir com diversas produções culturais, de **fazer uso de tecnologias de informação e comunicação, possibilita aos alunos ampliar sua compreensão de si mesmos, do mundo natural e social, das relações dos seres humanos entre si**." (BNCC, 2017, p.56, grifo nosso)

Ao longo do Ensino Fundamental II, os desafios são de maior complexidade, é importante retomar e ressignificar as aprendizagens para aprofundamento e ampliação de repertórios. "Nesse sentido, também é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação." (BNCC, 2017, p.57, grifo nosso)

Ao mesmo tempo que a BNCC orienta para uma educação voltada para as realidades do momento, pensando numa educação integral, o que é extremamente positivo, nas 310 páginas que seguem são listadas as competências por área de conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas), os temas, objetos de conhecimento e as habilidades a serem desenvolvidas. Não se faz menção às tecnologias e multimídias que, então, passam despercebidas ou percebidas apenas como recursos auxiliares no processo de ensino aprendizagem; portanto não entendidas como imprescindíveis no processo ensino-aprendizagem.

Ainda, de acordo com o site da BNCC (2017, s/p), quando trata da implementação, práticas e aprofundamentos sobre o uso das tecnologias digitais,

> [...] incorporar as TDICs nas práticas pedagógicas e no currículo como objeto de aprendizagem requer atenção especial e não pode mais ser um fator negligenciado pelas escolas. É preciso repensar os projetos pedagógicos com o olhar de utilização das tecnologias e recursos digitais tanto como **meio**, ou seja, como apoio e suporte à implementação de metodologias ativas e à promoção de aprendizagens significativas, quanto como um **fim**, promovendo a democratização ao acesso e incluindo os estudantes no mundo digital. Para isso, é preciso fundamentalmente revisitar a proposta pedagógica da escola e investir na formação continuada de professores.

A rigor a BNCC enfatiza o uso de tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética em todas as áreas do conhecimento, mas deixa a encargo das escolas que determinem como farão isso. Se considerarmos a necessidade de recursos materiais e humanos para que haja de fato o uso de tecnologias nas atividades escolares, entendemos por que isso não é tão simples de se executar. São necessários tempo, dinheiro e boa vontade não apenas para implantar tecnologias digitais, mas para mantê-las em uso adequado e constante com professores capacitados e sentindo-se seguros para a utilização permanente.

O uso de tecnologias nas escolas é algo que está evoluindo e com ela nasce a possibilidade de implementar conceitos de ensino híbrido (EH – também chamado de educação híbrida) no ambiente escolar.

Como o nome mesmo diz, esse é um formato de ensino-aprendizagem que mescla o ensino presencial com o ensino remoto, buscando extrair o melhor dos dois mundos, mas, principalmente no ensino básico, a presença de um professor na sala de aula é essencial.

É na escola que os jovens aprendem importantes lições de vida, que vão muito além do que cai na prova. Com a maior presença de tecnologia, é possível o professor fazer um acompanhamento mais próximo do desenvolvimento do aluno, podendo identificar dificuldades e indicar conteúdos complementares sem ter de interromper a dinâmica da sala de aula. Existe ainda a possibilidade da flexibilização da carga horária, podendo mesclar aulas presenciais com vídeo-aulas. Neste ponto, é importante destacar que esta evolução no modo de ensinar (híbrido) embora já esteja acontecendo na prática, ainda que de forma incipiente, encontra amparo jurídico.

A educação híbrida se configura com a mistura entre a modalidade presencial e a modalidade a distância e, ainda, podendo acontecer simultaneamente. Partindo dessa fusão, numa abordagem institucional, essa, poderá intensificar este hibridismo, consolidando o disposto no artigo 81 da LDB/96 (BRASIL, 1996), por meio da permissão para a eficaz integração entre o espaço real e o virtual, entre o tempo síncrono e assíncrono e na interatividade entre o passivo e o interativo, de forma experimental. O art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996 estabelece: “É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições desta Lei”. (BRASIL, 1996)

Uma das grandes vantagens do ensino híbrido é que o aluno continua aprendendo mesmo quando ele não está na sala de aula, o que dá ainda mais força para a concepção de que a aprendizagem é um processo contínuo, não pontual. Deste ponto de vista, o sistema pode aumentar a autonomia, aumentando e aprimorando aprendizados, e exige responsabilidade, permitindo flexibilidade de local e horário na execução de tarefas dentro e fora da escola POLIEDRO, 2021, s/p).

A socialização das descobertas e experiências na execução das tarefas pode ser fundamental não só em relação aos conhecimentos adquiridos, mas também nas habilidades desenvolvidas ao apresentar, argumentar e ouvir seus colegas e professores.

A importância do ensino híbrido está em transformar a maneira como os estudantes constroem seus conhecimentos. A metodologia que mescla aulas presenciais com um ambiente digital já não é mais

novidade, e a maioria das escolas brasileiras já adotou algum tipo de estratégia que envolva plataformas digitais, aplicativos e vídeo-aulas. Além das facilidades trazidas pelo ensino remoto, a modalidade ainda ajuda no desenvolvimento de habilidades importantes para os estudantes, como a autonomia, a proatividade e a solução de problemas:

> Reforçam as características do EH o vínculo estreito com a reorganização do tempo e do espaço da aula e com os papéis de aluno e educador pois, ao dar ao estudante a chance de fazer, fora da aula, as atividades que ele pode desenvolver sozinho sem qualquer prejuízo, abre-se espaço para utilizar o tempo em sala de aula com mais qualidade, criatividade e interação. Como resultado, o processo de ensino e aprendizagem é fortalecido sobre uma base de personalização exclusiva para cada aluno e/ou grupo. (DINIZ *et al*. 2018, p. 435)

Há dois modelos de sistema híbrido, cujas características estão vinculadas a maior ou menor frequência de encontros presenciais, embora estes sejam necessários, até por motivos legais (SAS. 2020, s/p). São eles:

- Disruptivo ou *flex*: bastante comum no ensino superior em todo o Brasil, neste modelo há uma plataforma *online* ou remota na qual estão disponíveis todos os materiais com as aulas e vídeos, acessíveis em qualquer hora e lugar. Há encontros presenciais agendados para algumas aulas e avaliações.
- Sustentado: modelo bastante usado, com características semelhantes ao ensino tradicional, pois as aulas são quase todas presenciais e as ferramentas tecnológicas são auxiliares no processo de ensino-aprendizagem.

O modelo sustentado apresenta variações:

- Rotação individual: para aprofundar temas em sala de aula, o professor entrega uma lista de atividades de pesquisa sobre conteúdos que devem ser incluídas na plataforma digital.
- Laboratório rotacional: os alunos são divididos em dois grupos, um fica em sala de aula e o outro no laboratório. Depois, conforme as determinações do professor, os grupos irão trocar de ambiente e, assim, irão compreender, de formas distintas o conhecimento adquirido naquela aula, podendo também ser feita a rotação individual, na qual cada aluno passa por diferentes atividades.
- Sala de aula invertida: assim chamado porque oferece uma inversão nas relações de estudo. O aluno deve estudar através dos meios digitais determinado conteúdo e levar
- questionar pontos desconhecidos ou não fixados, proporcionando ampla interação.

Estas duas variações são conhecidas e, em ambas, há características do ensino tradicional, mas a sala de aula invertida, por proporcionar maiores possibilidades de interação, tem sido bastante valorizada porque o professor atua como facilitador/tutor, mediando a aprendizagem.

O ensino híbrido ainda permite a personalização da aula de acordo com as necessidades individuais dos estudantes enquanto o professor faz um acompanhamento mais próximo da aprendizagem da turma.

> A evolução tecnológica permitiu, também, ir além dos ambientes virtuais de aprendizagem, onde estes funcionam como suporte e gestão de conteúdos, e através dos tutores, intérpretes dos objetivos do curso, é possível utilizar outras formas de fazer chegar o conhecimento aos alunos. É reconhecido pela literatura da área que os tutores, com o decorrer dos tempos, têm vindo a ganhar importância na EaD, assumindo tarefas essenciais no processo de ensino-aprendizagem. (VIEIRA BARROS, GUERREIRO, 2019, p.6)

Embora o conceito e a utilização não sejam novos, o EaD foi uma novidade introduzida às pressas em muitas escolas no ano 2020 devido à situação pandêmica que levou o governo a estabelecer regras, entre elas a proibição de aulas presenciais. Apesar dessa necessidade de mudança e muitas controvérsias em relação à eficácia do ensino, as aulas EaD continuam e espera-se que, depois desta fase de restrições ao ensino presencial, as práticas educativas a distância continue de algum modo presentes como um recurso valioso no processo de ensino-aprendizagem.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da própria vivência no Colégio Militar de um município de Santa Catarina, pois trabalhando como supervisora educacional foi perceptível a dificuldade e temores enfrentados por todo corpo docente quando foram estabelecidas as aulas a distância.

A técnica de pesquisa incluiu revisão bibliográfica, estudo das legislações, livros, documentos dos colégios militares, periódicos bem como informações da rede mundial de computadores para a seleção, análise e coleta dos dados, buscando o caminho da resolução do problema e seus objetivos geral e específicos a serem explorados e esclarecidos, pois, como afirma Vieira (2002, p. 65), “a pesquisa exploratória visa proporcionar ao pesquisador uma maior familiaridade com o problema em estudo”.

Trata-se de estudo de caso, cujo método permite analisar em profundidade um fenômeno dentro de um contexto social. Como explica Lima (2020, p.111):

> É comumente usado em situações nas quais o pesquisador está examinando um fenômeno complexo com diversas dimensões ou quando analisa práticas reais de maneira detalhada e, também, em situações em que o contexto é de extrema importância para a compreensão do fenômeno.

De acordo com Yin (2001), pode-se ter foco tanto em eventos comportamentais que não terão grandes exigências de controle, mas também sobre os processos de distintas naturezas (sociais, políticos etc.)

ou conjunções de processos – fenômenos nos quais diversos mecanismos causais de diferentes áreas e dimensões produzem determinados resultados.

Nesta pesquisa consideramos as ações e reações dos professores durante o ano de 2020, devido à situação imposta pela pandemia. Precisamos verificar evidências, como documentos (planos de aula e provas, por exemplo), além de entrevistas informais e observações, que de acordo com YIN (2001) permitem a obtenção de dados e informações necessários para análise e conclusões.

Considerando a situação dos cinco colégios militares de Santa Catarina durante o período de pandemia e a necessidade de obter dados que pudessem sustentar as finalidades desta pesquisa, optamos pela aplicação de questionário enviado a professores e pedagogos de cinco escolas de Santa Catarina em maio de 2021, após aproximadamente um ano e meio de atividades EaD, as quais nesta época estavam passando para o sistema semipresencial (50% dos alunos no colégio fisicamente e 50% dos alunos assistindo de suas residências as aulas transmitidas ao vivo), visando verificar suas considerações, pontos de vista e analisar este processo de ensino-aprendizagem até este período apontado.

As cinco unidades escolares cujos professores se dispuseram a responder os questionários para este estudo estão difundidas pelo Estado de Santa Catarina, a mais antiga delas possuindo 37 anos de atividades. Atendem o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio, algumas em fase de credenciamento.

Analisando as respostas de sessenta e seis professores e/ou pedagogos de cinco escolas de Santa Catarina, tanto docentes do ensino fundamental II como do ensino médio, o questionário que serviu de base para as análises foi composto de 16 (dezesseis) perguntas em modelo *Google Forms*, enviadas via internet (*e-mail* e *Whatsapp)* para os cinco colégios, localizados em Florianópolis, Lages, Blumenau, Joinville e Laguna, sendo contabilizados 66 (sessenta e seis) respondentes, entre docentes e área pedagógica.

Com as respostas obtidas, verificamos que a maioria dos entrevistados possui até 5 anos de experiência na área (30,4%) demonstrando-se bastante novos na seara do ensino. Com 21 anos ou mais, temos 20,3% dos entrevistados, o que caracteriza a pesquisa bastante eclética neste perfil, pois quase metade dos profissionais entrevistados, ou está no início da carreira, ou já está há muito tempo no serviço educacional.

A plataforma mais utilizada foi o *google classroom*, talvez até impulsionada pelo Governo do Estado, que sugeriu esta sala de aula virtual para o processo de ensino e aprendizagem. Dos entrevistados, 73,9% estavam satisfeitos com a plataforma utilizada e o suporte técnico foi bom para 53,6% dos

entrevistados e razoável para 18,8%, o que demonstra que maiores esforços devem ser aplicados para melhoria do apoio técnico aos profissionais.

Dos profissionais, aproximadamente 1/3 destes, possuía bom conhecimento de atividades EaD. Ressalta o dado que 10,1% não possuía nenhum conhecimento nesta modalidade de ensino, o que, se por um lado demonstra falta de qualificação pessoal, por outro demonstra que o Estado nunca buscou capacitar o servidor, ao menos no Ensino Fundamental II e Médio para estas atividades.

Quanto à eficácia do ensino on-line 46,4% o julgaram importante e 31,9% razoavelmente importante, o que nos indica que um sistema misto, que integre aulas presenciais e aulas EaD seria possível, na perspectiva do pedagógico, nas rotinas escolares, mesmo sem a presença de pandemia ou restrições ao convívio social. Sobre as aulas EaD serem síncronas (ao vivo) ou assíncronas (gravadas), a grande e imensa maioria 79,7% julgou as aulas síncronas (ao vivo) como importantes ao aprendizado, o que nos espelha a possibilidade de aulas EaD, mas na perspectiva ao vivo, realçando que a presença do professor faz diferença na percepção e no próprio desenvolvimento das aulas.

Sobre a importância da tecnologia para facilitar o processo EaD, 91,3% dos entrevistados afirmaram que o investimento em tecnologia facilita esta aplicação, o que demonstra que investimentos em câmeras profissionais, salas estúdios, iluminação adequada, investimentos em microfones de lapela e *headset* são fundamentais neste processo.

Em relação à satisfação diante do trabalho docente no ambiente EaD, 49,3% dos entrevistados afirmaram estar razoavelmente satisfeitos, ou seja, metade da equipe analisada percebe limitações neste sistema, ao menos quando analisado para enfoque no ensino fundamental II e médio. Observamos, ainda, que quando perguntados se o sistema EaD deve ter espaço no processo de ensino-aprendizagem após encerrada esta pandemia, 36,2% afirmaram ser razoavelmente importante e 13% pouco importante, totalizando 49,2% dos entrevistados.

Quanto à sensação de prestígio do professor e sua percepção pessoal neste contexto EaD, 48,5% dos entrevistados não se sentiu desprestigiado e 18,2% se sentiu pouco desprestigiado, totalizando nestes perfis 66,7% dos entrevistados, o que demonstra que o profissional, ainda que com as dificuldades apontadas, se percebe, em sua maioria, partícipe do processo. É bem verdade que entre os razoavelmente desprestigiados e muito desprestigiados temos um percentual de 33,3%, ou seja, praticamente 1/3 de nossos profissionais não se sentem confortáveis neste processo.

Ao fazer a descrição e análise das adaptações necessárias para a continuidade do ano letivo, diante da adoção do regime EaD frente à pandemia, se demonstram as dificuldades encaradas por toda a comunidade escolar para viabilizar os melhores avanços possíveis no processo de ensino e também as ações que se demonstraram eficazes no sistema EaD. Como resultado de pesquisa temos aqui um relato de experiência baseado na análise dos dados e avaliação das informações obtidas, permitindo relacionar as boas práticas de ensino, seja ele presencial, EaD ou híbrido. São esses dados de pesquisa que nos permitiram elabora um produto, visto que se trata de uma pesquisa-ação, cujos resultados pretendem uma mudança pedagógica que inclua mais estratégias de ensino-aprendizagem com uso de recursos tecnológicos.

Com as respostas obtidas, apreendemos os seguintes parâmetros: em relação ao nível de conhecimento dos professores, em atividades EaD, no momento anterior a pandemia, constatamos que 77% respondentes, apontaram ter baixo ou no máximo intermediário conhecimento. Somente 23% dos entrevistados, consideravam ter ótimo conhecimento para o desenvolvimento dessas atividades. Relacionando-se estas respostas com a realidade escolar, que também, antes do contexto pandêmico, parcamente investia em suporte tecnológico (internet, fibra, *smart* tv, microfones de lapela, *tablets*, salas estúdio etc.) estas respostas fazem sentido.

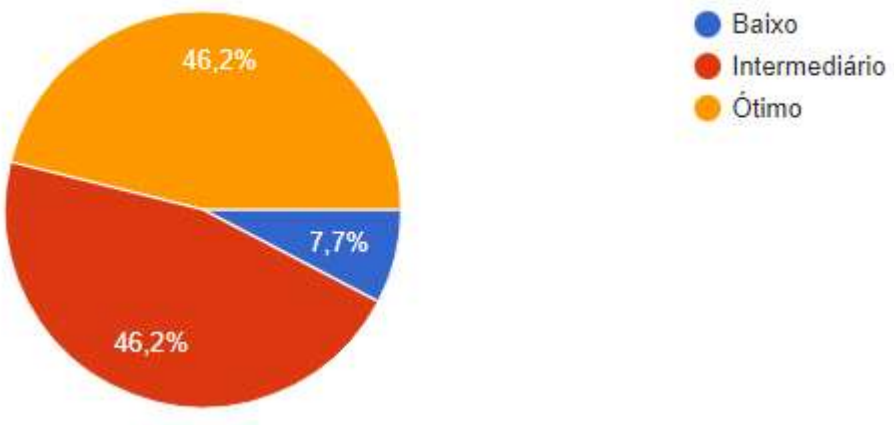
A estrutura física não fornecia condições bem como o modelo de ensino tradicional, até então empregado, não fomentavam estas prioridades. Há de considerar-se também, que a falta de recursos financeiros, em geral, é algo que impedia também estes avanços. Como análise direta, podemos deduzir, que a atividade EaD depende de estrutura tecnológica e que, para a otimização desta e de suas ferramentas, o professor necessita capacitação específica, o que não ocorreu até o início da COVID-19, pelo menos em nossa realidade fática.

Quando analisamos a percepção dos professores no tocante a ter alguma capacitação fornecida pela instituição de ensino para o uso de tecnologias para o fortalecimento das práticas pedagógicas no ensino EaD, durante o contexto pandêmico, observa-se que 92,3% apontaram que de fato, esta capacitação foi desenvolvida. Apenas 7,7 % dos entrevistados, entendeu que esta capacitação não foi eficaz, do que se depreende que, ou o nível de conhecimento do entrevistado no uso de tecnologias era muito baixo, não conseguindo otimizar a sua utilização após a instrução, ou já era alto, de forma que a capacitação aplicada foi supérflua, não contribuindo para a sua práxis pedagógica.

Considerando-se que em Santa Catarina, após um ano e meio de pandemia, em meados de agosto de 2021 foi possível o retorno às aulas 100% presenciais, foi questionado aos professores em que nível

estariam classificados seus conhecimentos e experiências vivenciados no ambiente EaD. 92,4% apontaram ter nível de conhecimento entre intermediário e ótimo e apenas 7,7% apontaram ter conhecimento, ainda baixo no uso de tecnologias nesta abordagem.

Figura 1- Autoavaliação do nível de conhecimento das tecnologias

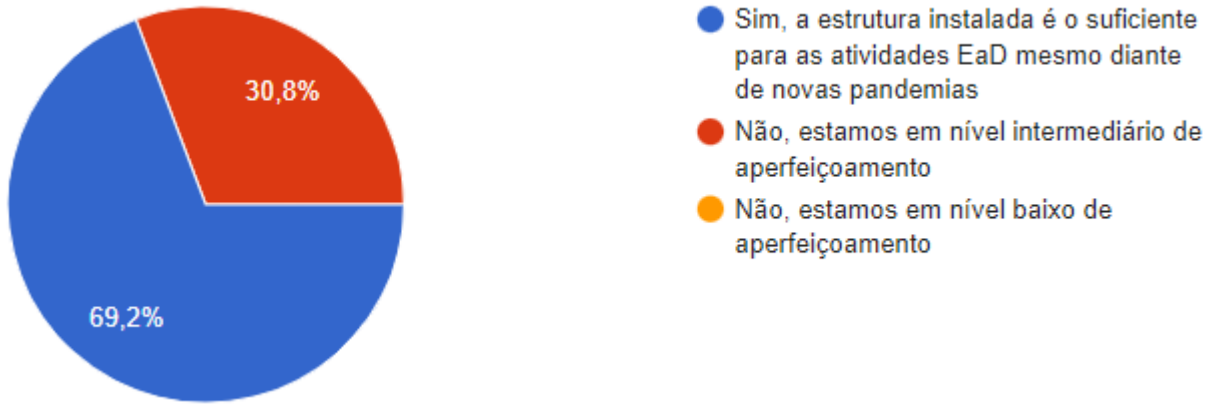


Fonte: Elaborada pelas autoras

Desta forma, temos um quadro que analisa a percepção do nível de conhecimento e capacitação dos professores nas demandas EaD, antes do contexto pandêmico, durante este e, por fim, logo na transição para seu encerramento, ficando evidenciado que o nível de conhecimento e uso de tecnologias somente avançou durante a pandemia, e que os professores já possuem um conhecimento teórico, técnico e prático muito superior ao que se apontava antes da pandemia. Na prática, em um ano e meio de aulas 100% EaD, passando ao modelo misto e depois ao 100% presencial, ou seja, modelo tradicional, constou-se uma quebra de paradigmas e que, sim, temos condição de otimizar ferramentas tecnológicas e aplicá-las na rotina escolar diária, o que já se percebe, em muitas ações destes profissionais. Aquilo que em um primeiro momento era uma “exigência” (uso de tecnologias) tornou-se algo intrínseco à atividade de lecionar.

Este “algo intrínseco”, acima mencionado, obviamente nas práticas docentes precisou contar, para se chegar aos avanços supra, de investimentos estruturais no ambiente escolar (melhoria da estrutura física das instalações) e neste tocante 69,2% dos entrevistados consideram que a estrutura instalada é suficiente para a atividade EaD, mesmo diante da possibilidade de futuros contextos pandêmicos e 30,8% afirmaram que estamos em nível intermediário de aperfeiçoamento. Nenhum professor considerou estarmos em nível baixo de aperfeiçoamento.

Figura 2 – Avaliação da estrutura instalada para atividades EaD



Fonte: Elaborada pelas autoras

Logo, se por um lado o colégio fez investimentos constantes na melhoria tecnológica com instalação de internet fibra ótica de alta potência, instalação de *smart* tevês e *notebooks* em todas as salas de aula, formação de turmas no *google classroom* sem limitação para armazenamento de dados, implementação de uma sala-estúdio (câmera profissional, iluminação, microfone de lapela, sonorização, *data-show*, fibra ótica etc.) ainda há espaço para melhorias e novos investimentos. A bem da verdade, os investimentos, nunca podem parar, pois a tecnologia avança a "passos largos". Por outro lado, o fato de nenhum entrevistado apontar o nível baixo de investimentos tecnológicos, demonstra que de fato houve uma reestruturação muito rápida do ambiente escolar, desde a gênese da pandemia até os dias atuais, e que investimentos foram alocados em prioridade para o atendimento dessas demandas.

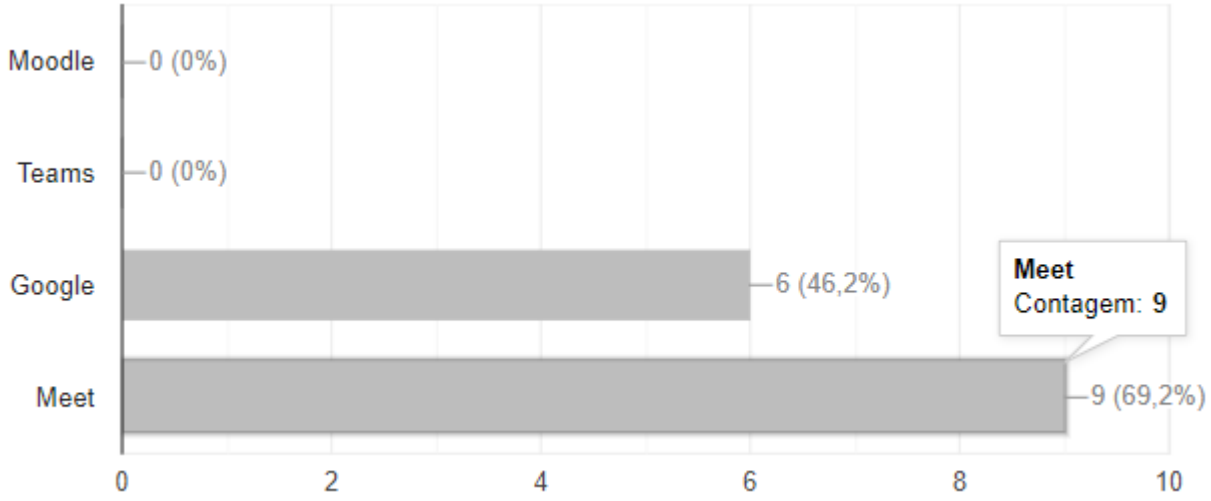
Assim como Feenberg (2003, p.9), vemos uma "promessa de maior liberdade na tecnologia" visto que tem

> Um valor substantivo [...] envolve um compromisso com uma concepção específica de uma vida boa. Se a tecnologia incorpora um valor substantivo, não é meramente instrumental e não pode ser usada segundo diferentes propósitos de indivíduos ou sociedades com ideias diferentes do bem. (FEENBERG, 2003, p.7)

A pesquisa concluiu que as plataformas utilizadas pelos professores foram o *Google classroom* e o *Meet*, aquele para as aulas assíncronas e este para as síncronas, muito disto influenciado pelas próprias capacitações fornecidas ao corpo pedagógico durante a pandemia. Não se observou o uso de qualquer outra plataforma pelos respondentes. Neste ponto vale destacar que os alunos e os pais/responsáveis, e isto se constatou na experiência prática, preferem as aulas síncronas, o que só foi

possível atingir, quando o investimento em *internet* de fibra ótica de nível empresarial foi aplicado na estrutura escolar.

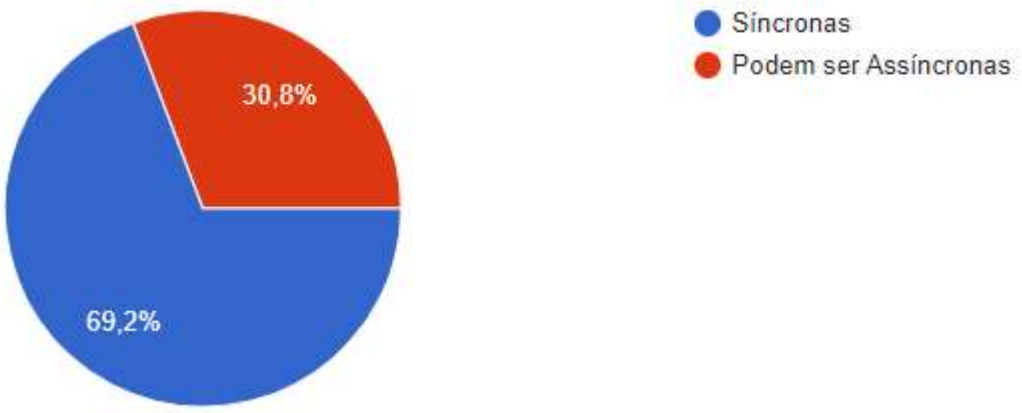
Figura 3 – Plataformas empregadas pelos professores



Fonte: Elaborada pelas autoras

Dos professores, 69,2% apontaram as aulas síncronas como mais efetivas, o que demonstra que este modelo é o preferido pela comunidade escolar, até porque gera efetivamente uma maior interatividade e possibilita inclusive o debate de dúvidas e ideias no momento da explanação explicação.

Figura 4 – Modelo de aulas preferido pela comunidade escolar



Fonte: Elaborada pelas autoras

Quando questionados os entrevistados se seria viável o modelo de aulas misto, em que parte dos alunos estão em sala de aula com o professor e outra parte on-line, assistindo de suas residências a aula transmitida ao vivo, 92,3% dos professores afirmaram que esta dinâmica traz prejuízos, uma vez

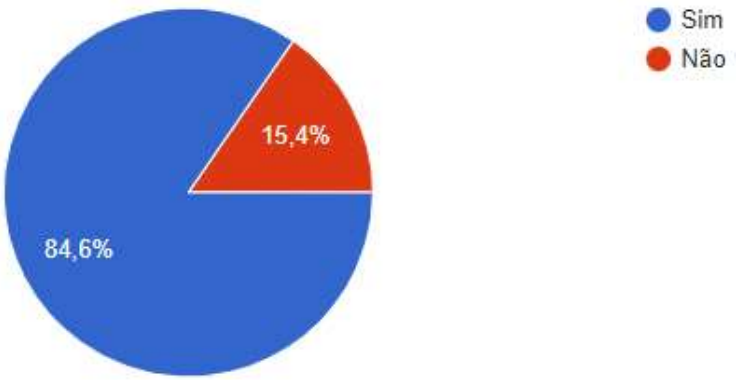
que divide a atenção do professor em duas frentes distintas, a presencial e a EaD. Neste ponto destacarmos que esta atitude de difusão de aulas mistas não foi uma meta que a administração escolar julgou adequada, mas que foi necessária em alguns momentos do contexto pandêmico, visto as salas serem pequenas e o distanciamento social preconizado não deixava alternativas a não ser executar esta ação.

Figura 5 – Viabilidade de aulas expositivas em modelo misto

Fonte: Elaborada pelas autoras

Dos entrevistados, quando perguntados sobre a importância de cursos ou formações na área de tecnologia para otimizarem suas aulas, 84,6% entenderam importante esta conduta, o que torna latente o desenvolvimento de investimentos, capacitações e suporte para atendimento deste anseio dos professores. Para Piragibe (PENSADOR, s/d), "A inovação na escola acontece quando os recursos tecnológicos são parte complementar, quase sua própria extensão do corpo, mas jamais ocorrerá sincronicidade no processo se sua base teórica e a capacitação contínua não se adaptarem."

Figura 6 - Importância de cursos ou formações na área de tecnologia



Fonte: Elaborada pelas autoras

Em relação às perguntas abertas, ou seja, naquelas discursivas aplicadas aos entrevistados, quanto a existir espaço para a aplicação de aulas virtuais no ensino fundamental II, mesmo após encerrada a pandemia, há uma divisão entre a opinião dos entrevistados. Enquanto 61,5% entendem que haverá espaço para estas aulas virtuais, outro grupo, correspondente a 38,5%, entende que isto não irá ocorrer, portanto abaixo colacionaremos os principais pontos apontados pelos entrevistados.

- Espaço para continuidade de aulas virtuais mesmo após encerrada a pandemia: como complemento às aulas presenciais, para trabalhos, pesquisas, atividades de reforço escolar e situações pontuais foram predominantes nas respostas. Já observamos, no entanto, que este grupo percebe a tecnologia ainda em sua fase inicial de aporte aos estudos, e que avançará ainda mais no ambiente escolar.

- Sem espaço para aulas virtuais fora do contexto pandêmico: foram observadas argumentações de que nada substitui o modelo tradicional; há preocupação com a dispersão e assiduidade dos alunos, a falta de acompanhamento e compromisso dos pais neste processo, o isolamento social, a falta de acolhimento e contato pessoal com os alunos, bem como a preocupação da efetividade dos métodos avaliativos (provas *on-line* com possibilidade de consultas), haja vista que muitas vezes as notas aumentaram, mas o nível de aprendizado não.

Talvez toda essa preocupação tenha explicação nas palavras do professor Rogério que acredita e utiliza recursos digitais para o aprendizado: “Usar recursos digitais não é garantia de aprendizagem. A tecnologia é mais uma ferramenta, que precisa do talento do professor, interesse do aluno e o acompanhamento da família!” (JOAQUIM, s/d)

Constata-se que, embora todos tenham trabalhado e desenvolvido dinâmicas EaD, nem todos os profissionais se sentem “confortáveis” com esta metodologia, o que avaliamos como natural em um processo de transformação tão abrupta ocorrida frente à pandemia, sendo este percentual correspondente a 38,5% dos entrevistados. De outro norte, 61,5% entendem que estas aulas e metodologia tem espaço constante no ambiente escolar, mesmo fora do contexto pandêmico, devendo ser desenvolvidas suas potencialidades. Não se percebeu, em nenhuma das declarações, a possibilidade, ao menos para esta faixa etária, da substituição total do método presencial pelo EaD, exceto como alternativa em caso de retorno a eventual pandemia ou outra forma de impedimento (enchente, falta de energia, falta de água) de retorno as aulas presenciais.

Quando questionados os entrevistados sobre os aspectos positivos das aulas EaD, obtivemos como respostas a capacidade da gestão escolar no planejamento estratégico para a adoção das plataformas de ensino digitais, a capacidade de adaptação dos professores, descoberta de novas tecnologias, uso

de novas ferramentas, evolução do conhecimento virtual. Portanto, todos apontaram aspectos positivos deste modelo EaD.

Quanto aos pontos negativos apontados pelos entrevistados, deste modelo EaD, foram a displicência dos pais e dos alunos, falta de assiduidade, isolamento social, aumento das notas sem necessariamente aumento do conhecimento (provas eram *on-line* com consultas), falhas na *internet* ou ruídos na comunicação *on-line* que dificultavam a interatividade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia já está disseminada na sociedade. Esta geração, que ora avança nos bancos escolares do ensino fundamental e médio, desde a infância já teve acesso à celulares, *tablets*, computadores, jogos *on-line* e desconhece o que seria uma televisão sem controle remoto.

Reconhecemos que por motivos sócio-políticos, econômicos e educacionais e que estamos longe de uma situação educacional ideal. Há um outro termo que se refere à qualidade da educação, chamado Educação 4.0, ou Quarta Revolução Industrial, isto é, uma referência à revolução que a tecnologia está sofrendo e fazendo sofrer sobre os processos educacionais.

Para que a Educação 4.0 seja de fato uma realidade no nosso colégio e nas escolas brasileiras, um dos principais desafios é apostar na formação de professores e também gestores preparados para o uso das novas tecnologias e que dominem os conceitos e práticas relacionados para acompanhar as rápidas inovações.

O educador será provocado a estimular que o seu aluno seja autônomo na construção do conhecimento, que desenvolva o pensamento crítico e a capacidade de solucionar problemas complexos. Esse conceito não é novo, mas se aplica muito bem ao EaD, pois o papel do professor é essencial nesse processo, o professor é o grande incentivador das descobertas de cada um de seus alunos. E, além das questões técnicas, as competências socioemocionais são de extrema relevância no contexto de uma educação de muita qualidade. Muito mais do que dominar a tecnologia, a inserção qualificada na era digital se dá pela capacidade de colaboração e adaptação. Habilidades que professores e alunos terão que compartilhar.

O ensino ainda se encontrava em um estado prematuro de desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem com uso de tecnologias, com aulas, via de regra, presenciais no formato tradicional. A pandemia COVID-19 de forma muito rápida fez alterar-se este panorama, e através deste

estudo podemos tirar algumas conclusões que podem servir como norteadoras e facilitadoras de processos futuros.

Primeiramente, podemos destacar que o conhecimento de tecnologia e seu uso pelos docentes requer uma formação continuada, e que cursos, seminários e *cases* de sucesso podem e devem ser trabalhados com estes profissionais.

Observa-se tratar-se de um processo em evolução e constante aperfeiçoamento e que um futuro muito diferente do que tradicionalmente observamos será trilhado. Precisamos estar juntos para que sejamos uma das chaves a serem desvendadas neste novo patamar, em que a tecnologia invade o ambiente escolar e que a escola ultrapassa seu espaço físico e invade, no bom sentido da palavra, os lares das famílias, levando ensino aos nossos alunos.

A nível de gestão escolar, precisamos estar preparados também para novos enfrentamentos pandêmicos futuros, ou mesmo para outras intercorrências, como enchentes, greves do transporte público que, neste caso, podem ser contornadas com o uso de ferramentas já testadas e em uso pelas instituições de ensino. O futuro, na verdade, já chegou, e estamos ainda na gênese deste processo, trilhando um melhor caminho para as gerações futuras.

Diante destes fatos, este foi o objetivo de nosso trabalho, ou seja, apresentamos essas facetas para difundir pontos positivos verificados, que possam de uma forma ou de outra melhorar e serem utilizados em processos futuros, em situações quaisquer, nada impedindo as atividades educacionais com uso de tecnologias.

REFERENCIAS

BRASIL.BNCC. Tecnologias digitais da informação e comunicação no contexto escolar. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/193-tecnologias-digitais-da-informacao-e-comunicacao-no-contexto-escolar-possibilidades?highlight=WyJ0ZWNub2xvZ2lhcyIsImRpZ2l0YWlzIiwidGVjbm9sb2dpYXMgZGlnaXRhaXMiXQ== Acesso em 05 jul 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República – Casa Civil. Brasília, 1996.

DINIZ, Igo J. D.; ROCHA, Stênio L. da; SANTOS, Ynessa B. D. de F. Ensino Híbrido Na Educação Brasileira: uma revisão bibliográfica. III Congresso sobre Tecnologias na Educaçao. Fortaleza/CE, 2018, p 431-3437. Disponível em: CtrlE_2018_paper_55.pdf (ceur-ws.org) Acesso em 15 mar 2022.

EDUCA+BRASIL. Covid-19: importância da Educação a Distância durante a pandemia. Aulas online foram adotadas após o isolamento social no país. 01/06/2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/covid19-importancia-da-educacao-a-distancia-durante-a-pandemia> Acesso em: 10 nov 2020.

FEENBERG, Andrew. O que é Filosofia da Tecnologia. Conferência, Japão, 2003. Disponível em: https://www.sfu.ca/~andrewf/books/Portug_O_que_e_a_Filosofia_da_Tecnologia.pdf Acesso em: 10 set 2022.

LIMA, João Paulo Resende de. Estudo de Caso. USP. 2020 Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6402668/mod_resource/content/0/Estudo%20de%20Caso%20-%20Lima%20%282020%29.pdf. Acesso em: 3 mai 2022. POLIEDRO Sistema de Ensino. Práticas Pedagógicas. 2021. Disponível em: https://www.sistemapoliedro.com.br/blog/. Acesso em: 17 mai 2021.

PUJOL, Leonardo. Coronavírus: menos aulas presenciais, mais EAD. 12 de março de 2020.Disponível em: https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/ead-alternativa-coronavirus/ Acesso em: 09 nov 2020.

VIEIRA BARROS, D.; GUERREIRO, A. Novos desafios da educação a distância: programação e uso de Chatbots. Revista Espaço Pedagógico, v. 26, n. 2, p. 410 - 431, 10 maio 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/81220348/Novos_desafios_da_educa%C3%A7%C3%A3o_a_dist%C3%A2ncia_programa%C3%A7%C3%A3o_e_uso_de_Chatbots Acesso em: 09 jul 2022.

VIEIRA, Valter Afonso. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. Revista FAE, v.5, n.1, jan./abr., p. 61-70, Curitiba, 2002. Disponível em: http://www.mouraconsultoria.com.br/artigo/Tipologia...pdf Acesso em: 06 ago 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Ensino a Distância na Educação Básica Frente à Pandemia da Covid-19. Abril 2020. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/425.pdf?1730332266= Acesso em: 08 nov 2020.

YIN, Robert. K. Estudo de caso. Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Capítulo 8

10.37423/241109474

CONSTELAÇÃO FAMILIAR SISTÉMICA NO ÂMBITO DO DIREITO DA FAMÍLIA.

Pedro Borges Castro da Rocha *Ulbra*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender técnicas alternativas para resolver conflitos são inerentes a uma conciliação justa nos dias hodiernos, buscando analisar qual é a melhor forma de responder ao persistente imbróglio da alienação parental com ideias modernas de solução de conflitos, como a constelação familiar. Nesse trabalho, buscaremos explicitar o porquê de a constelação familiar poder dirimir o problema da alienação parental. A alienação parental, que é quando o acesso de um dos progenitores é dificultado ou interrompido, traz sérias consequências para o desenvolvimento emocional dos filhos. Isto causa uma divisão no filho, pois a lealdade aos seus pais aponta para lados opostos. Para os filhos, seus pais continuam sempre juntos como pais. Separam-se como casal, às vezes vivendo sob o mesmo teto, mas não se separam como pais. A alienação parental é um fenômeno sócio-jurídico e familiar multidisciplinar e globalizado. Não se trata de um fenômeno novo, mas pouco conhecido, quer pela sociedade em geral, quer pelos operadores de direito, pelo que é fundamental a divulgação, informação e formação sobre este tema para todos os operadores que com ele se deparam no exercício da sua atividade, e para as famílias. Por isso, é necessário frisar que, ao tratarmos de vidas, todo cuidado é pouco para que se tenha nos pequenos envolvidos uma criação digna e justa que todos merecem. Ademais, para que fosse realizado o presente artigo científico, foram realizadas pesquisas em doutrinas, bem como a análise de jurisprudências e leis brasileiras já existentes que são aplicadas analogicamente em casos de filiação socioafetiva, a fim de se alcançar os objetivos propostos.

Palavras-chave: Alienação Parental; Conflitos; Constelação; Família.

1 INTRODUÇÃO

É notório que o Poder Judiciário brasileiro apresenta-se ineficaz em uma série de situações presentes no país, ao analisar a incapacidade do julgamento de processar e julgar devidamente diversas ações que lhes são apresentadas. Assim, o sistema judiciário do país é considerado como um sistema moroso, ou seja, uma estrutura que não consegue lidar corretamente com as demandas da justiça conforme o ritmo necessário.

As premissas que contribuem para esse cenário nacional são diversas e reflete uma insatisfação que está presente em boa parte dos setores sociais, fazendo com que a sociedade se sinta prejudicada pelas dificuldades do processo legal.

Um dos fatores que contribuem para tal ineficiência é o excesso de demandas dos funcionários jurídicos, as quais poderiam ser realizadas por outros especialistas. Assim, esse excesso de sobrecarga deixa insatisfeita ambos os lados: os funcionários e sofrimento e incerteza para sociedade. Além disso, outro fator com grande responsabilidade é pela grande morosidade do Poder Judiciário é a grande quantidade de ritos burocráticos, tornando os processos com longos períodos de tempo para serem julgados.

Tendo tal realidade nacional em vista, nota-se que a tradicional forma de lidar com os conflitos judiciários já não é mais eficiente e que necessita de outras alternativas.

Nesse viés, a constelação sistêmica familiar, que ainda está sendo propagada no Brasil, pode ser vista como uma técnica alternativa de resolução de conflitos, além do âmbito judiciário, visando a resolução de conflitos de uma forma mais pacífica.

Sob essa ótica, as Leis sistêmicas serão utilizadas para encontrar os emaranhamentos nas relações familiares, com o fito de apresentar soluções aos litígios e de restaurar o equilíbrio do sistema familiar em que vive o indivíduo.

Dessa maneira, essa prática alternativa, além dos outros benefícios, contribuirá para a redução de conflitos emocionais e psicológicos dos entes familiares, de modo que a alienação parental seja evitada.

Esse método tem sido aplicado por alguns Tribunais e, por contribuir para que as pessoas identifiquem os seus reais problemas e consigam resolvê-los de forma mais satisfatória – melhorando as relações familiares – auxilia, também, na resolução dos processos judiciais de maneira mais rápida e eficiente,

diminuindo, inclusive, a intervenção do Judiciário na esfera pessoal de cada um, especialmente no que diz respeito ao Direito de Família.

2 ALIENAÇÃO PARENTAL

O termo "Alienação Parental" faz referência a transtornos psicológicos caracterizados, por uma série de sintomas em que um genitor, denominado cônjuge alienador, atua modificando a consciência de seus filhos, por intermédio de diversas maneiras e estratégias de atuação, com a prerrogativa de impedir, obstaculizar ou destruir seus vínculos com o outro genitor, denominado cônjuge alienado, sem que existam motivos reais que justifiquem essa condição.[1]

Há diversos modos que o cônjuge alienado busca para vingar-se do outro genitor, colocando o filho contra e causando o afastamento entre os dois. Essa obstrução pode ser feita, por exemplo: ao promover o distanciamento com o filho; pela criação e reverberação de memórias falsas, visando prejudicar o cônjuge alienado; pelo impedimento da comunicação entre progenitor e filho.[2]

Nessas circunstâncias, os jovens sofrem reflexos psicológicos e, então, o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e do Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente é violado, tendo em vista que se trata de um abuso emocional e psicológico, podendo causar inúmeros traumas e transtornos presente e futuramente.[3]

2.1 CONSTELAÇÃO FAMILIAR SISTÊMICA

A constelação familiar consiste em um método terapêutico que visa identificar o motivo de um conflito, de forma que seja feito um estudo da base do sistema de relações.[3]

Ela foi elaborada pelo psicólogo e filósofo Bert Hellinger, que durante anos concluiu que as relações familiares são regidas por leis que protegem as famílias. E essas leis sendo desvirtuadas conflitos começaram a surgir.[3]

Assim, a prerrogativa é analisar o indivíduo e suas interações para que possa ser identificado qual é a origem do conflito e então resolvê-lo. [3]

É válido salientar que na esfera judiciária a Constelação Familiar Sistêmica, teve maior enfoque com o Dr. Sami Storch, que conheceu o método de Hellinger, seu criador, em 2003, quando o próprio participou de uma constelação, e, após estudá-la teve a percepção que o método terapêutico tinha muito a agregar e poderia ser utilizada na Justiça, com o intuito de resolução de conflitos.4

Então, temas envolvendo a guarda, pensão alimentícia, alienação parental e até mesmo inventários estão sendo resolvidos com mais facilidade, desde então, poupando os envolvidos do desgaste que um processo judicial poderia desencadear.[4]

2.2 OBJETIVOS DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR

Como já foi mencionado anteriormente, técnicas alternativas para resolver conflitos são importantes para que possa ocorrer uma conciliação mais pacífica, justa, rápida e eficiente nos dias atuais. 5

Logo, vê-se que a Constelação Sistêmica em situações que envolvem direito de família, auxilia na resolução de conflitos familiares, de modo que os envolvidos no conflito passem a enxergar o conflito de outra maneira, de forma mais compreensiva e, assim, auxiliando os entes familiares a se compreenderem mutuamente e contribuindo para que haja paz na família. Ao olhar a "alma" daquele com quem existe o conflito, ficam evidentes os sofrimentos e como está aquele indivíduo, facilitando-se, assim, o processo de reconciliação e compreensão do outro.[5]

Vê-se que, com a aderência dessa terapia, o âmbito jurídico objetiva tornar-se mais pacífico, ao diminuir a judicialização e alimentar práticas que visem a conciliação, já que, além de buscar a paz social, mostra-se mais econômico para os cofres públicos.[5]

Ademais, muitos casos de alienação parental ocorrem por vingança. E assim sendo, mesmo que as relações estejam resolvidas no âmbito jurídico, os conflitos ainda permanecerão na vida dos envolvidos. Por conseguinte, identifica-se a importância do Direito Sistêmico na Justiça, já que o método atua nessas relações conflituosas, de maneira que as dissonâncias sejam resolvidas ou atenuadas, diminuindo o desgaste e a exaustão para as famílias e preparando os litigantes para a mediação.[6]

2.3 DIREITO DA FAMÍLIA

Direito de Família é a área do direito que estabelece e regula as normas da convivência familiar, contendo normas que abrangem organização, estrutura e proteção da família. Também cabe ao Direito de Família tratar das relações familiares e dos direitos e obrigações que surgem com as mesmas.[7]

A Constituição Federal brasileira prevê que a família é a base da sociedade, recebendo, assim, uma especial proteção do Estado, conforme o artigo 226.7 Nos dias atuais ainda há um embate para definir-se o que é família segundo a lei.

A noção familiar antecedente à Constituição Federal de 1988 era de uma família baseada no sistema patriarcal e no tradicionalismo brasileiro. [8]

Nos dias atuais, inúmeros fatores relacionam-se à modificação desse conceito ultrapassado e com uma raiz de preconceito. Tendo como exemplo a transição de diversos valores sociais, a implantação da tecnologia, questões essas que recaem sobre o Poder Judiciário, por intermédio de lutas sociais que buscam o reconhecimento de diversos núcleos familiares.[8]

Alguns desses núcleos foram considerados constitucionalmente e nos próximos anos, com a modificação da ideia da existência que haveria apenas uma forma de família, a doutrina identificou que as famílias reconhecidas pelo Texto Maior ainda eram muito restrita diante da vastidão social e, por tal motivo, ocorreu o reconhecimento outros modos de polos familiares. [9]

Vale considerar que a constelação pode contribuir para casos de alienação, independentemente da modalidade familiar, seja ela uma união estável, uma união homoafetiva ou monoparental.[9]

2.4 CRIAÇÃO DA LEI DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE VÍTIMA DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Formas de Alienação Parental existem a muito tempo, todavia, com o aumento significativo da quantidade de divórcios e separações nos últimos anos, ela passou a ser ainda mais comum sendo considerada por profissionais da área da saúde mental e, posteriormente, por profissionais do âmbito jurídico.8

Diante desse panorama, ao observar o aumento do índice desses casos na população brasileira, foi vista a a necessidade da criação de uma lei que protegesse principalmente as criança e os adolescentes vítimas do abuso psicológico podendo em questão. [8]

Tendo isso em vista, foi elaborada a Lei número 12.318, de 26 de agosto de 2010, durante o governo de Luiz Inácio da Silva. Tal Lei, baseou-se nos princípios constitucionais citados no Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente.9

Sob esse viés, a Lei abordou o termo Alienação Parental, decorrendo sobre comportamento do alienador e decorreu sobre maneiras coercitivas aplicáveis aos casos concretos. 9

A meta legal é resguardar os jovens vítimas de Alienação Parental com o fito de os problemas gerados pelas separações diminuam cada vez mais.[9]

2.4.1 O QUE PODE SER CLASSIFICADO COMO ALIENAÇÃO PARENTAL

Perante termos legais, as seguintes condutas infringem a Lei 12.318:

I. - conduzir atitudes que desqualificam a atuação do genitor no que concerne a sua paternidade ou maternidade;

II. - colocar empecilhos na atuação da autoridade paternal ou maternal;

III. - colocar empecilhos no contato do filho com a mãe ou pai;

IV. - impor dificuldades na atuação do direito constitucional de convivência familiar;

V. - omitir informações pessoais de importância quanto ao filho, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

VI. relatar uma denúncia inverídica contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, a fim de atingi-lo, com a finalidade de dificultar ou impedir a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII. - mudar o local de moradia para um lugar longe, sem justificativa, com o intuito de colocar impasses no contato da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.[11]

2.4.2 INFRAÇÃO DE DIREITOS/ CONDUTA JURÍDICA

As condutas supracitadas infringem o direito da criança e do adolescente de convivência familiar saudável. Se tal direito for infringido, o juiz poderá:

- alegar a ocorrência de alienação parental e repreender o alienador;
- ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- elaborar multa ao alienador;
- recorrer acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- alegar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
- expor a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
- recorrer a suspensão da autoridade parental.[11]

2.5 ANÁLISE DO CONTEÚDO PRESENTE NOS ARTIGOS DA LEI 12.318/2010

A Lei número 12.318 de 2010 prevê a Alienação Parental no âmbito jurídico do país considerando-a e apresentando uma explicação referente às maneiras que podem ser utilizadas para alienar uma criança, caracterizando os envolvidos. [12]

O conteúdo legal, além disso, algumas medidas a serem executadas pelo juiz ao identificar a existência da alienação, entre outros aspectos.[12]

Ao realizar-se uma análise da lei, vê-se que no presente capítulo do artigo 2º há a definição de Alienação Parental, aparecendo em seus incisos métodos exemplificativos utilizados pelo alienador.[12]

Ademais, o artigo considera que os atos referentes a Alienação Parental são restritos especialmente aos pais, considerando que qualquer indivíduo que seja detentor da guarda da criança como um possível alienador, incluindo os avós. Nessa situação, há três personagens principais: o alienador/alienante, que é o responsável pela conduta dos atos descritos nos incisos do artigo tratado; o alienado, que é o genitor que foi afastado de seu filho; a criança, vítima da campanha de desmoralização de um dos pais.[13]

O artigo 3º da legislação tem a preocupação de violar com a garantida presente na Constituição referente a proteção integral à criança e ao adolescente, infringindo o direito fundamental destes de terem uma vida saudável, com uma boa convivência familiar, prescrito no artigo 227. [13]

Destarte, vê-se que com uma constelação familiar bem sucedida e com uma resolução dos conflitos, não seria necessário recorrer às medidas jurídicas abordadas.[14]

3 COMO A CONSTELAÇÃO ATUA

A constelação Familiar Sistêmica estuda os padrões de comportamento de grupos familiares através de suas gerações e sugere a existência de padrões de comportamentos, que vão repetindo de geração em geração, podendo ser consciente, ou não.[14]

A terapia tem o intuito de revelar e esclarecer o porquê da origem de determinados desacordos.

Consoante essa perspectiva, existem princípios que regem o método, de modo que a família é vista como base para o comportamento humano e que todos os indivíduos têm um lugar certo na vida e no Universo, seguindo as leis principais, chamadas de "Ordens de Amor" sendo elas: a lei do pertencimento; a lei do equilíbrio; a lei da hierarquia. [14]

Segundo a Lei do Pertencimento, todos os seres humanos possuem o direito de pertencer a um sistema familiar, não devendo ser excluídos deste. Se por alguma razão alguém é excluído do sistema familiar, os outros integrantes da família também sofrerão consequências ou reproduzindo os mesmos comportamentos reprováveis do excluído.[15] Dessa maneira, todos os seres humanos precisam de uma posição no sistema e no coração da família, caso isso não ocorra, haverá conflito,

Assim, haverá a busca de algum modo promover a inclusão daquele membro para que o equilíbrio familiar possa ser retomado.[15]

Conforme a Lei do Equilíbrio, em qualquer que seja o modelo de relacionamento, os indivíduos pertencentes à relação devem se sentir em equilíbrio para que a relação flua em harmonia. Assim é necessário que ocorra uma relação de equilíbrio entre dar e receber.[16]

Já a Hierarquia ou Ordem de Chegada, faz referência a quem chegou primeiro na família. Por conseguinte, os mais velhos merecem ser olhados com muito respeito e cuidado, pois foi através deles que a família veio se mantendo. [16]

Desse modo, cada pessoa ocupa uma posição, devendo esta ser reconhecida e valorizada pelos demais membros.[16]

Diante desse panorama, quando as leis ou Ordens do amor são respeitadas e norteiam os relacionamentos familiares, existe harmonia e todos os membros do sistema se beneficiam disso e, analogamente, quando as ordens do amor são desconsideradas o sistema familiar entra em desequilíbrio e conflitos passam a serem gerados.[16]

3.1 DIREITO SISTÊMICO NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS RELACIONADOS À ALIENAÇÃO PARENTAL

O modo tradicional de lidar com conflitos atrelados às Alienação Parental pela justiça já não é vista como a melhor forma de solucionar desavenças. Uma sentença de mérito, proferida pelo juiz, não raro, gera inconformismo e frequentemente desagrada a ambas as partes. Em muitos casos, enseja a interposição de recursos e manobras processuais ou extraprocessuais que dificultam a execução. [17]

Consequentemente, a pendência tende a se prolongar, fazendo com que o Estado tenha um maior contingente de despesas e que incertezas e insatisfações sejam geradas para as partes.[17]

Partindo desse pressuposto, a aplicação das ordens referentes a constelação familiar proporciona uma nova visão a respeito do Direito e de como as leis podem ser elaboradas e aplicadas de modo a solucionar ou amenizar conflitos relacionados a crimes de Alienação Parental de uma maneira mais pacífica, facilitada e harmônica.[18]

O Direito sistêmico vê as partes que estão em desavenças como membros de um mesmo sistema, ao mesmo tempo em que vê cada uma delas vinculada a outros sistemas dos quais simultaneamente façam parte (família, categoria profissional, etnia, religião etc.) e procura achar a solução que traga maior equilíbrio para evitar a persistência da alienação parental.[17]

3.2 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) NO QUE TANGE AO DIREITO DE FAMÍLIA

O direito à convivência familiar é estabelecido segundo a constituição brasileira e é assegurado pelo ECA, sugerindo que a criança ou o adolescente tem o direito de ser criado pela sua própria família, como regra geral e, excepcionalmente, por família substituta.[19]

O ECA é um órgão que cuida da proteção aos interesses de crianças e adolescentes, nos seus aspectos administrativos, penais e civis.[19]

Consoante uma definição para fins legais, crianças são os indivíduos com até 12 anos de idade incompletos e adolescentes são os indivíduos com idade entre 12 e 18 anos.[19]

O direito à convivência familiar está prescrito no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e está assegurado, no plano infraconstitucional, pelo artigo 19 do ECA.[20]

Nessa ótica, a criança ou o adolescente tem o pleno direito de ser criado pela sua própria família. Tendo isso em vista, a criança ou o adolescente que estiver, por qualquer motivo, retirado do convívio da família, em razão de programa de acolhimento familiar ou institucional, deverá ter sua situação reavaliada, no máximo a cada seis meses, cabendo ao juiz decidir pela sua reintegração familiar, ou colocação em família substituta. Essa decisão deve ser tomada, sendo embasada nos laudos e relatórios de uma equipe multidisciplinar.[20]

3.3 MEDIAÇÃO E DIREITO DE FAMÍLIA

O novo Código de Processo Civil, visando simplificar os procedimentos e sistematizar o regime das tutelas de urgência, unifica o procedimento das tutelas cautelar e antecipada, independentemente da sua natureza.[21]

Por meio da reformulação do Código de Processo Civil de 2015, o viés emocional que envolve as relações familiares nas ações de família ganhou mais importância.

É sabido que as desavenças familiares em diversas situações são levados à justiça por razões que muitas vezes não possui qualquer relação com a real questão a ser discutida. Desse modo, o desgaste gerado por meio do tempo gera desavenças, o que é normal, mas relatar em uma audiência, por exemplo, que o seu conjugue, com o qual viveu durante muitos anos é a pior pessoa do mundo, não faz sentido, e por tal razão deve-se ter o máximo de cautela possível com esses casos.[21]

A finalidade do Código é proporcionar uma reflexão no que tange aos embates familiares tratados e procurar um meio de conciliação do conflito, tanto que o CPC abre espaço para quantas sessões forem necessárias, na intenção de dirimir a divergência. [22]

Além disso, a Resolução 125/2010 do CNJ abrange a pacificação de litígios, incluindo a Constelação Familiar. O intuito do órgão é, inegavelmente, reduzir a judicialização dessas confusões.[22]

Nessa perspectiva, foi notada a necessidade da elaboração de Centros Especializados na resolução dessas desavenças para todo o jurisdicionado. Através da referida Resolução, regulamentou o uso da Mediação e da Conciliação, elaborando diretrizes de como os Tribunais irão se adaptar para a nova realidade de resolução de conflitos.[22]

No ano de 2012 (dois mil e doze), depois de pleitear a autorização ao Tribunal de Justiça da Bahia, Dr. Storch, juiz de direito, conseguiu oficializar à pratica da constelação familiar sistêmica por meio de "grupos de vivências" com várias pessoas que judicializaram demandas na comarca e, com a dinâmica da terapia resolveram seus conflitos.[23]

Sob esse panorama, a Constelação familiar sistêmica na esfera jurídica teve um maior destaque e vem sendo utilizada antes das tratativas de conciliação, medida esta que vai de encontro à Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça que estimula práticas que proporcionam a mediação de litígios.[23]

No Poder Judiciário, os projetos se expandiram em território nacional e, no ano de 2015, uma prática de mediação familiar baseada em tal método, desenvolvida no 3º Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania da comarca de Goiânia/GO, foi vencedora do Prêmio Conciliar É Legal, do CNJ, além de receber em 2014 uma menção honrosa no XI Prêmio Innovare, concedido pelo Instituto Innovare.

Nesse viés, as Constelações Familiares na esfera jurídica podem ser proporcionadas pelos próprios juízes, sendo que muitos já possuem especializações na área do Direito Sistêmico e diversos cursos na área da constelação, ou por psicólogos dos próprios Tribunais de Justiças, através de Centros de Conciliações (CEJUSC). [24]

3.4 RESULTADO DO DIREITO SISTÊMICO EM CONFLITOS DE ALIENAÇÃO

Durante e após o trabalho com constelações, os participantes evidenciam uma boa resposta quanto aos assuntos trabalhados, além de evidenciarem mais respeito e consideração em relação à outra

parte envolvida. Assim sendo, é gerada uma vontade de reconciliação, o que reflete nos resultados das audiências realizadas semanas depois e com os relatos das partes e dos advogados da comarca.[25]

Com o fito de explicitar tais afirmações, foram realizados questionários que foram respondidos após a audiência de conciliação por pessoas que antes sofriam de alienação parental e depois participaram das vivências de constelações.[25]

Assim, tais resultados foram obtidos:

- 59% dos indivíduos relataram ter notado, desde a terapia, uma modificação de comportamento que propiciou a melhoria do relacionamento familiar.
- 77% dos indivíduos relataram que a vivência contribuiu com a melhora das conversas entre os responsáveis quanto à guarda, visitas, dinheiro e outras questões relacionadas ao filho. Para 41%, a contribuição foi considerável; para outros 15,5%, contribuiu muito;
- 71% dos participantes relataram a ocorrência de uma melhoria do relacionamento com o pai/mãe de seu(s) filho(s) após a terapia. Melhorou consideravelmente para 26,8% e muito para 12,2%;
- 94,5% constataram a observação de uma melhora no relacionamento com o filho. Melhorou muito para 48,8%, e consideravelmente para outras 30,4%. Somente 4 pessoas (4,8%) não notaram tal melhora;
- 76,8% perceberam uma melhoria na relação pai/mãe de seu filho(a) com ele(a). Essa melhora foi considerável em 41,5% dos casos e muita para 9,8% dos casos;
- 55% dos indivíduos relataram que desde a terapia constelar tiveram mais predisposição para tratar do assunto com mais calmas; 45% disseram que reduziram as mágoas; 33% constataram que ficou mais fácil a conversa com o outro progenitor; 36% constataram que foi construído mais respeito com o outro progenitor e foi gerada mais compreensão das dificuldades do outro; e 24% declararam que o outro indivíduo envolvido passou a lhe respeitar mais. [26]

Diante desse panorama, observa-se que tais dados evidenciam que a prática auxilia não só na melhora do sistema jurídico, como também para a qualidade dos relacionamentos nas famílias — que, ao desenvolver uma maior sabedoria para lidar com os conflitos, podem viver em paz e então desenvolver um ambiente familiar mais favorável para o crescimento e desenvolvimento dos filhos, com respeito e consideração à importância de cada um. [27]

Consequentemente, haverá uma melhora nos relacionamentos familiares e, assim, observar-se-á uma redução dos problemas tangentes à alienação parental.

4 CONSTELAÇÃO FAMILIAR COMO FORMA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA PRÁTICA

Direito Sistêmico se apresenta como auxiliar na compreensão das dinâmicas existentes nos conflitos com os quais o Poder Judiciário lida cotidianamente, na busca da melhor solução em cada caso

concreto, facilitando ao julgador adotar, em cada caso, o posicionamento mais adequado à pacificação das relações envolvidas. A aplicação das leis sistêmicas possibilita analisar a fundo o complexo emaranhado emocional, familiar e social em que o problema se encontra inserido, para que findo aquele processo judicial, possam os envolvidos efetivamente encerrar a questão conflituosa. As Constelações Familiares vêm sendo utilizadas como meio de aplicação dessas leis sistêmicas aos casos concretos apresentados através de processos judiciais, objetivando a solução do conflito através da pacificação das partes e do núcleo envolvido.[27]

O estudo do Direito Sistêmico amplia a compreensão sobre as causas dos conflitos relacionados à alienação parental, abrangendo assuntos além do plano jurídico, ou seja, as que estão ocultas, prestando auxílio às pessoas na resolução desses conflitos de interesse e relacionamento, com a conscientização de que cada parte tem motivos para ter se envolvido nele do modo como fez, e esses motivos podem ter raízes profundas, que não dizem respeito necessariamente à outra parte no processo, mas sim ao passado familiar de cada um, inclusive de gerações anteriores.[22]

Nessa linha de raciocínio, se apresentaria o Direito Sistêmico como forma de realmente se encontrar a verdadeira solução ao caso concreto, analisando o litígio de forma integrativa e através de suas causas mais profundas, com a verificação das relações pessoais e internas que estão por trás de cada demanda judicial, e que por sua complexidade, não se teria como suficiente a aplicação pura da legislação para a efetiva solução do conflito, mas sim sua análise de forma sistêmica.[30]

E sendo assim, para se obter esse tipo de solução, necessário se faz a observância das leis sistêmicas e de todo o sistema envolvido nos vínculos familiares, na desordem possivelmente causada por gerações anteriores, que permitem vislumbrar além do que simplesmente está relatado no autos do processo judicial.[30]

É válido analisar que se os pais tiveram dificuldades com os pais deles, aquilo, provável, irá refletir em dificuldades com os filhos, netos e bisnetos. Quando um casal, por exemplo, chega com um conflito na Justiça, pode ser reflexo de algo que ficou em desordem anteriormente, em gerações anteriores. Essas leis sistêmicas permitem que possamos enxergar além daquilo que aparece no processo judicial. Se olharmos só a ponta do iceberg, podemos olhar só o processo, dar uma sentença, ou até promover um acordo, mas isso não vai tratar a base do problema. Por isso, a Justiça está abarrotada de processos e mais processos, recursos e mais recursos, porque as partes não resolveram a origem do conflito, a base do que aparece na ponta do iceberg.[30]

Nesses casos, para que ocorra a uma real solução do conflito, necessário se faz a aplicação das leis sistêmicas, além das leis jurídicas, analisando a fundo o complexo emaranhado emocional, familiar e social em que o problema se encontra inserido, para que findo aquele processo judicial, possam os envolvidos sentirem paz para seguir em frente, que em seus corações a origem do problema esteja resolvida.[12]

Desta forma, os pilares do Direito Sistêmico consistem em enxergar além do processo judicial, verificando o que se está por trás da origem do litígio, considerando a bagagem de cada indivíduo, sua origem, sua história, sua família, bem como o contexto social em que se encontra inserido.[10]

Os Advogados, em especial os que atuam no contencioso, têm como premissa importante para seu desenvolvimento profissional o estudo da jurisprudência, doutrina e técnicas de persuasão.[3]

Todavia, com a edição da Resolução n.º 125/10 do Conselho Nacional de Justiça, do Novo Código Civil e da Lei da Mediação, gradativamente o mercado de trabalho precisa de profissionais aptos para a atuação na autocomposição de litígios.[3]

A teoria abordada no presente artigo tem se mostrado muito eficaz na resolução de litígios do Direito de Família, já que, diversas vezes o conflito é apenas a "ponta do iceberg". Assim, ao ser identificado a raiz do problema, fica mais palpável elaborar um acordo e solucionar de vez a questão.[3]

A aplicação da constelação familiar auxilia não só humanização da Justiça, como também proporciona mais celeridade ao Judiciário, além de diminuir a incidência de novos processos.[16]

Para advogados que exercem a profissão relacionada ao Direito de Família, conhecer a metodologia estudada e entender como aplicá-la com seus clientes é extremamente recomendável. Além de obter acordos mais efetivos para o seu cliente, haverá grandes possibilidades de que ele saia mais feliz e satisfeito do processo.[16]

4.1 APLICAÇÃO DA CONSTELAÇÃO NO DIREITO DA FAMÍLIA

A aplicação da constelação familiar no Direito de Família facilita a identificação de padrões comportamentais que geram sofrimento de viés psicológico e emocional.[23]

Em situações que tais pontos não são observados com a devida cautela, os litigantes tendem a não achar a solução para a problemática e o que se propaga é um sentimento de vingança, raiva, insatisfação e descontentamento[3].

Quando os problemas são expostos e os litigantes conseguem identificar a responsabilidade de suas ações, os envolvidos passam a procurar uma solução real e não somente a sentença no processo.

A execução da constelação terapêutica auxilia não só na humanização da Justiça, mas também vem proporciona mais celeridade ao Judiciário, além de diminuir a incidência de novos processos.

Desse modo, o advogado, ao conhecer a metodologia, além de obter conciliações mais efetivas para o seu cliente, existirá relevantes oportunidades de que ele saia mais feliz e satisfeito do processo, fazendo com que o profissional se destaque.[24]

4.2. ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO REFERENTE A ALIENAÇÃO PARENTAL

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) considerou um substitutivo da senadora Leila Barros (PSB-DF) ao projeto que sugere que a Lei de Alienação Parental (Lei 12.318, de 2010 - LAP) seja revogada.

O projeto tem o intuito de revogação legal, ao invés de colocar um fim a normativa tratada, com o fito de alterar o PLS 498/201 e, então, evitar a deturpação do texto.[15]

O pedido de revogação foi de iniciativa da CPI dos Maus Tratos, a qual teve fim no mês de dezembro de 2018. No decorrer da realização dos trabalhos da comissão, a constatação de situações que fizeram uso inadequado da Lei da Alienação foi recorrente, posto que os progenitores supostamente abusadores realizaram denúncias falsas contra o ex-parceiro a fim de conseguir a guarda da criança e poder prosseguir com os abusos. Tendo essas situações em vista, a CPI decidiu apresentar um projeto com o intuito de revogar a Lei da Alienação Parental.[15]

A relatora na CDH, contudo, destaca a relevância da legislação e defende alterações para concertar o problema levantado pela CPI. Para muitos senadores, a revogação completa da lei seria um exagero.7

Assim são defendidos três pilares no relatório de revogação: o bem estar das crianças, a segurança para que os progenitores possam denunciar suspeitas de abuso sem ser punidos e o envolvimento de juízes na fases iniciais do processo, o que aconteceria em audiências com as partes envolvidas antes de uma decisão como a reversão de guarda, por exemplo. [4]

A alteração declara que, antes de tomar qualquer decisão, o magistrado deve ouvir todas as partes. Exceto quando tiver algum indício de violência. Nessa situação, o suposto agressor poderá perder até mesmo o direito à visitação mínima assistida.[28]

A declaração prevê, além disso, que, na consideração de processo criminal contra um dos progenitores cuja vítima seja um dos filhos, o processo de alienação parental fica interrompido até que ocorra uma decisão em primeira instância no juízo criminal.[28]

Ademais, o juiz deverá retirar o direito do alienador gradativamente, a menos que haja receio justificado de risco à integridade física ou psíquica da criança ou do adolescente. Nessa situação, a medida precisa ser imediata.[28]

Após 10 anos da publicação, a LAP já foi alvo de diversas polêmicas no Congresso e foi alvo de audiências públicas desde que a CPI dos Maus-Tratos a Crianças e Adolescentes sugeriu sua revogação.[28]

Para o ex-senador Magno Malta, que presidiu a CPI, a legislação entra em confronto com o propósito de garantir o convívio dos jovens com ambos os progenitores quando garante o direito a pais abusadores de ter contato irrestrito aos filhos. A CPI elaborou diversas propostas que mudaram a lei, como o projeto analisado na CDH.[3]

Em uma audiência em junho na comissão a temática gerou discordância entre especialistas. Representante do Movimento Pró-Vida, o advogado Felicio Alonso afirmou que a LAP é inconstitucional e foi feita “para defender os pedófilos”.[3]

A conselheira titular do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (Conanda), Iolete Ribeiro da Silva, fez críticas à falta de uma definição científica quanto à síndrome da alienação parental. Para o Conanda, a ideia de guarda compartilhada deveria ser suficiente para garantir o convívio com pai e mãe, enquanto a LAP se revela “inoportuna” e violadora dos direitos dos menores.[3]

Já a vice-presidente da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica (ABPJ), Tamara Brockhausen, se pronunciou contra a revogação da lei. Consoante a psicóloga, não faz sentido colocar finalidade a uma norma com tanta importância na proteção emocional da prole, com a justificativa de mau uso em casos isolados.[30]

Tamara sugeriu pequenas mudanças na LAP, a fim de evitar que denúncias não comprovadas, ou decorrentes de erros, gerem à presunção automática da prática de alienação parental. Segundo ela, por exemplo, a inversão da guarda frente a uma falsa denúncia só aconteceria se fosse de interesse da criança e desde que sejam preservadas as condições parentais do outro genitor.[30]

4.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DIREITO SISTÊMICO

Ao buscar uma solução por meios jurídicos, os indivíduos inseridos em discussões familiares tendem a ter uma perspectiva muitas vezes controversa, posto que, a explanação dos acontecimentos relatados em grande parte dos casos, abordam somente uma parcela do real sintoma que os levou a determinada situação. Partindo desse pressuposto, tiram uma interpretação própria, o que dificulta a evolução da resolução do caso e perpetua o conflito.[26]

Caso a Constelação Familiar não aconteça previamente ao procedimento ou no processo de mediação, os impasses em remover as interpretações próprias (que consideram somente sua perspectiva) dos envolvidos tenderão a demorar mais, fazendo com que a resolução das controvérsias pelo Judiciário seja dificultada.[25]

É notório que nos casos que a terapia tratada acontece anteriormente a mediação, os litigantes tendem a ser mais compreensivos entre si, tornando-os mais receptivos para um acordo pacífico, já que cada um já possui a ciência de sua responsabilidade no conflito, com consciência das atitudes que propiciaram àquele conflito.[26]

Sob essa ótica, Storch elaborou esta metodologia, com a prerrogativa de oferecer aos litigantes uma alternativa para criar uma nova visão sobre o conflito. Assim, poderá ser promovida uma estabilização jurídica, com menos desavenças e guerras, com uma decisão mais pacífica tomada por aqueles que iniciaram o conflito.[26]

Dessa maneira, Storch atua em seus experimentos não apenas para promover a mediação, mas também com o intuito de conservar o respeito e o amor envolvido nos relacionamentos.

Nessa perspectiva, ele destaca que pede silêncio aos envolvidos e explica que, mesmo com o sentimento que emprestado durante a situação conflituosa, elas estão ali em virtude do desenvolvimento do cultivo de um relacionamento que um dia foi pautado por bons sentimentos. Em algum momento os dois se encontraram e desenvolveram uma relação. Vivenciaram sentimentos bons e, quando foram casados e têm filhos em comum (em muitas situações essa é a realidade), viveram um amor. Talvez tenham se apaixonado. Quando casaram e se expuseram à possibilidade de ter um ou mais filhos juntos, provavelmente construíram sonhos, fizeram planos se construírem uma família alegre e consolidada, na crença de terem um futuro feliz, juntos. [18]

A metodologia sistêmica atua como um objeto que dilui a arbitrariedade das decisões na esfera do Direito de família, uma vez que dá enfoque ao lado oculto nas relações familiares, por essa razão que

em diversos casos os indivíduos se emocionam na vivência terapêutica, ou até mesmo os representantes sentem a dor dos litigantes.[18]

Storch utiliza como um método estratégia iniciar com o máximo respeito, de modo que a descoberta da motivação dos litigantes estarem lá seja adiada, mas realizando um ato preparatório para a mediação, com o intuito de descobrir as sombras, o real motivo das problemáticas. Ele ressalta que não admite que nenhum dos lados discertem muito, principalmente no que relacionado a reclamações ou ofensas mútuas, para não expandirem o conflito e a necessidade de resposta no mesmo tom.18

Bem como Storch, é perceptível que o Sistema Judiciário tem se preocupado gradativamente mais com a proporção de demandas judiciais, as quais os números são extremamente altos, mesmo que o empenho em superar isso tenha se mostrado intensa, fato confirmado pela Resolução número 125/10 do CNJ a qual configurou os CEJUSCS e NUPECS.[18]

Nessas circunstâncias, Sami Storch notou que a aplicação da lei tratada não anulava o fracasso da demanda, já que os problemas muitas vezes ocorriam em virtude de situações mais severas do que simplesmente o desgaste familiar. A decisão judicial apresentava apenas um alívio temporário, posto que as situações problemáticas em sua origem na maioria das vezes não era levado em conta, e por isso, a reincidência nas demandas é quase certeira.[18]

Consoante esse plano, os meios consensuais de conflitos, principalmente o Direito Sistêmico mostram-se como válvula de escape para o judiciário que tem um elevado índice de congestionamento, o que é observado ao analisar os dados do CNJ.[18]

Diante desse panorama, conclui-se que há um crescimento da prática nos mais variados Tribunais do país. A metodologia sistêmica criada por Sami Storch, tem se mostrado e se destacado por sua eficácia, com acordos satisfatórios para os litigantes.[18]

Por conseguinte, a metodologia é capaz de proporcionar a pacificação social, evidenciando aos litigantes que a tendência do litígio judicial é, atualmente, um mero “senso comum”, configurando-se como um caminho alternativo e menos danoso para a solução de conflitos. [2]

Destarte, evidencia-se que o Poder Judiciário tem se esforçado para a redução da judicialização. A inserção por parte dos Tribunais no país dessa metodologia terapêutica revela que a maneira de resolver conflitos jurídicos está se lapidando, ao oferecer além da sentença, a busca por uma resolução solidaria e a pacífica.[24]

Além das relevantes características apontadas em que a metodologia sistêmica aplicada no Direito é possível favorecer, sem dúvidas, uma das mais importantes é a satisfação dos envolvidos, posto que diz respeito a uma forma de justiça restaurativa, com o intuito de proporcionar aos litigantes outros caminhos com melhores pespectivas para que ocorra a solução do caso do litígio.[23]

O próprio Código de Processo Civil de 2015 concordou com a noção de um judiciário restaurativo, ao modificar o procedimento das ações de família, com a inserção da audiência de mediação como sendo obrigatória.[13]

É notório que, por meio da inserção desse novo método de resolução de discórdias (Direito Sistêmico), foi viávell que muitos Tribunais conseguissem ótimos resultados no que faz referência a resolução de casos inseridos no direito familiar, mesmo ao levar em consideração que o sistema judiciário ainda apresenta uma relevante média de congestionamento nos processos.[13]

Logo, o novo método vem mostrando-se extremamente apto para contribuir com as relações familiares, com quantidade consideráveis. E tendo isso em vista, vale ressaltar que já está presente em 16 estados, contando o Distrito Federal.[13]

O reconhecimento proveniente da Resolução número 125 do CNJ possibilitou uma atitude que solucionava conflitos de uma maneira mais humanizada, concomitantemente com o Código de Processo Civil e a Lei de Mediação, os quais concederam lugar para as metodologias alternativas de resoluções de problemas.[13]

Dessa maneira, o Judiciário utiliza a metodologia de modo que novas possibilidades sejam abertas, visando a redução da judicialização de trabalhos e configuração de celeridade, satisfação e paz social aos trabalhadores jurídicos.[13]

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante todo o exposto, pode-se extrair de forma conclusiva que a aplicação da constelação sistêmica é uma forma mais branda e alternativa à judicialização, que tem o objetivo de por fim a um conflito de forma definitiva e satisfatória e, dessa maneira, evitar casos de Alienação Parental.

Observa-se que o método terapêutico das constelações familiares está cada vez mais presente nos Tribunais brasileiros, gerando um grande número de acordos para os litígios familiares presentes no Judiciário, além de tornar mais humano, diminuir a estagnação judicial e reduzir demandas repetitivas no âmbito familiar do direito pátrio.

Desta forma, pautando-se na solução consensual da lide, pode-se esperar desta inovação do direito da família, um maior número de acordos, uma redução significativa das demandas repetitivas no âmbito das ações familiares e uma forma de aproximar, de um modo humano, o judiciário das partes que compões o conflito, vez que cada caso será tratado isoladamente, dando as devidas peculiaridades, solucionando de forma eficaz e definitiva o problema, vez que este será tratado desde a origem.

A legislação número 12.318/2010 da Alienação Parental é um enorme progresso no sentido de validar esta prática, visto que ela não é nova na sociedade brasileira.

Assim, tornou-se imprescindível na resolução conflituosa da dissolução familiar, já que ela contribui no combate da chamada implantação de falsas memórias, e esta lei tem como base o princípio do melhor interesse da criança ou adolescente.

Assim como foi demonstrado, a Alienação Parental mostra-se como um elemento nefasto dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, configura-se como uma forma extrema de violência emocional, haja vista que produz marcas emocionais para o resto da vida e quando a síndrome da alienação parental se instala, é irrecuperável em grande parte dos casos. Fere as garantias constitucionais destinados à sua proteção, uma vez que impede o seu desenvolvimento saudável em ambiente harmonioso.

Diante desse panorama, a efetividade do ordenamento jurídico será indispensável ao combate da Alienação parental instaurada dentro das ações de litígios que se encontram nas varas de família do judiciário brasileiro.

O que importa nos litígios familiares é o melhor interesse da criança, princípio norteador das garantias constitucionais. Assim sendo, satisfaz o ideal quisto por referido princípio a convivência da criança e do adolescente com seus genitores, sem que ocorra uma privação da companhia de um ou outro.

É relevante que, em benefício dos interesses da criança, os pais abram mão de seu egoísmo – que permeia os embates conjugais - para que possa ser oferecido um desenvolvimento mais saudável para os menores.

O cerne da questão consiste em considerar meios para prevenir a prática dos atos de Alienação Parental, para não chegar próximo do desenvolvimento da síndrome. De acordo com o estudo realizado, extraindo informações de especialistas e juristas uma das melhores soluções para combater

a Alienação Parental apresentado neste artigo sem sombra de dúvida foi o método que o direito sistêmico apresentou que é a terapia da Constelação Familiar.

Tal prática, como foi mostrado, revela um novo olhar frente as relações de família e vem como uma forma efetiva de atendimento humanizado, a fim de proporcionar as partes uma melhor percepção frente ao conflito familiar. Essa prática identifica o real motivo do problema naquele determinado sistema familiar e de fato resolvê-lo, crescendo a cada dia mais, por ser um instituto que proporciona um suporte eficaz.

A Constelação familiar não se trata em terminar com as garantias que o judiciário traz para ações em litígio, mas sim, para ter como a prioridade o bem-estar da criança na dissolução dos relacionamentos familiares, além de ser técnica alternativa capaz de proporcionar solução pacífica e verdadeiramente eficaz àqueles que buscam a resolução judicial de seus conflitos, também é meio que contribui para o descongestionamento do sistema Judiciário.

Diante todo o exposto, pode-se extrair de forma conclusiva que a aplicação da constelação sistêmica é uma forma mais branda e alternativa à judicialização, que tem o objetivo de por fim a um conflito de forma definitiva e satisfatória.

Observa-se que o método terapêutico das constelações familiares está cada vez mais presente nos Tribunais brasileiros, gerando um grande número de acordos para os litígios familiares presentes no Judiciário, além de tornar mais humano, diminuir a estagnação judicial e reduzir demandas repetitivas no âmbito familiar do direito pátrio.

Desta forma, pautando-se na solução consensual da lide, pode-se esperar desta inovação do direito da família, um maior número de acordos, uma redução significativa das demandas repetitivas no âmbito das ações familiares e uma forma de aproximar, de um modo humano, o judiciário das partes que compões o conflito, vez que cada caso será tratado isoladamente, dando as devidas peculiaridades, solucionando de forma eficaz e definitiva o problema, vez que este será tratado desde a origem.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

2. HAUSNER, Stephan. As constelações familiares e o caminho da cura. São Paulo: Cultrix,2007.

3. HELLINGER, Bert. Ordens do Amor: um guia para o trabalho com constelações familiares. Trad. Newton A. Queiroz. 7ed. São Paulo: Cultrix, 2014.

4. STORCH, Sami. Direito Sistêmico: primeiras experiências com constelações no judiciário. In Filosofia, Pensamento e Prática das Constelações Sistêmicas – nº 4. São Paulo: Conexão Sistêmica, 2015.

5. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro – vol. 5. Direito de família. São Paulo: Saraiva. 27ª ed., 2012

6. GAGLIANO, Pablo Stolze, e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil – vol. 6. Direito de família. São Paulo: Saraiva. 2ª ed., 2012

7. LENZA, Pedro.2012. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva. 18ª Ed., 2012

8. ALMEIDA JÚNIOR, Jesualdo Eduardo. Comentários à Lei da Alienação Parental. Direito de família. São Paulo: Saraiva. 2ª ed., 2012

9. STORCH. Sami. Texto extraído do site www.tjmt.jus.br. Notícias de 04/03/2016 – Direito de família. São Paulo: Saraiva. 2ª ed., 2012

10. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

11. HAUSNER, Stephan. As constelações familiares e o caminho da cura. São Paulo: Cultrix,2007.

12. BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Senado Federal, 1990. Disponível em:

    http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acesso em: 27/09/2021

13. HELLINGER, Bert. Ordens do Amor: um guia para o trabalho com constelações familiares. Trad. Newton A. Queiroz. 7ed. São Paulo: Cultrix, 2014.

14. STORCH, Sami. Direito Sistêmico: primeiras experiências com constelações no judiciário. In Filosofia, Pensamento e Prática das Constelações Sistêmicas – nº 4. São Paulo: Conexão Sistêmica, 2015.

15. ERVOLINO, D. O que é constelação familiar. 2012. p. 1. Disponível em:

    <http://www.portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/11859/o-que-e-constelacao-familiar#ixzz462l0d75i>. Acesso em: 10 set. 2021

16. BORGES, GX. Constelação Familiar Constelação Familiar e sua influência para o direito de família brasileiro. Revista Científica, V.1, N.3, 2020

17. ARRUDA, SF, Constelação familiar: ferramenta para auxiliar na resolução de conflitos no direito de família. Direito-Tubarão, 2019

18. GONÇALVES, C. A. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2005.

19. CARMO, M. S. Uma Breve Apresentação sobre a Constelação Sistêmica Fenomenológica. Editora Atlas, 2015, p 1 e 13.

20. CARVALHO, E. V. Constelações Familiares Sistêmicas. Revista Saúde Quântica, v. 1, n. 1, jan/dez 2012, ISSN: 23176938.

21. REVISTA RECIFAQUI, V. 1, N. 10, 202091SCHNEIDER, J. R. A prática das Constelações Familiares: bases e procedimentos. Patos de Minas: Atman, 2007.

22. STORCH, S. Direito Sistêmico: primeiras experiências com constelações no judiciário. In Filosofia, Pensamento e Prática das Constelações Sistêmicas – nº 4. São Paulo: Conexão Sistêmica, 2015.

23. ZARIAS, Alexandre. A família do direito e a família no direito: a legitimidade das relações sociais entre a lei e a Justiça. Rev. bras. Ci. Soc. São Paulo, v. 25, n. 74, p. 61-76, Oct. 2010.

24. PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Princípios fundamentais norteadores do direito de Família, 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

25. DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 10. ed. São Paulo Editora Revista dos Tribunais, 2015.

26. DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 11. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

27. CACHAPUZ, Rozane da Rocha. Mediação nos conflitos&Direito de Família. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

28. GONÇALVES, Roberto. Direito civil brasileiro, v. 6 – Direito de família. Editora Saraiva, 14ª Ed 2017, p 17 e 31.

29. CARMO, DO, Maria Scarlet do. Uma Breve Apresentação sobre a Constelação Sistêmica Fenomenológica. Editora Atlas, 2015, p 1 e 13.

30. GONÇALVES, Roberto. Direito civil brasileiro, v. 6 – Direito de família. Editora Saraiva, 14ª Ed 2017, p 17 e 31.

Capítulo 9

10.37423/241109475

O USO DO SOFTWARE IRAMUTEQ NAS PESQUISAS EDUCACIONAIS NAS CATEGORIAS SEGUNDO PROFESSOR E NICOS POULANTZAS.

Iara Helena Voos Schmitz *Universidade Tuiuti do Paraná*

Resumo: A produção deste estudo tem como objetivo evidenciar a utilização do uso do *software* IRaMuTeQ e sua contribuição para análises de pesquisas (teses e dissertações) como metodologia para desvelar o que as pesquisas apontam sobre determinado tema ou objeto de estudo. Para tanto a partir do *corpus* textual inicial pudemos gerar nuvem de palavras, dendrogramas, árvore de similitude sobre as produções acadêmicas na categoria segundo professor de turma. Este estudo faz parte do rol de disciplinas cursadas no Doutorado em educação da Universidade Tuiuti do Paraná ministrada pela professora doutora Sueli Donato no segundo semestre de 2023. Os apontamentos iniciais demonstraram que o programa utilizado trouxe agilidade no processo de coleta de dados e na construção de categorias de análise a partir do objeto de estudo. Os resultados trouxeram a possibilidade de identificação de problemáticas e lacunas ainda não investigadas no objeto da pesquisa: o segundo professor de turma na rede pública estadual de ensino catarinense. Essas análises iniciais viabilizaram a construção de categorias iniciais e finais de investigação de minha tese doutoral, ampliando meu olhar de pesquisadora a partir dos dados obtidos com o uso do *software* IRaMuTeQ.

Palavras – chave: S*oftware* IRaMuTeQ, Segundo Professor de Turma e Nicos Poulantzas.

1. INTRODUÇÃO:

No Brasil, e em Santa Catarina inicia um movimento por pressão de organismos internacionais, principalmente da ONU em 2006, na convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência que estabelece, entre outras medidas, que, seus signatários assegurem um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino.

Decorrente deste movimento SED/SC[1] e FCEE[2] laçam a política de educação especial em SC e a resolução nº 112/2006 do CEE/SC fixa normas nesta modalidade para a educação catarinense. A ênfase era dada ao AEE- atendimento educacional especializado como complemento ou suplemento educacional no contraturno escolar.

Em 2008, face a outros encaminhamentos como o PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação (2007) e o compromisso do "todos pela educação", o Brasil, lança a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que entre outros encaminhamentos coloca o seguinte desafio aos sistemas de ensino:

> "Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar". (PNEE, 2008, p.17)

Neste sentido, SC[3] institui em 2009 o Programa pedagógico FCEE/SED que estabelece as diretrizes dos serviços educacionais para alunos com deficiência da rede regular de ensino.

Dentre estes serviços especializados surge a figura docente do "segundo professor de turma" que conforme *a* própria política em movimento de 2018 é colocado como uma das inovações usadas para" qualificar o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes da educação especial matriculados na rede pública estadual de ensino" (PEE/SC, 2018).

Cabe considerar que SC é o único estado brasileiro que usa essa nomenclatura quando trata dos professores de apoio inclusivos nas classes comuns regulares e que essa categoria surge dentro da formação da política inclusiva concreta, dentro de uma mesma classe, a classe dos professores, promovendo um fracionamento desta mesma classe, a classe dos segundos professores de turma[4]atuantes na modalidade da educação especial. Escolhemos duas categorias para essa análise a partir do uso do programa: segundo professor e Nicos Poulantzas.

2. O QUE AS PESQUISAM APONTAM SOBRE O SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA?

Para averiguar a existência de pesquisas e temáticas ligadas as categorias segundo professor de turma, e as teorizações de Nicos Poulantzas procuramos através das plataformas digitais BDTD[5] e CAPES, pesquisas que revelassem o quem tem sido estudado neste campo de análise, o segundo professor e Nicos Poulantzas e dentre as que pesquisamos, quarenta e seis pesquisas encontramos entre elas cinco estudos que estão descritos no Quadro 1:

Quadro 1 – Pesquisa documental realizada no BDTD

Autor	Título do trabalho	Universidade	Ano	Palavras - chave
Barbara Karoline Araújo Dissertação	A Formação do Segundo Professor de Turma do Estado de Santa Catarina.	UFSC Universidade Federal de Santa Catarina	2015	Segundo Professor de Turma; Professor de Educação Especial; Política de Educação Especial; Educação Inclusiva; Formação de professores; Santa Catarina.
Rita de Cássia Kleber Dissertação	O Trabalho do Segundo Professor de Turma Em Santa Catarina: Qual o Projeto Político de Formação do Aluno da Educação Especial?	UFSC Universidade Federal de Santa Catarina	2015	Política de Educação Especial; segundo professor de turma; Classe comum.
Natália Silveira Lima Dissertação	A gênese das representações sociais sobre o trabalho do segundo professor na perspectiva da educação inclusiva	Universidade Federal da Fronteira Sul Campus Chapecó SC	2017	Educação inclusiva Representações sociais Ensino fundamental Formação de professores
Beatriz Buss Dissertação	As interações pedagógicas entre o segundo professor e o professor titular na perspectiva do ensino colaborativo.	Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC	2018	Ensino Fundamental; Educação Inclusiva; Educação Especial Segundo Professor; Ensino Colaborativo - Coensino.
Marilia Daniela Tessarin Watashi Dissertação	Segundo professor de turma na política de educação especial em Santa Catarina: o processo de (des) regulamentação do cargo e projeto de (de/com) formação certificada pelo mercado.	UFSC Universidade Federal de Santa Catarina	2019	Educação especial; segundo professor de turma; SPT; Formação continuada; Certificação; Rede estadual de educação.
Silvio Gama Farias Dissertação	Política Pública de Educação Especial no Estado de Santa Catarina: Análise da Regulação e do Processo de Judicialização com Ênfase na Questão do Segundo Professor de Turma.	Universidade do Extremo Sul Catarinense UNESC	2022	Direitos Fundamentais; Educação Especial Inclusiva; Segundo Professor de Turma; Políticas Públicas. Judicialização.

Fonte: Pesquisa documental realizada pela autora (2022).

As pesquisas selecionadas têm um período de 2015 – 2022, parte delas abrange a primeira política estadual (2006) as pesquisas de (2015,2017,2018) e as de 2019 e 2022, abrangem a última política a de 2018. Observamos que 50% das pesquisas são da UFSC[6], duas da UNESC[7] e uma da UFFS[8]. Em relação ao gênero dos pesquisadores, a maioria são mulheres, com cinco pesquisas e somente uma do gênero masculino.

Trata-se de pesquisas de mestrado, são cinco dissertações, nenhuma Tese. Cabe mencionar que a pesquisa de Farias 2022 não será utilizada neste estudo, por se tratar especificamente da área do direito e sobre a judialização frente aos diagnósticos não contemplados pela política catarinense em movimento, não entraremos nessa seara.

O limite geográfico das pesquisas é o estado de Santa Catarina, duas são da grande Florianópolis, lócus geográfico da UFSC. Em relação as palavras- chaves dos trabalhos evidenciamos a palavra-chave segundo professor em todas as pesquisas. As palavras, formação de professores, a Política de Educação Especial, a educação especial, a educação inclusiva, a educação especial inclusiva, ensino fundamental, Coensino, ensino colaborativo, políticas públicas, direitos fundamentais e judicialização fazem parte do corpo das palavras-chave e dizem muito sobre os diversos estudos desta categoria de professores da educação especial no Estado catarinense.

Na busca por subsídios para compor o quadro das pesquisas analisadas (5), buscamos através de uso do software Iramuteq[9], compor uma análise dos resumos das pesquisas, para posterior interpretação dos dados gerados, nomeadas, de **** *resumo_1, **** *resumo_2, **** *resumo_3, **** *resumo_4,

**** *resumo_5 cinco resumos selecionados no *corpus* textual para uma visualização, com representação gráfica em função da frequência de palavras. Martins nos ajuda a compreender a produção deste *corpus.*

> “cada texto submetido deve ter sua origem identificada, para controle do pesquisador. Dessa forma, após a preparação do corpus, todos os textos são adicionados em um mesmo arquivo, separado por suas respectivas identificações. Essas identificações, para uso do IRaMuTeQ, precisam ser padronizadas com linhas de comando, representadas por quatro asteriscos seguidos de um espaço, um novo asterisco e a codificação escolhida para cada texto. (MARTINS, 2022, p.63).

Neste estudo optamos por codificar as pesquisas por números, seguida da ordem em que foram salvas (1, 2, 3, 4, 5,).

Ainda conforme Martins[10] esses procedimentos iniciais obrigam o pesquisador a fazer uma leitura cuidadosa de todos os textos submetidos e realizar as codificações necessárias. Com essa ação, o pesquisador se mantém próximo dos dados de pesquisa. (MARTINS, 2022, p.64). No quadro 2, é representada essa escolha e a maneira como foram organizados os dados (resumos) para produção do corpus[11] textual.

Quadro 2 – Pesquisas

Resumo	(Autor, Ano)	Universidade	Título das pesquisas
Resumo 1	(ARAÚJO, 2015)	UFSC	A Formação do Segundo Professor de Turma do Estado de Santa Catarina.
Resumo 2	(KLEBER, 2015)	UFSC	O Trabalho do Segundo Professor de Turma em Santa Catarina: Qual o Projeto Político de Formação do Aluno da Educação Especial?
Resumo 3	(TESSARIN, 2019)	UFSC	Segundo professor de turma na política de educação especial em Santa Catarina: o processo de (des) regulamentação do cargo e projeto de (de/com) formação certificada pelo mercado.
Resumo 4	(BUSS, 2018)	UNESC	As interações pedagógicas entre o segundo professor e o professor titular na perspectiva do ensino colaborativo.
Resumo 5	(LIMA, 2017)	UFFS campus Chapecó	A gênese das representações sociais sobre o trabalho do segundo professor na perspectiva da educação inclusiva

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

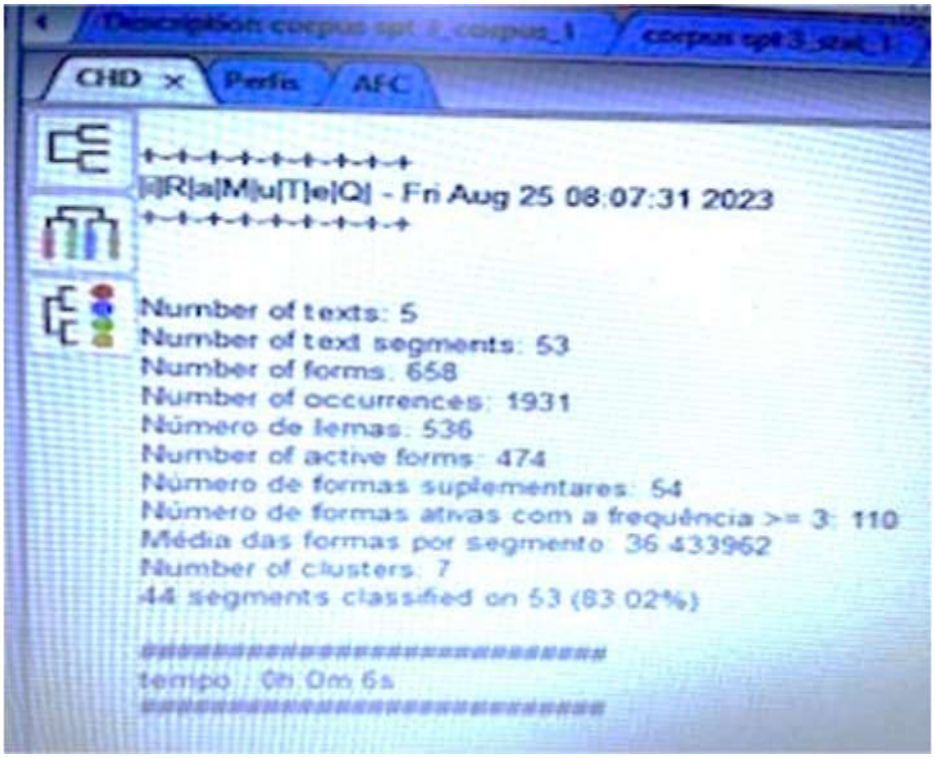
Conforme dados do Quadro 2, optamos pela indicação do número do resumo junto com a autora e o ano de publicação, a universidade de origem e o título das pesquisas. Após a seleção dos textos dos resumos para composição do corpus, tratamos o arquivo para configuração e rodagem no software IRaMuTeQ.

Conforme Martins (2022), em posse do corpus devidamente codificado, iniciamos os procedimentos para o seu processamento no software IRaMuTeQ. (MARTINS, 2022, p.65), contudo nos alerta que:

> Após o processamento do corpus inicialmente, é importante verificar a porcentagem de segmentos de textos que foram considerados na análise. Camargo e Justo (2013b) sinalizam que, para a análise ser considerada, é importante que se tenha um aproveitamento dos segmentos de textos submetidos de, no mínimo, 75%. (MARTINS, 2022, p.66)

Neste estudo, houve um aproveitamento de 83,02% do corpus, o indicado para este tipo de pesquisa orienta-se acima de 75% para maior eficiência e confiabilidade dos dados, conforme ilustrado na Figura 1, pode ser evidenciado esse aproveitamento:

Figura 1 – Recorte IraMuTeQ



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Depois do programa aceitar o corpus selecionado, a porcentagem estar acima do recomendado, partimos para o uso do programa para geração de dados. Os cinco resumos foram divididos em sete (7) classes, com 53 segmentos de texto com aproveitamento de 83,02% do corpus analisado.

3- QUAIS OS RESULTADOS DO USO DO IRAMUTEQ NAS CATEGORIAS SEGUNDO PROFESSOR E NICOS POULANTZAS?

Optamos de início, para compreensão das palavras mais evidenciadas nas pesquisas pela nuvem de palavras, constituída a partir do corpus determinado para rodagem do programa, os cinco resumos das pesquisas analisadas, e nelas encontramos a seguinte configuração, de acordo com a figura 2.

Figura 2 – Nuvem de Palavras IraMuTeQ

Fonte: IraMuTeQ

Conforme visualização rápida de dentro para fora da imagem, podemos identificar a palavra professor em destaque, de maior tamanho, seguida de formação, segundo, SPT, EE[12], ensino ,turma educação, análise, inclusivo, especial, público, política, escola, processo, aluno, coensino, Santa Catarina, docente, entrevista, pesquisa, rede, documento, regente, classe, entre outras que juntas no corpo total da nuvem de palavras evidenciam temáticas referentes ao ambiente escolar, a modalidade educação especial ao ensino e à docência, a política catarinense em movimento e ao nosso objeto de estudo, o segundo professor.

A análise dos resumos nos permite observar que a nuvem de palavras reflete essas temáticas em destaque, em um primeiro grupo de palavras destacamos: o professor e a formação, o segundo professor, a educação especial, o ensino, inclusivo, a educação, análise, turma e estadual e conforme leitura das dissertações constatamos na pesquisa de Araújo (2015), as evidências de que:

> “à formação dos SPT possui os mesmos contornos da proposição de formação de professores no Brasil: profissionalização com estratégia de (com)formação docente, certificação de professores por resultados, desintelectualização do professor e a reconversão docente; não há produções acadêmicas que debatam a formação do SPT no estado; os SPT são contratados temporariamente, revelando a precarização das condições de trabalho; a formação inicial dos SPT ocorre geralmente em cursos de licenciatura em pedagogia e não possui

> aprofundamento dos conteúdos da área da EE; a formação continuada não discute a apropriação de conhecimento dos alunos e ocorre na esteira de formações de outros professores, possuindo o caráter de implementação da política sob uma perspectiva de legitimá-la e repor sua hegemonia; (ARAÚJO, 2015, p. 9)

Na pesquisa de Lima (2017), em diálogo com Araújo (2015) em sua pesquisa também verifica a formação inicial e continuada e constata que é relevante uma urgente atenção por parte dos processos de formação de professores, tanto no âmbito da formação inicial, quanto continuada. Watashi (2019) em diálogo com Araújo (2015), Lima (2017), e constata em Watashi (2019) e faz um alerta de como se movimenta a formação dos segundos professores para atuação no cargo:

> "sem formação inicial específica para atuar no cargo. Sua formação tem se realizado, prioritariamente, na forma continuada, mediante cursos públicos que, em grande parte, não são exclusivos, sendo ofertados pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) e, de forma descentralizada, pelas Gerências Regionais de Educação (GEREDs) e Unidades de Atendimento. Como a (de/com) formação via cursos públicos não supre as necessidades destes docentes para o trabalho na rede estadual, eles têm sido responsabilizados por proverem - se individualmente de formação, sendo contemplados por um leque diversificado de empresas não regulamentadas junto ao MEC, que localizaram nestes sujeitos (SPT), um novo nicho de mercado". (TESSARIN, 2019, p.9).

Mesmo não sendo nosso foco de estudo a formação deste profissional, ela aparece como central na avaliação dos resumos das pesquisas na nuvem de palavras e constatamos conforme Araújo (2015), Lima (2017) e Watashi (2019), que este profissional carece de maior significação em sua formação inicial, sobretudo na educação continuada e o alerta de muitas empresas educacionais oferecendo processos formativos aligeirados que carecem de teoria e prática. Realidade não só do Estado Catarinense.

Podemos constatar que não há formação específica para este profissional no estado de Santa Catarina e que acontecem na esteira de outras formações e ou ainda sem significado para a atuação no EE.

Em um segundo grupo de palavras estão: político, política, escola, processo, aluno, Coensino, Santa Catarina, docente, entrevista, pesquisa, rede, documento, regente e classe, que também constituem temáticas voltadas a questão de como se movimenta a política na rede, do tipo de ensino que SC propõe, como e com quem foram realizadas as pesquisas e conforme Lima (2017) em relação ao trabalho deste profissional na escola sua pesquisa nos evidencia que:

> Os dados analisados possibilitaram perceber que o trabalho do segundo professor é um processo pedagógico em construção, que demanda profundas reflexões e debates no âmbito do contexto escolar. (LIMA, 2017, p.9)

A este respeito, da construção do educador especial está a proposição da formação inicial e continuada, ancorada nessa busca pela humanização dos processos educativos, da compreensão do processo formativo de todo educador como relevante e inseparável de seu ofício. Neste processo, desta construção, entendemos assim como Araújo 2015 que os segundos professores de SC são:

> "sujeitos secundarizados na proposição da política de EE do estado, operando como um instrumento de consolidação da política de perspectiva inclusiva, subproduto da ênfase ao atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncionais" (ARAUJO, 2015, p.9)

Podemos ir mais além da constatação de Araújo e observar o que Lima (2017) traz de colaboração sobre como esse profissional é visto na rede estadual em Chapecó SC, em um recorte de sua pesquisa e de como se desenvolve seu trabalho pedagógico na rede:

> O trabalho do segundo_ professor é percebido como um trabalho auxiliar, ancorado no modelo de educação especial médico terapêutico, onde a atuação pedagógica se volta para um trabalho individualizado com o educando e diferenciado enquanto responsabilidades pedagógicas. Esta percepção protege e mantém a representação do professor regente enquanto o dono do saber, que não possibilita formas diferenciadas de trabalho pedagógico, de fazer e de ser professor, bem como a representação do educando com deficiência, como sendo aquele que não aprende e que precisa apenas de cuidados e atenção. (LIMA, 2017, p.9)

Essas temáticas em tela, o modelo de educação médico terapêutico a percepção dos professores e o Coensino ou ensino colaborativo são grandes falácias a serem resolvidas, pois dizem muito sobre o trabalho dos SPT e como é percebido pelos seus pares. Insistimos na hipótese de que conforme Araújo (2015) de que "o SPT foi proposto como uma figura para amenizar as dificuldades e renúncias dos professores regentes em atuar com alunos com deficiência, ou seja, uma estratégia de aceitação e produção de consenso". Watashi (2019) em diálogo com Araújo (2015) entende que:

> "Mediante a apreensão das contradições que permeiam a relação capital, trabalho e Estado, identificaram se controvérsias políticas no processo de regulamentação do cargo de SPT. Pode - se apreender que este docente continua sendo um "instrumento" importante das políticas de inclusão escolar no estado de Santa_ Catarina, figurando como um professor temporário permanente (Watashi, 2019, p.9).

Neste sentido, podemos dizer que o modelo proposto pelo estado conforme Araújo (2015), Lima (2017) e Watashi (2019) perde sua essência e especificidade de profissional na medida que não se prioriza pela própria rede e pela política em movimento a construção deste educador especial para qualificação do processo pedagógico inclusivo, lacuna perseguida por este próprio estado.

Buss (2018) realizou pesquisa com segundos professores e sua percepção em relação ao trabalho pedagógico que desenvolvem a partir do coensino e do ensino colaborativo, ancoras do processo inclusivo na rede estadual e verificou que foi possível compreender as possibilidades de interação oferecidas pelo coensino, entretanto há outros fatores que implicam para que os professores envolvidos na parceria alcancem o estágio de colaboração.

Isso nos remete a pensar em duas questões 1- ao professor regente (1º ao 5º ano) onde o segundo professor atua como corregente e 2- ao ensino fundamental anos finais e ao ensino médio, onde atua em regime de colaboração.

A este respeito existe ainda, apesar do percurso inclusivo da rede catarinense, uma distância entre o SPT e o professor regente, há uma clara divisão dentro da sala de aula, uma separação invisível, visível, onde este aluno geralmente se encontra no fundo da sala com seu segundo professor e o regente com o restante da turma, como uma aprendizagem paralela.

Outra hipótese a ser averiguada, a partir da qualificação da aprendizagem, é que nem sempre o objeto de aprendizagem a ser mediado está no contexto da turma, por questões de dificuldade de planejamento, falta de colaboração e ainda por entenderem (os professores regentes) que este aluno é responsabilidade somente do segundo professor, mesmo não possuindo conhecimento em disciplinas especificas do currículo como matemática, química, física, biologia, ciências, geografia, história e todos os conhecimentos que são relevantes e necessitam de habilitação especifica, realidade exposta no cotidiano escolar, quando na verdade a responsabilidade e o compromisso é de toda a escola, assim como com os demais alunos.

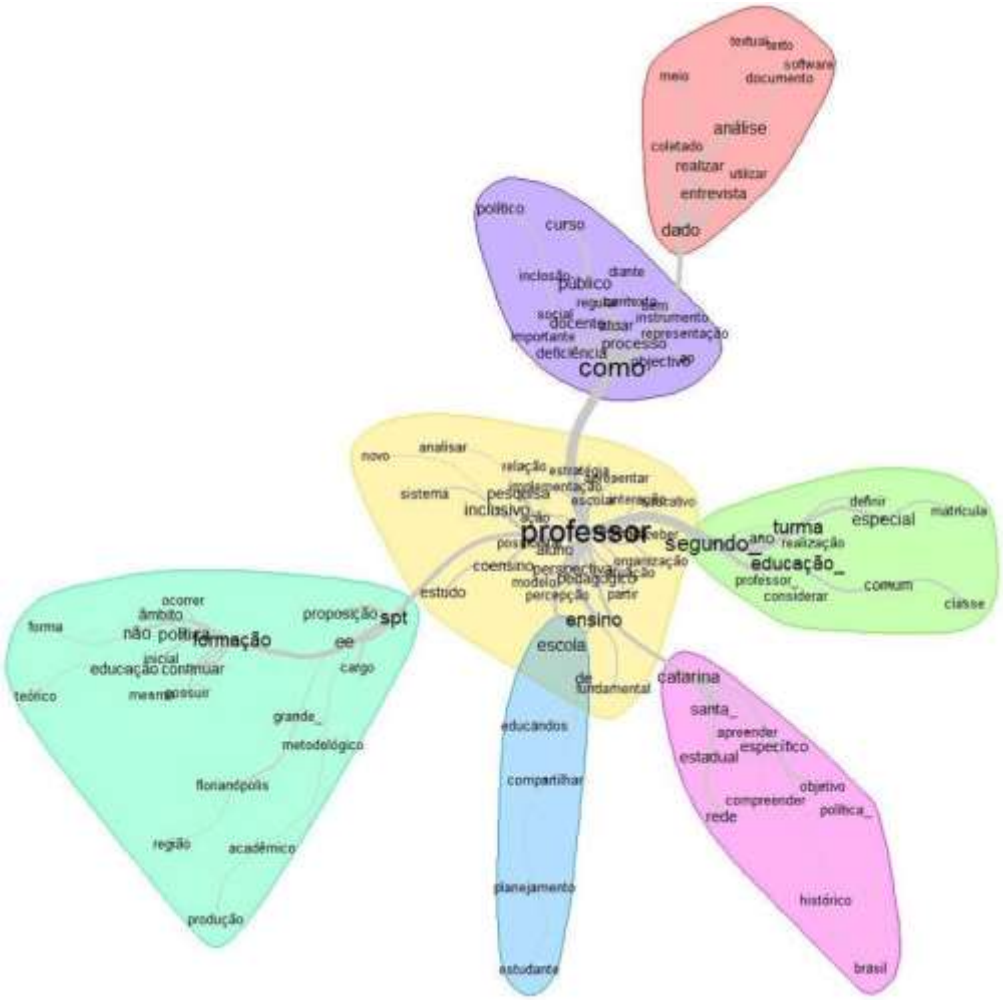
Este contexto nos evidencia que há a possibilidade de não existir um consenso inclusivo na rede regular de ensino catarinense, que a falta de formação continuada específica na área do EE dificulta um desenho para um sistema realmente inclusivo e não só para os SPT, mas para toda comunidade escolar.

Há resistência dos demais professores em relação ao trabalho deste profissional na rede, que caiu de para- quedas na escola e apresenta, apesar de estar na rede temporariamente desde 2008, conta com uma série de inconsistências desde sua formação inicial como continuada, sua contratação precarizada, alta rotatividade, hipótese de efeito de isolamento de classe e a ausência de regulamentação do cargo de segundo professor, traços do estado capitalista neoliberal no estado de Santa Catarina, aumentando a precarização docente.

Em relação a palavra classe que apareceu entre outras na nuvem de palavras e como se constitui foco do objeto de estudo, fomos buscar o contexto em que está inserida e concluímos que se refere ao termo classe comum, que diz respeito ao ambiente em que o aluno público alvo da política catarinense está inserido e não no contexto das classes sociais ou da luta de classes destes profissionais como no pensamento de Poulantzas (2019), o que evidencia mais ainda pesquisar essa relação desta categoria e o estado.

Para compor este quadro a partir da nuvem de palavras, rodamos o IRaMuTeQ para observar a arvore de similitude, configuração colorida halo e encontramos o seguinte desenho representado na figura 3.

Figura 3 – Árvore de Similitude - Iramuteq



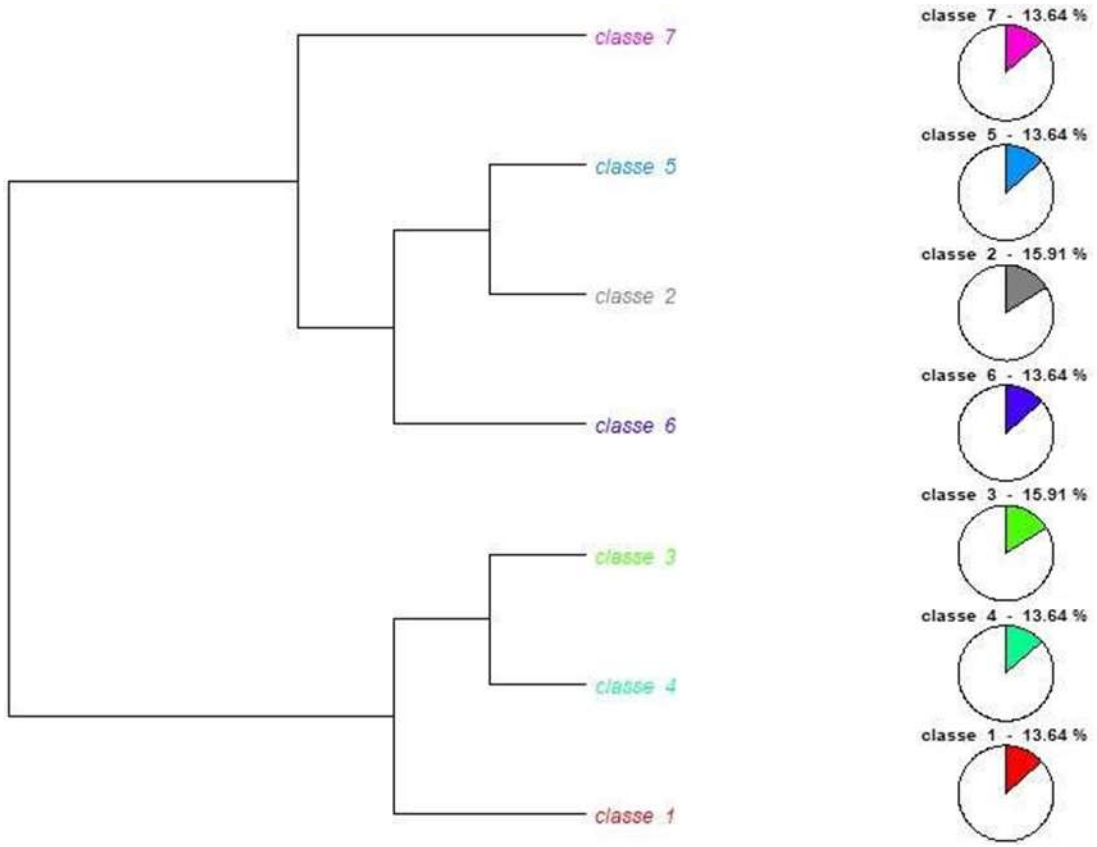
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Podemos constatar que a palavra professor, formação, segundo SPT, EE, ensino, turma, educação, inclusivo, análise, especial, publico, política, escola continuam em evidência, nos mostrando que as pesquisas analisadas giram em torno destas problemáticas, já evidenciadas na nuvem de palavras,

principalmente da formação deste profissional, e de como acontece ou deveria acontecer os processos inclusivos de ensino e de aprendizagem na classe comum regular. Isso nos evidencia a construção deste estudo em tela.

Outra análise que fizemos se refere ao dendrograma também realizado com o uso do mesmo software IRaMuTeQ a respeito da leitura e interpretação de dendrogramas Camargo e Justo (2013 a) apud Martins 2022, nos alerta que a leitura deve ser efetuada da esquerda para a direita, em que, inicialmente, verificasse as aproximações e distanciamentos das classes, por meio das conexões ou ramificações. E que no estudo em tela puderam gerar sete (7) classes, de cores diferentes com porcentagens do aproveitamento do corpus conforme ilustrado na figura 4 do dendrograma 1.

Figura 4 – Dendrograma 1 - IRaMuTeQ



Fonte: Elaborado pela autora com o IRaMuTeQ (2023)

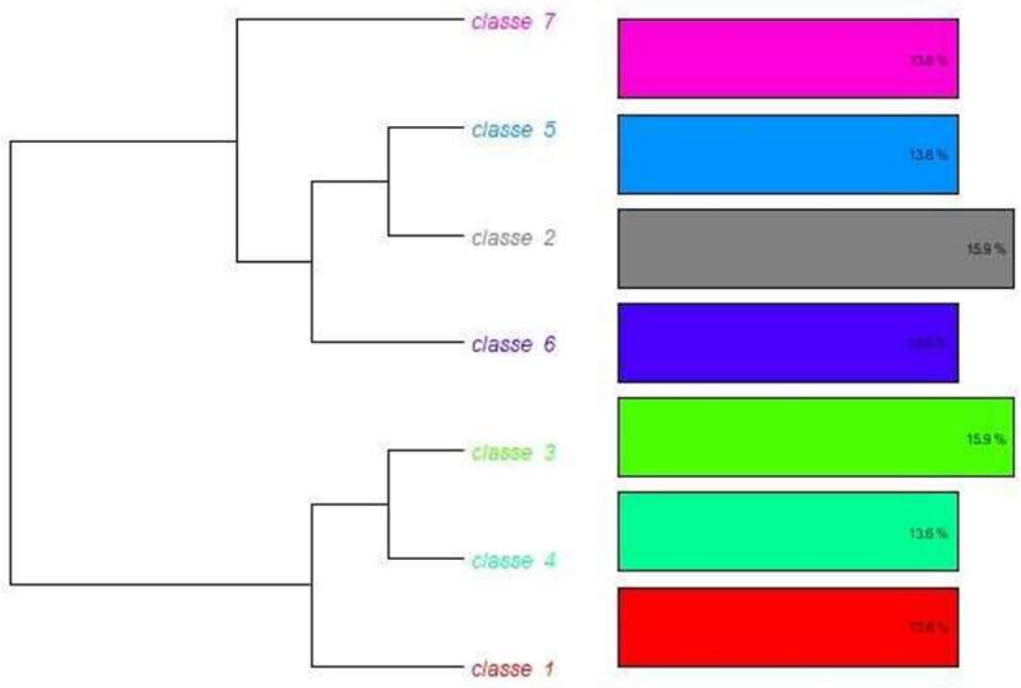
Conforme Martins a partir desse dendrograma, é possível começar a realizar intepretações a respeito de cada classe, bem como, visualizar aproximações e distanciamentos entre elas. (MARTINS, 2022, p.68). A respeito da disposição deste dendrograma Martins nos explica que:

> "Os retângulos (ou outras configurações) são representados por cores e possuem tamanhos diferentes. As cores são uma forma de possibilitar ao pesquisador fazer relações entre os segmentos considerados nos textos, explicitados na imagem anterior e as classes a qual pertencem. Além disso, o tamanho está diretamente ligado à porcentagem também apresentada, que indica o quanto cada classe representa com relação ao todo. Entretanto, destacamos que as classes não possuem um título definido e, assim como no procedimento artesanal, depende da interpretação do pesquisador ao visualizar os segmentos de texto e as palavras contidas em cada classe". (MARTINS, 2022, p.68).

Fazendo a leitura conforme indicado da esquerda para a direita do dendrograma dois abaixo, podemos observar que temos a formação sete classes. As classes estão todas interligadas, em sua formação inicial há uma subdivisão em dois grandes blocos, que se divide em dois e que o bloco um estão as classes 1, 3 e 4 e no bloco dois as classes, 2, 5, 6 e 7.

A partir desta subdivisão a classe um em vermelho deu origem a classe 3 em verde e 4 em verde claro, na outra subdivisão a classe 7 em roxo, forma a classe 6 em azul escuro, que forma as classes 5 em azul claro e a classe 2 em cinza. Que A classe 2 e 3 com 15,91% tiveram o maior aproveitamento do corpus usado neste estudo, as demais classes,1, 3, 4, 5, 6 e 7 o aproveitamento foi de 13,64%.

Figura 5 – Dendrograma 2 - IRaMuTeQ



Fonte: Elaborado pela autora com o IRaMuTeQ (2023)

Martins nos ajuda a compreender os desdobramentos possíveis com o uso do software e nos alerta que:

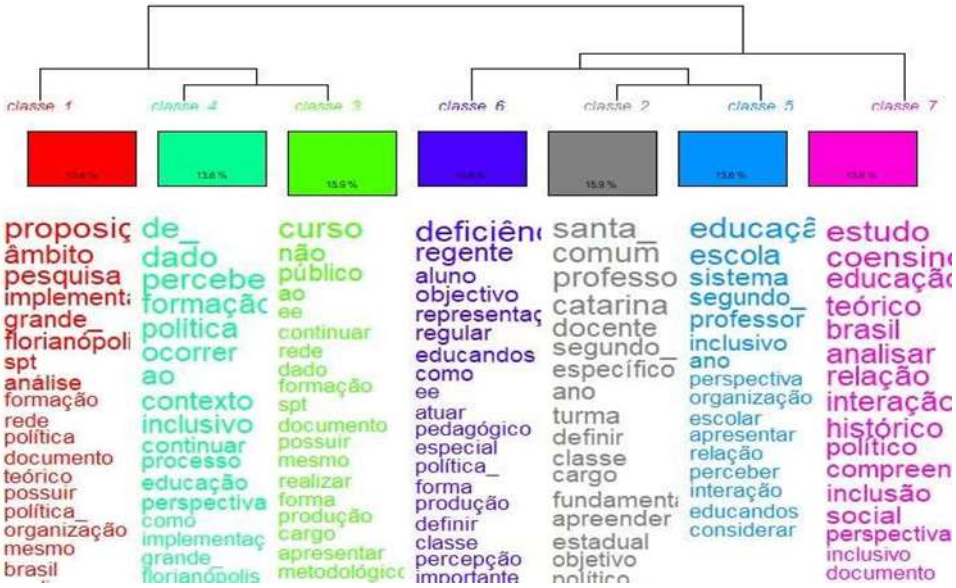
> "no entanto, convém salientar que as porcentagens ou frequências constituem uma marca quantitativa do software, e isto não reflete numa preocupação no uso da ATD. Além disso, as separações e aproximações sinalizadas nos dendrogramas podem ser modificadas de acordo com as interpretações do pesquisador, a partir da recuperação dos segmentos de texto e identificação dos contextos, ou ainda, por meio da consulta às próprias produções. Em outras palavras, o software nos apresenta possíveis relações que podem ser confirmadas, ou não, a partir do olhar do pesquisador". (MARTINS, 2022, p.69).

Para um maior aproveitamento do corpus, em relação a sua constituição podemos evidenciar conforme Martins que:

> "No que diz respeito às temáticas aglutinadas nas classes, é possível começar a ter uma noção através de outro dendrograma, em que se podem visualizar as principais palavras consideradas em cada uma das classes. Tal organização, assemelha-se à nuvem de palavras, que, neste caso, quanto maior o tamanho da palavra e mais no topo ela se encontrar, maior será a sua influência na classe". (MARTINS, 2022, p.69)

Com este entendimento de Martins, apresentamos o dendrograma 3 para construção das categorias (se necessário) evidenciadas pelas palavras e contextos dos resumos em cada classe. Neste estudo optamos por não descrever as categorias que emergiram, pois as duas últimas analises já responderam ao que gostaríamos de compreender. Sobretudo fizemos uma análise pelo nível de importância das palavras no dendrograma 3, ilustrado na figura 6.

Figura 6 – Dendrograma 3 – IraMuTeQ



Fonte: Elaborado pela autora com o IRaMuTeQ (2023)

Fazendo uma leitura das palavras em destaque, e das demais a partir de seu posicionamento na constituição de cada classe, a origem das palavras pelos resumos do corpus textual inicial, a compreensão das pesquisas chegamos a seguintes observações iniciais.

Que a classe 1 e 4 evidenciam as pesquisas na grande Florianópolis em SC, sendo um lócus de pesquisas nessa área de estudo pela UFSC – universidade de grande destaque, pesquisadoras como Michels (2004), Shiroma (2007) disseminam estudos sobre as políticas de formação, políticas públicas e educação especial. Que a classe 1, 3 e 4 trazem em destaque a palavra formação constituindo-se em um campo fértil e de muitas pesquisas, não esgotando a temática a respeito da formação do SPT.

Que as classes 1, 2, 3 e 5 trazem o SPT em destaque, evidenciando estudos sobre essa categoria no estado catarinenses, sobretudo como já dito e evidenciado, ele só existe por aqui, aliás, existe, aos trancos e barrancos, dentro do quadro de precariedade e instabilidade profissional.

4- QUAL A RELEVÂNCIA DESTE ESTUDO?

Através deste estudo podemos evidenciar que as pesquisas e problemáticas deste profissional no estado de SC giram em torno da formação inicial e continuada, da atuação do SPT como corregente ou apoio pedagógico no ensino colaborativo, de como é visto pelos próprios pares, o que representa na política inclusiva estadual, suas condições de trabalho, seu tipo de contratação, que como já descritas por Araújo (2015), essa classe se encontra precarizada, o que reforça a pesquisa no sentido de laçar luz a essa realidade, pouco evidenciada em relação ao estudos sobre o estado e as políticas públicas educacionais.

Não encontramos em nenhuma das cinco pesquisas o escopo teórico de Nicos Poulantzas, nos fazendo acreditar que se torna relevante prosseguir.

Ainda para algumas constatações finais de que apesar da consolidação da política de educação especial no estado catarinense algumas fragilidades e contradições rondam essa modalidade de ensino em SC evidenciadas a partir deste estudo com o uso do software iramuteq, que contribuiu sobremaneira para a construção do quadro 3, categorizadas por problemáticas, lacunas e hipóteses:

Quadro 3 – Fragilidades e contradições na educação especial em SC

Problemáticas	Lacunas	Hipóteses
Formação inicial e continuada	Investigar a formação inicial dos SPTs em Joinville SC	De que são professores formados em sua maioria em pedagogia e suas habilitações, portanto um atendimento especializado sem especialistas. Que não há uma política de formação específica para atuação na educação especial para o SPT.
Qualificação da aprendizagem dos alunos público-alvo da política	Investigar a prática docente do SPT articulado ao trabalho pedagógico inclusivo	De que os conteúdos na maioria das vezes estão distantes da turma/serie que o aluno se encontra, muitas vezes desconexo com o restante da turma.
Rotatividade de professores (maioria contratados em caráter temporário permanente).	Investigar a precarização docente, a atomização e isolamento de classe no estado capitalista frente a essa classe criada pelo próprio estado.	De que não há concurso público para essa fração de classe desde 2007, ano de início do serviço no estado.
Demanda reprimida (espera de diagnostico para acesso as intervenções pedagógicas e serviços oferecidos pelo estado.	Como fica o atendimento enquanto o aluno não se torna elegível para os serviços especializados?	De que há demora nos atendimentos no serviço público para confirmação e início de possível diagnostico (médicos neurologistas) de que aa CRES não dispõe de equipe multidisciplinar para tal e que os processos são enviados para parecer pela FCEE.
Prática pedagógica referente ao coensino e ao ensino colaborativo	Investigar quais entraves pedagógicos para o coensino e o ensino colaborativo	Há hipótese de que há uma certa dificuldade de planejamento em conjunto dos professores.
Infraestrutura das escolas	Investigar a acessibilidade dos ambientes escolares.	Há uma hipótese de que as escolas estaduais precisam de investimentos prediais, de laboratórios, bibliotecas, materiais acessíveis, mobiliário, acesso à internet entre outros.
Acesso ao currículo real pelo público-alvo da política	Compreender que tipo de currículo está em movimento para o público-alvo da educação especial.	Há indícios de que há dificuldades em executar o currículo em virtude da pouca articulação entre os professores da educação especial e os professores das demais disciplinas.
Sistema de ensino inclusivo	Compreender a ideologia que permeia os efeitos da atuação do segundo professor no ensino regular para produção do consenso inclusivo na rede regular.	Há a hipótese de que apesar de um longo percurso inclusivo na rede estadual, ainda não há um consenso inclusivo em todas as instâncias do ambiente escolar e dos agentes do estado que atuam na escola. Há um estranhamento com essa presença por parte dos demais professores, usando como analogia a literatura de Foucault em viajar e punir, considero que pensam que estes (SPT) estão ali para averiguar seu trabalho, numa espécie de vigia do trabalho alheio, entendimento raso partindo de educadores. A prisão torna-se a prática tradicional direcionada aqueles que detém condições conforme os padrões de normalidade estipulados pela sociedade capacitista.

Fonte: Pesquisa realizada pela autora 09- 2023.

5- CONSIDERAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES:

A partir das problemáticas acima descritas nos deteremos em discutir essa relação entre o Estado capitalista, a carreira docente para a categoria segundo professor, a criação do consenso inclusivo, o efeito de isolamento e atomização dos trabalhadores da luta de classes.

Para tal empreitada, nos apoiaremos nas teses de Nicos Poulantzas e seus interlocutores, temática e autor não evidenciado nas pesquisas analisadas, o que reforça essa averiguação.

Compreender a ação do estado capitalista frente a constituição do direito burguês e o burocratismo nos ajuda a perceber como o neoliberalismo atravessa as relações entre o estado e o trabalhador da educação, entendido aqui em Marx como proletariado e nessa relação antagônica e cheia de fissuras, como a constituição desta categoria pelo estado catarinense colabora ou não para a reprodução de exploração, atomização, isolamento e precarização do trabalhado docente no sistema escolar inclusivo catarinense vigente.

Este estudo compõe um capitulo de minha tese doutoral em andamento e foi de extrema relevância para a construção do objeto da pesquisa.

REFERENCIAIS TEÓRICOS:

ARAÚJO, B. K. A formação do Segundo Professor de Turma do estado de Santa Catarina. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. Orientador, Rosalba Maria Cardoso Garcia - Florianópolis, SC, 2015.

BUSS, B. As interações pedagógicas entre o segundo professor e o professor titular na perspectiva do ensino colaborativo. 2018. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, Criciúma, 2018.

KLEBER, R. de C. O trabalho do segundo professor de turma em Santa Catarina: qual o projeto político de formação do aluno da educação especial? 2015. 364 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. PPGE, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LIMA, N. S. A gênese das representações sociais sobre o trabalho do segundo professor na perspectiva da educação inclusiva. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Programa de Pós-Graduação em

Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Chapecó, 2017.

MARTINS, Kaique Nascimento.; GOMES, Larissa Pinca Sarro.; PAULA, Marlúbia Corrêa de. Software IRaMuTeQ: una herramienta de ayuda en el Análisis Textual Discursivo. Revista Paradigma (Ed. Temática: Pesquisa Qualitativa Em Educação Matemática), Vol. XLIII, maio de 2022 / 205 – 227.

POULANTZAS, N. Poder Político e Classes Sociais. Campinas: Unicamp, 2019.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Política de educação especial / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018.

WATASHI, Marilia Daniela Tessarin. Segundo professor de turma na política de educação especial em Santa Catarina: o processo de (des) regulamentação do cargo e projeto de (de/com) formação certificada pelo mercado. 2019. 356 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2019.

NOTAS

Nota 1

Secretaria estadual de educação de Santa Catarina.

Nota 2

Fundação catarinense de educação especial.

Nota 3

Santa Catarina.

Nota 4

Utilizaremos a sigla SPT para designar o segundo professor de turma.

Nota 5

O BDTD possui um acervo disponível em site com mais de 635 mil teses e dissertações, defendidas em mais de 121 instituições de ensino. Além disso, este banco de pesquisa vem se consolidando como uma interessante iniciativa para a disseminação e visibilidade de teses e dissertações.

Nota 6

Universidade Federal De Santa Catarina

Nota 7

Universidade do extremo Sul catarinense.

Nota 8

Universidade Federal da Fronteira Sul – campus Chapecó SC.

Nota 9

Software livre utilizado para análise de conteúdo, lexicometria e análise do discurso. Ligado ao R configura-se como um recurso para tratamento de dados em pesquisas qualitativas.

Nota 10

Kaique Nascimento Martins, Mestre com a dissertação intitulada: A pesquisa brasileira em resolução de problemas na educação matemática: um estudo a partir de teses e dissertações (2016-2020). Analisou em sua pesquisa como a resolução de problemas é utilizada por pesquisadores em teses e dissertações brasileiras, realizou análise Textual Discursiva (ATD) com o auxílio do software IRaMuTeQ.

Nota 11

Refere-se ao conjunto de textos, entrevistas...organizados para rodagem no Iramuteq.

Nota 12

Refere-se a Educação Especial – EE

Capítulo 10

10.37423/241109476

PROMOVENDO A SAÚDE EMOCIONAL NA UNIVERSIDADE: REFLEXÕES SOBRE A PERCEPÇÃO DOS GRADUANDOS DA PUCPR SOBRE A INFLUÊNCIA DISCIPLINA FELICIDADE

Angela Maria Pelizer de Arruda

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Resumo: A felicidade como ciência institucionalizada é bastante recente e vem ganhando campo em vários ramos da vida humana, inclusive na universidade. Assim, no segundo semestre de 2020, a PUCPR – Campus Londrina instituiu a disciplina Felicidade como eletiva a todos os cursos. Dessa, forma, o objetivo dessa pesquisa é refletir acerca dos resultados, após dois anos de oferta, a partir das considerações dos próprios estudantes. Para isso, esse trabalho se valeu de pesquisa quali-quantitativa, de caráter empírico a partir de um questionário anônimo via Qualtrics com questões objetivas e subjetivas, que contou com uma amostragem de 190 estudantes que já finalizaram a disciplina. Os resultados obtidos vieram ratificar a proposta com índices considerados altos de satisfação com a disciplina, indicativos de conteúdos mais impactantes, bem como atividades mais importantes.

Palavras-chave: 1. Disciplina Felicidade; 2. PUCPR – Campus Londrina; 3. desenvolvimento pessoal e profissional.

1 INTRODUÇÃO

A disciplina Felicidade, ofertada pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Campus Londrina, foi inspirada no curso de mesmo nome existente em Harvard a partir de 2006. Nessa instituição de renome internacional por seus conhecimentos técnicos, o curso ofertado pelo professor Tal Bem-Shahar – que tem como premissa a transformação ao invés da informação - foi considerado o mais concorrido entre os estudantes de graduação.

No Brasil, algumas universidades vêm percebendo que oferecer apenas o conhecimento técnico está se tornando insuficiente para a formação global do futuro profissional. No Paraná, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Campus Londrina é a primeira a ofertar essa disciplina como eletiva a todos os cursos.

Hoje, dois anos depois de sua implantação, mais de 600 (seiscentos) estudantes de graduação dos cursos de Administração, Direito, Engenharia de Produção, Medicina, Psicologia e Teologia já se matricularam em Felicidade. Seus princípios fundamentais são o desenvolvimento pessoal e profissional a partir de conceitos científicos de saúde emocional, bem-estar subjetivo, autorrealização, autoconhecimento, reconhecimento e prática de valores a fim de que cada um possa buscar sua melhor versão em prol de sua felicidade individual e coletiva.

Nesse sentido, após quatro edições concluídas, este artigo objetiva refletir acerca dos conteúdos e os impactos dessa experiência na PUCPR – Campus Londrina, a partir da percepção dos próprios estudantes. Para tanto, em um primeiro momento, serão apresentados os conceitos mais evidentemente trabalhados ao longo da disciplina. Em seguida, pretende-se esclarecer os métodos aplicados a esta pesquisa. E por fim serão apresentados e analisados os resultados referentes à percepção dos estudantes que já finalizaram a disciplina.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para compreender os impactos causados pela disciplina Felicidade aos estudantes de graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Campus Londrina, faz-se necessário apresentar uma relação com as teorias de base trabalhadas em sala de aula na disciplina em questão. Assim, nesta seção, serão feitas algumas considerações acerca das pesquisas interdisciplinares sobre os conceitos de felicidade, virtudes e forças de caráter, mindfulness, inteligência emocional e felicidade no trabalho.

Primeiramente, é necessário ressaltar que a felicidade é uma área de estudos multidisciplinar, recebendo contribuições da Psicologia Positiva[1] (institucionalizada como a ciência da felicidade), da Neurociência, da Filosofia, Sociologia, Economia entre outros. Vale esclarecer aqui também qual é o construto de felicidade concebido e trazido para o âmago da disciplina em questão, haja vista a diversidade de teorias e áreas de estudo. Para Martin Seligman (2019), mais do que a satisfação com a vida, o termo deve relacionar-se ao bem- estar.

Na mesma direção, pode-se mencionar o conceito de saúde emitida pela Organização Munidial de Saúde (OMS): "um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade" (FERREIRA et al, 2014). Assim, é possível perceber que o bem-estar mental e social estão contemplados no mesmo nível que o físico para a agência especializada das Nações Unidas.

Dessa forma, a fim de traçar um conceito de felicidade basilar para esta discussão, toma-se o termo como bem-estar psicológico e subjetivo como construto para a saúde emocional e social. Nesses termos, é possível, então, tratar do assunto de maneira mais direcionada.

Para a Psicologia Positiva, os elementos constitutivos da construção da teoria da felicidade formam o anagrama PERMA (Positive Emotion, Engagement, Relationships, Meaning and Porpose and Accomplishment)2 (SELIGMAN, 2019). Ainda na mesma área do conhecimento, Lyubomirsky, Sheldon e Schkade (2005) apontam os principais fatores determinantes da felicidade crônica, conforme o gráfico abaixo:

Fonte: Lyubomirsky, Sheldon e Schkade (2005)

Em artigo publicado em 2021, os mesmos autores, numa atitude de revisão à pesquisa que deu origem ao gráfico, afirmam que houve muitas mudanças nos estudos acerca desses fatores, invalidando a) a

porcentagem referente a cada aspecto da vida; e b) incluindo outros aspectos de influência ao bem-estar do ser humano. Contudo, a importância desse estudo inicial – e que se seguiu em estudos posteriores – é a constatação de que as pessoas podem afetar sua própria felicidade, por meio de seus esforços deliberados (SHELDON; LYUBOMIRSKY, 2021).

Para a presente pesquisa, tanto o artigo de 2005 quanto o de 2021 revelam a influência das práticas intencionais para o aumento da felicidade. Apesar de haver divergência do pensamento atual em relação ao anterior, as pesquisas mais recentes revelam que aqueles que podem reunir recursos e energias para uma meta de melhoria de vida têm mais probabilidade de se beneficiar do que aqueles que não podem (SHELDON; LYUBOMIRSKY, 2021). Contudo, há atividades que funcionam melhor para algumas pessoas do que para outras (NELSON; LYUBOMIRSKY, 2014).

O que se faz relevante aqui é compreender que uma gama de possibilidades pode (deve?) ser ensinada para o maior número de pessoas para que cada um, a seu modo e tempo, decida de maneira voluntária e consciente levar ao âmbito prático para melhorar seu próprio bem-estar. Entre essas atividades, pode-se citar fazer atividade física, ser gentil com os outros, praticar a gratidão, o perdão, buscar uma vida mais desacelerada em pelo menos um momento do dia a dia, focando no aqui e agora, abraçar, praticar generosidade ou ainda buscar um propósito de vida. Essas práticas, segundo a Neurociência, podem aumentar a descarga dos neurotransmissores da felicidade: dopamina, serotononina, endorfina e oxitocina, aumentando a sensação de bem-estar (RODRIGUES, 2015).

3 METODOLOGIA

A disciplina foi desenvolvida para cumprir 40 (quarenta) horas semestrais tendo como base o desenvolvimento do ser humano em sua essência tanto no âmbito pessoal quanto no profissional. Como uma eletiva ofertada a todos os cursos do campus, as aulas acontecem no contraturno em dois horários para atender os estudantes da manhã e da noite.

A pesquisa base pra a confecção deste artigo foi realizada a partir de métodos mistos, de caráter exploratório, com procedimentos vinculados à pesquisa bibliográfica e de campo com questionário aplicado via Qualtrics aos estudantes que cursaram a disciplina Felicidade nas suas duas edições completas (2020/2 e 2021/1) entre os dias 02 a 15/09.

O aspecto quantitativo se deu a partir de perguntas objetivas para que fosse possível levantar aspectos como: edição em que o estudante cursou a disciplina, curso de origem e o grau de impacto que a disciplina, os temas e as atividades desenvolvidas significaram para os estudantes. Assim, tournou-se

possível identificar não só o grau de influência dos temas e dos trabalhos, mas quais deles foram mais identificados como importantes. Já a pesquisa qualitativa se deu a partir do mesmo instrumento com questões abertas e com outros depoimentos feitos voluntariamente nessa disciplina ao longo de cada edição.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A fim de ponderar sobre as percepções dos estudantes que cursaram a disciplina Felicidade ao longo de um ano de oferta em duas edições, utilizou-se como meio de coletas de dados a aplicação de um questionário anônimo respondido via Qualtrics por 82 estudantes com 8 (oito) questões, sendo 5 objetivas e 3 abertas, cuja divulgação científica foi devidamente autorizada por eles. Vale ressaltar que nenhuma questão foi definida como obrigatória. Isso significa que nem todas as questões possuem exatamente 82 respostas.

Primeiramente, levando em consideração que a disciplina teve sua primeira edição em 2020/2 e a segunda em 2021/1 e atende a todos os estudantes do Campus Londrina, as primeiras questões referiam-se ao semestre em que o respondente participou e seu curso de origem. Dentre eles, 43% dos respondentes cursaram a disciplina no segundo semestre de 2020 e 57% no primeiro semestre de 2021. Além disso, 40,5% são originários do curso de Direito; 17,3%, de Medicina; 14,4%, de Teologia; 13%, de Engenharia de Produção; 7,2% vieram do curso de Administração; 5,7% da Psicologia; e um estudante assinalou em “outros”, justificando que, quando fez a disciplina era do curso de Psicologia e pediu transferência para o Direito.

A questão seguinte solicita o nível de impacto da disciplina sobre a vida do estudante de maneira geral. Para isso, utilizou-se uma escala likert de 0 a 10, sendo 0 (nenhum impacto) e 10 (fui totalmente impactado). Seguem os números coletados:

A questão seguinte era aberta e significava uma justificativa da resposta anterior. Segue questão na íntegra: "Levando em consideração sua resposta à pergunta anterior, escreva como a disciplina impactou seu desenvolvimento pessoal/profissional. Se houve baixo ou nenhum impacto, escreva os motivos da não influência no seu bem-estar ou saúde emocional". Entre as respostas, os termos mais encontrados relacionavam-se com autoconhecimento, prática no dia a dia, mudanças de atitude, conhecimento científico de felicidade, leveza e dinâmica da disciplina, vida pessoal e profissional.

Em relação a essa temática, dividida em duas questões para indicação quanti- qualitativa da percepção dos estudantes, já é possível perceber que a disciplina trouxe consequências positivas tanto no âmbito pessoal quanto no profissional. O fato de não haver respostas – na questão objetiva – com índice de percepção abaixo de 4, infere que há um nível substancial de satisfação e influência dos conteúdos trabalhados sobre o crescimento subjetivo e formativo dos estudantes.

Nas respostas subjetivas, indicativos como "aumento de bem-estar", "autoconhecimento", "leveza no trato com os conteúdos", "saúde mental", "crescimento pessoal e profissional", "atitude para a mudança", "qualidade de vida" entre as respostas ratificam os índices qualitativos da questão anterior. Essas percepções estão em muitas outras respostas que não cabem no espaço deste artigo.

Na sequência, o questionário direcionou-se para os conteúdos específicos da disciplina e seus impactos para o crescimento pessoal dos estudantes. Também em uma escala, agora de 0 a 5, sendo 1 (nada importante) e 5 (extremamente importante).

As respostas trazem alguns pontos importantes para este estudo. Primeiramente, vistos separadamente, o nível de satisfação com os temas está alto para a maioria dos estudantes, haja vista todos os conteúdos atingirem média superior a 4 numa escala de 0 a 5. Em segundo lugar, o autoconhecimento, trabalhado nas aulas de "Virtudes e Forças de caráter" mantém destaque como na questão aberta demonstrada anteriormente, seguido de consciência de atitudes diárias, como gratidão, inteligência emocional – com as soft skills – e generosidade. Por último, é interessante observar a prática de mindfulness em último lugar entre os conceiros mais impactantes. Isso talvez se dê porque a prática ainda parece não estar tão desenvolvida na cultura ocidental do século XXI, que vive absorta na era da informação, vivendo a síndrome do pensamento acelerado cada vez mais presente e sem o hábito, muito mais comum entre os orientais, da meditação.

Para trazer mais subjetividade e assertividade a essa questão, a exemplo das duas questões anteriores, aqui também se abriu uma questão discursiva para que escolhessem um dos temas mais impactantes fizessem uma breve descrição de como o conteúdo colaborou para seu crescimento pessoal e/ou

profissional. Justificando as respotas à questão anterior, “Forças de caráter” foi o conceito mais comentado como a grande descoberta que possibilitou autoconhecimento. Como nas respostas a seguir:

> *1. A aula de virtudes e força do caráter, para mim, foi a mais importante, pois ate hoje uso essas virtudes, e foimuito essencial para melhorar meu autoconhecimento.*
> *2. Virtudes e força de caráter com certeza foi o mais importante da disciplina. Não conhecia o teste VIA e pude me conhecer melhor. Reconhecer minhas forças de caráter e descobrir as que preciso melhorar contribuíram, e continuam contribuindo, para o meu desenvolvimento pessoal e até profissional.*

O autoconhecimento é uma ferramenta poderosa que abre as portas para muitas outras. E quando esse autoconhecimento leva o indivíduo a reconhecer suas forças ao invés de seus défcits, a rotular-se de maneira positiva, abandonando, muitas vezes, antigos rótulos negativos que o limita a crescer e se desenvolver integralmente. Para Martin Seligman (2019), fundador da Psicologia Positiva, o conceito de virtudes e forças de caráter surge para ser a espinha dorçal da ciência da Felicidade na atualidade agindo diretamente no desenvolvimento humano para a saúde emocional.

É possível notar aqui que, além de uma percepção global acerca da importância da disciplina para o desenvolvimento humano, os graduandos também o fizeram a partir das microestruturas que compõem a proposta. Dadas as preferências, é possível perceber uma diversidade de indicativos – tanto no aspecto quantitativo como no qualitativo – de absorção e prática desses conceitos como busca pessoal que vai além de conteúdos e atividades de sala de aula.

Isso também será percebido nas duas questões finais. Elas foram direcionadas à percepção quanto às atividades desenvolvidas durante a disciplina. A primeira delas de forma objetiva e a segunda, com respostas subjetivas.

Pode-se observar que as atividades desenvolvidas foram consideradas pela maioria dos estudantes como impactante ou muito impactante, tendo novamente a atividade sobre forças de caráter como o mais citado. Por outro lado, é interessante perceber que, apesar de os conceitos científicos de felicidade não terem sido considerados um dos três mais importantes pelos respondentes, ficando em 6º lugar de 7 itens, as atividades “Quadrante da Felicidade” e “Estabelecimento de Metas”, relacionadas a esse conteúdo foram apontados como muito impactantes por 15 e 19 estudantes, respectivamente e como impactante por 27 estudantes em cada uma delas.

Sobre essas duas últimas atividades, seguem algumas respostas que poderão elucidar tamanha divergência:

> *1. O estabelecimento de metas de curto e longo prazo foi uma atividade importante a ser desenvolvida em virtude do seu caráter pedagógico de gerenciamento do tempo e das próprias capacidades, ensinando a controlar aquilo que se deseja realizar considerando também aquilo que não podemos realizar, nos colocando, assim, em uma postura bastante honesta diante dos desafios que surgem, bem como diante de nós mesmos, evitando a procrastinação tanto quanto um ativismo doentio.*
>
> *2. O quadrante da felicidade, mudou a maneira como eu levo a vida, antes eu era muito acelerado e queria obter resultados e acabava esquecendo de aproveitar o presente.*
>
> *3. A atividade que mais me impactou foi a que falava sobre o estabelecimento de metas, porque eu sempre tive em mente o que eu queria, mas não colocava no papel para ver a dimensão que aquilo poderia*

Esse resultado traz à reflexão que talvez pode ter havido uma leitura dissonante dos respondentes na relação conteúdo/atividade ou ainda a relevância da atividade em maior grau de compreensão prática do que foi devidamente trabalhado na aula teórica quando o conteúdo foi abordado. De todo modo, leva-se em consideração a permanência da atividade e uma readequação do conteúdo.

Outra atividade valorada como impactante para os respondentes foi o "Projeto Ubuntu", alcançando 44 respostas entre "Muito impactante" e "Impactante". Única atividade em grupo, mesclando estudantes de todos os cursos aleatoriamente, o projeto visa extrapolar as fronteiras da disciplina e levar um dos conceitos trabalhados em sala para além dela. É uma atividade que pressupõe planejamento, execução e relatório. Fazendo uma conexão com a questão aberta relacionada à atividade mais relevante, seguem alguns depoimentos dos estudantes acerca do trabalho:

> *1. Projeto Ubuntu, pois pude colocar a disciplina em prática de modo que outras pessoas também pudessemser beneficiadas de alguma forma.*
>
> *2. Projeto Ubuntu, pois tivemos que sair da zona de conforto, trabalhar em equipe, nos expor e envolverpessoas fora do meio acadêmico.*
>
> *3. o Projeto UBUNTU me proporcionou proatividade em ajudar quem precisa, algo que comecei a fazercom maior frequência depois da disciplina.*
>
> *4. Projeto Ubuntu. Este projeto proporcionou o trabalho em equipe, com todos os integrantes em busca de um só objetivo. Fazer o dia de alguém melhor. E isso, na minha visão, é a maior recompensa que a disciplinatrouxe.*

A generosidade já foi identificada como um conteúdo relevante em questões anteriores. Contudo, a proposta do projeto trouxe para a prática uma proatividade com o fim de colaborar com a felicidade do outro. Assim, é possível perceber – utilizando a frase de um respondente - que quando os estudantes fazem um trabalho em equipe em que "todos os integrantes [se unem] em busca de um

só objetivo", que vá além dos conteúdos teóricos, há maior envolvimento, maior proatividade, maior engajamento. Isso já se tinha percebido em sala pelo professor e foi ratificado nas respostas voluntárias ao questionário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XXI é considerado o século das oportunidades, da comunicação e das grandes descobertas científicas. Contudo, também é a era da depressão e de síndromes nunca antes tão percebidas entre crianças, jovens e adultos. Nesse sentido, ofertar uma disciplina que visa a promoção da saúde emocional dos estudantes de graduação pode ser de grande relevância para uma formação mais sistêmica do futuro profissional.

A proposta deste artigo foi refletir acerca da importância e dos impactos que a disciplina Felicidade representa para os estudantes de graduação da PUCPR – Campus Londrina após dois semestres de oferta. Acredita-se que essa reflexão seja deveras importante para tomadas de decisão, ajustes, inclusões e exclusões em conteúdos e atividades desenvolvidas.

Assim, a partir de uma pesquisa empírica, totalmente voluntária e anônima, alguns pontos saltaram aos olhos e são motivo de reflexão. O primeiro deles, é que em grande maioria – 70% dos respondentes – atribuíram nota entre 8 e 10 para o nível de impacto da disciplina em seu desenvolvimento pessoal e profissional. Esses números foram justificados a partir de respostas subjetivas.

Além disso, conteúdos e atividades que promovem autoconhecimento são os mais observados como grandes influenciadores do bem-estar e de novas percepções de si mesmo. Essa constatação corresponde ao que teóricos já haviam sinalizado em relação ao conceito de virtudes e forças de caráter, como um dos mais importantes da Psicologia Positiva. Algumas práticas também foram sinalizadas como importantes. Entre elas, a gratidão, o perdão e a generosidade, tão conhecida nos dicionários e tão urgentes na sociedade atual.

Nesse sentido, cabe aqui, à guisa de conclusão, registrar a satisfação pessoal deste pesquisador e professor da disciplina quanto o envolvimento genuíno dos estudantes para transformar teoria em prática, conceitos abstratos em atitudes concretas. Assim, além de excelentes profissionais dotados de todos os conhecimentos técnicos aprendidos nesta universidade, os estudantes poderão desenvolver competências emocionais, capazes de torná- los pessoas melhores para um mundo melhor.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Clara Fontes. Organização Mundial da Saúde (OMS): Guia de Estudos. SINUS 2014: Compartilhando responsabilidades na promoção da justiça, 2014. Disponível em: https://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/OMS-Guia-Online.pdf. Acesso em 25 ago. 2021.

LYUBOMIRSKY, Sonja; SHELDON, Kennon M.; SCHKADE, David. *Pursuing Happiness: The Architecture of Sustainable Change. Review of General Psychology*, 2005, V. 9, No. 2, 111–131. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1037/1089-2680.9.2.111. Acesso em 25 ago. 2021.

NELSON, S. K.; LYUBOMIRSKY, S. *Finding happiness:Tailoring positive activities for optimal well-being benefits*. In: TUGADE, M.; SHIOTA, M.; KIRBY, L. (Orgs.). *Handbook of positive emoticons* New York: Guilford, 2014, p. 275–293.

RODRIGUES, Fernando. Programa de neuroeducação para a felicidade: uma revisão teórica da neurobiologia da felicidade. Neurociência & Educação Especial, 2015, V. 1, nº1, p. 92 –104. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/287644926_1_Artigo_Felicidade-Simples. Acesso em 25 ago. 2021.

SELIGMAN, Martin. Florescer. Trad. Neuza Capelo. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

SHELDON, K.; LYUBOMIRSKY, S. *Revisiting the Sustainable Happiness Model and Pie Chart: Can Happiness Be Successfully Pursued? Journal of Positive Psychology*, 16(2), p. 145-154, 2021. Disponível em: https://escholarship.org/uc/item/6wb2g3fw. Acesso em: 21 set. 2021.

Capítulo 11

10.37423/241109480

A CIGARRA NO INVERNO DE HEITOR VILLA-LOBOS: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DAS FASES CRIATIVAS.

Edmar Dionizio *Universidade Federal do Paraná*

Resumo: Este artigo foi construído a partir dos resultados de uma dissertação de mestrado intitulada *O Martírio dos Insetos (1917-1925) de Heitor Villa-Lobos: Análise e fases criativas do compositor* (2016). O objetivo deste trabalho é analisar o movimento *A Cigarra no Inverno* relacionando seus elementos musicais com as fases criativas de Villa-Lobos. Entre os autores que serviram de base para esta pesquisa, merecem destaque Béhague (1994), Peppercorn (1979), Salles (2009) e Tacuchian (1988, 2001).

Palavras-chave: Villa-Lobos. Fases criativas. *A Cigarra no Inverno.* Características musicais.

1. VILLA-LOBOS E AS FASES CRIATIVAS

Vários pesquisadores costumam classificar as obras de Heitor Villa-Lobos (1887-1959) em diferentes fases criativas. Entre os autores que se dedicaram a essa tarefa, destacam-se Béhague (1994), Peppercorn (1979), Salles (2009) e Tacuchian (1988, 2001).

Béhague (1994) escreve em seu livro Heitor *Villa-Lobos: The search for Brazil's Musical Soul*, que a produção do compositor brasileiro pode ser classificada em três diferentes períodos, definidos pela variedade de estilos empregados. O período inicial, anterior a 1922, reflete a busca do compositor pela definição de um estilo. Nos períodos seguintes, o segundo a partir de 1923 e o terceiro entre a década de 1930 até 1959, observam-se pesquisas do compositor nos campos do neoclassicismo e neorromantismo, associadas a aspectos da música popular brasileira.

Lisa Peppercorn apresenta uma divisão de quatro fases, separadas em períodos de 15 anos cada. Dentre os vários artigos que a autora escreveu sobre o compositor, destaca-se um publicado em 1979, chamado *The Fifteen –Year Periods in Villa-Lobos's life*, é neste que a pesquisadora demonstra as quatro fases e apresenta as características de cada uma delas.

A primeira fase descrita por Peppercorn vai de 1900 até 1915. É um período marcado por escolhas profissionais do compositor. A segunda fase é de 1915 a 1930, considerado pela autora o período mais importante. A terceira fase ocorre de 1930 a 1945 quando o compositor permanece no Brasil, trabalhando em seu projeto de educação musical nas escolas durante o governo de Getúlio Vargas. E a quarta e última fase ocorre de 1945 a 1959 onde o compositor realiza atividades entre Brasil, Europa e Estados Unidos (PEPPERCORN, 1992, p. 69-88).

A divisão de Salles (2009), também está estruturada em quatro fases, possuindo a seguinte organização:

> (1) a adoção de modelos franceses e wagnerianos em sua fase inicial (1990-1917), quando buscava ser reconhecido pelos músicos e críticos estabelecidos no Brasil; (2) a partir do contato com Milhaud , Vera Janacopoulos e Rubinstein, ainda no Rio de Janeiro (1917), a música de Villa-Lobos passa a apresentar formas e estruturas mais Livres (1918-1929); (3) o retorno ao Brasil em plena revolução varguista (1930), quando – aparentemente para garantir sua sobrevivência – Villa-Lobos incorporou plenamente a imagem que se queria dele, como um símbolo da cultura brasileira; (4) a fase final (após 1948), quando Villa-Lobos recebe o diagnóstico de sua doença e tem de fazer frente às crescentes despesas com tratamento de saúde, atendendo a encomendas e apresentado suas obras nos Estados Unidos e na Europa. (SALLES, 2009, p. 14).

Tacuchian (1988, 2001) também divide as fases criativas de Villa-Lobos em quatro partes. O autor faz a ressalva de que não são divisões congeladas, podendo assim existir composições que não se enquadram em seu período cronológico. A primeira fase é de formação do compositor e vai até 1919. A partir de 1920 ocorre a segunda fase, fortemente marcada pelo movimento modernista. Já na terceira fase, de 1930 a 1945, põe-se em evidência o nacionalismo musical. E finalmente, a quarta fase, a partir de 1945, correspondente ao alcance internacional das obras de Villa-Lobos.

Como síntese do que foi apresentado até o momento, e destacando os principais autores que propuseram a divisão da obra de Villa-Lobos em fases criativas, apesento a seguinte tabela:

Autores	**1ª fase**	**2ª fase**	**3ª fase**	**4ª fase**
Béhague (1994)	Até 1922	Anos 1920	Anos 1930 -1959	-----
Peppercorn (1979)	1900 - 1915	1915 - 1930	1930 - 1945	1945 - 1959
Salles (2009)	1900 - 1917	1918 - 1929	1930 - 1948	1948 - 1959
Tacuchian (1988, 2001)	Até 1919	Anos 1920	1930 - 1945	1946 - 1959

Fonte: produção do autor.

Se compararmos as divisões em fases propostas pelos autores citados acima, podemos perceber que elas são muito parecidas em relação às datas e às descrições, ainda mais se observarmos as cronologias apresentadas por Salles, Peppercorn e Tacuchian, que diferem apenas em poucos anos.

Considero neste trabalho, as datações de Salles, Peppercorn e Tacuchian, devido às coincidências existentes entre elas. Tendo como foco as quatro fases, abordarei cada uma separadamente, com intenção de apontar as principais características musicais e alguns fatos históricos diretamente relacionados a elas. Iniciarei portanto, tratando da primeira fase criativa.

2. A PRIMEIRA FASE CRIATIVA

Para Tacuchian (1998), a primeira fase é o período de formação do compositor, foi quando ocorreu o contato com os chorões do Rio de Janeiro e com os pequenos conjuntos instrumentais que trabalhavam com ele no cinema mudo. Estas vivências se misturam à sua formação clássica e levariam mais tarde ao surgimento do estilo próprio de composição de Villa-Lobos.

Na primeira fase, podemos perceber as influências dos compositores europeus que ocorreram por intermédio de nomes influentes como Leopoldo Miguéz e Alberto Nepomuceno. As formações

musicais de Miguéz e Nepomuceno deram-se através de Wagner, que representava para a Europa do fim do século XIX a modernidade musical – em reação ao conservadorismo do canto lírico italiano – e Debussy, que surge nesta mesma época como um representante de uma nova estética, que veio a se chamar impressionismo (Cf. GUÉRIOS 2003, p. 84). Sendo compositores renomados em sua época, inclusive ocupando a direção do Instituto Nacional de Música, Miguéz e Nepomuceno formaram toda uma geração de músicos no início do século XX.

Mesmo existindo uma predominância de influências francesas, principalmente de Debussy, os trabalhos escritos por Villa-Lobos entre 1900 e 1922 também apresentam traços da música alemã. “A aproximação com a obra alemã de Wagner e, posteriormente, com a obra de Bach, deu-se por meio da valorização de um nacionalismo alemão, calcado no romantismo do século XIX.” (ARCANJO, 2013, p. 137).

O contato com a música germânica pelo filtro francês ocorreu, entre outras maneiras, através de Debussy. “Debussy não apenas apreciava a música de Wagner: ele tocava a obra de Wagner, ao piano, em diversos locais parisienses. Não escapou, portanto, da ‘febre wagneriana’ [...]”. O compositor francês também teria ouvido, em 1889, a ópera Tristão e Isolda (PIEDADE, 2007, p. 5). Outra forma que ocorreu este contato, foi através do estudo que Villa-Lobos realizou do Cours de Composition Musicale de d’Indy. Este curso trazia inúmeras referências às obras de Wagner, entre elas Tristão e Isolda, obra da qual Villa-Lobos teria feito referências ao acorde do prelúdio (o acorde de Tristão) em Uirapuru (Cf. SALLES, 2009).

3. A SEGUNDA FASE CRIATIVA

Para Ricardo Tacuchian (1998), a segunda fase criativa é o momento em que Villa-Lobos se torna o principal revolucionário das Américas no cenário musical. Foi na década de 20 que Villa-Lobos aplicou com mais ênfase a estética modernista em composições como os Choros, um dos conjuntos de peças mais representativos de sua obra. São marcantes nesta época sua participação na Semana de Arte Moderna, além das viagens a Paris que lhe deram alcance internacional.

Na segunda fase criativa de Villa-Lobos, Salles (2009) destaca ainda algumas características comuns nas composições deste período, no que diz respeito a formas mais livres, texturas cada vez mais estratificadas, utilização comum de recursos timbrísticos, estruturas harmônicas inovadoras e processos rítmicos com muitos desdobramentos e superposições texturais. “À medida que a técnica e

o estilo de Villa-Lobos evoluem, podemos apreciar o quanto ele se liberta das convenções harmônicas e texturais da escola romântica." (SALLES, 2009, p. 74).

A inserção cada vez maior de elementos nacionais é uma característica evidente da segunda fase criativa de Villa-Lobos. Cronologicamente o nacionalismo marcou o movimento modernista no Brasil a partir de 1924 (Cf. MORAES, 1978, p. 49). Já no caso de Villa-Lobos, o nacionalismo está situado principalmente em sua terceira fase criativa (Cf. SALLES, 2009, p. 14). Porém algumas indicações de temáticas nacionais já aparecem desde a primeira fase criativa do compositor, como é o caso da Suíte Popular Brasileira (1915), destacando aqui a inspiração na música popular.

Para Fagerlande, "Villa-Lobos é frequentemente comparado a Igor Stravinsky. Ambos tiveram trajetórias semelhantes, tanto no que tange ao aproveitamento do material folclórico de seus países, como também na 'redescoberta' dos clássicos." (FAGERLANDE, 2010, p. 72). No entanto, existem lapsos temporais entre as fases criativas dos dois compositores:

> É interessante notar que o "período revolucionário" de Stravinsky praticamente se encerra com a sua fase "russa" antes de 1920, para em seguida surgirem as obras para sopros, e só então começar o que se convencionou chamar de fase "neoclássica". Já Villa-Lobos, com sua primeira fase, de formação, totalmente baseada nos compositores franceses como Debussy, teria seu "período revolucionário" com a série dos Choros, na década de 1920, para só a partir da década seguinte iniciar o seu período mais clássico, com as Bachianas Brasileiras. O Trio (1921) para oboé, clarineta e fagote, assim como o Nonetto (1923), se enquadram esteticamente neste período dos Choros. (FAGERLANDE, 2010, p. 72).

Outras figuras importantes na segunda fase de Villa-Lobos foram Arthur Rubinstein e Vera Janacopoulos. Estes dois "muito contribuíram para que o valor de suas composições fosse reconhecido." (PAZ, 2004, p. 18). Rubinstein foi inclusive responsável pelas edições das obras de Villa-Lobos feitas pela editora Max Eschig, o que provavelmente tenha alavancado a carreira do compositor e aumentado o prestígio de suas composições.

4. A TERCEIRA FASE CRIATIVA

Uma obra de grande importância nesta fase, principalmente no plano da educação musical, é o Guia prático, publicado pela primeira vez em 1938 e organizado como ferramenta para o ensino de música nas escolas. A importância do Guia Prático para a terceira fase de Villa-Lobos se dá pelo uso de materiais folclóricos nos arranjos. Considerando o folclore como "um amigo inseparável da infância", na época de aplicação do projeto de Canto Orfeônico, Villa-Lobos afirmou que não era "mais possível

fazer abstração do material fornecido pelo folclore musical para as questões educacionais da infância" (VILLA-LOBOS, 1941, p. 33).

Para Tacuchian (1988, p. 105), a terceira fase criativa de Villa-Lobos começa quando ele inicia a composição da primeira bachiana e termina a nona. Para este autor, estas obras seriam as principais representantes do nacionalismo musical de Villa-Lobos, esta fase representaria a síntese destas obras do "nacional com o universal, do presente com o passado, do moderno com formal." (1988, p. 105). Vejamos o paralelo que Tacuchian traça entre as obras de Bach e Villa-Lobos:

> [...] a sua famosa série das Bachianas Brasileiras, uma conciliação da expressão nacional com a tradição do mestre do Cravo Bem Temperado que ele tanto ouvira, em criança, na casa de sua tia Zizinha. Villa marchava, também inexoravelmente, para uma linguagem cada vez mais formal e universal [...]. (TACUCHIAN, 1988, p. 102).

Tacuchian considera a fase como um "período institucional", considerando o fato de ter se tornado funcionário do governo. As bachianas se relacionam de certa forma ao período político que era "ambiguamente revolucionário e conservador". Com isto, o autor faz um paralelo entre as qualidades musicais das bachianas – revolucionária pela questão do nacionalismo e conservadora por incorporar procedimentos musicais e estruturais de Bach (TACUCHIAN, 1988, p. 105).

5. A QUARTA FASE CRIATIVA

Um dos fatores de maior influência para a última fase criativa de Villa-Lobos foi o contato do compositor com o público norte-americano. Isto ocorreu pela primeira vez durante sua primeira viagem aos Estados Unidos no final de 1944. Nesta ocasião Villa-Lobos regeu a *Jassen Symphony Orchestra* apresentando suas obras em Los Angeles no dia 26 de novembro. Dias antes deste concerto, o compositor recebeu o título honorário de *Doctorate in Law do Occidental College* (SILVA, 2008, p. 28).

Neste período, Peppercorn (1992) descreve que Villa-Lobos recebeu nos Estados Unidos tratamento de celebridade do mundo da música. Villa-Lobos era considerado pelo público estadunidense como um dos mais importantes compositores das Américas. Este prestígio refletiu-se em inúmeras obras comissionadas. As encomendas de obras representam uma das principais características da quarta fase criativa (PEPPERCORN, 1992, p. 69-88).

É importante considerar o contexto sociocultural deste momento. Era a época da "política da boa vizinhança" proliferada por Roosevelt a partir de 1933. O Brasil era o principal foco dos Estados Unidos na América do Sul, dada a aproximação dos governos ditatoriais com os países do Eixo.

Esta política de interação entre os dois países pode ter motivado direta ou indiretamente a primeira viagem de Villa-Lobos aos Estados Unidos. O compositor a princípio tinha uma posição de negação quanto a ir para este país, ele chegou a afirmar: "Irei aos Estados Unidos somente quando os americanos quiserem me receber como eles recebem a um artista europeu, isto é, em razão das minhas próprias qualidades e não por considerações políticas..." (VILLA-LOBOS apud Assumpção 2014, p. 362).

Para Lisa Peppercorn, a referida viagem teria muito impacto nas composições subsequentes de Villa-Lobos, a autora descreveu o retorno do compositor da seguinte forma:

> Villa-Lobos voltou para o Brasil satisfeito com a recepção que teve nos Estados Unidos. O caráter direto e franco do povo americano e o seu alto nível cultural o haviam deixado surpreso e emocionado, e o grande interesse de pessoas de todas as idades por música – e isto incluía a música moderna – sensibilizou-o profundamente. Ele percebeu como seus preconceitos haviam sido infundados: fora recebido com uma disposição e simpatia com as quais jamais sonhara. Não demorou muito e ele começou, talvez por intuição, talvez intencionalmente, a compor inspirado nos Estados Unidos. (PEPPERCORN, 2000, p. 135).

Um exemplo dessa possível inspiração, pode ser observado um ano depois da viagem, em 1945, quando Villa-Lobos compôs a Sinfonia n. 7 para comemorar o fim da II Guerra Mundial. A música usa a palavra “América” para se obter as notas iniciais do tema da sinfonia. Trata-se de um processo onde o alfabeto é associado à escala diatônica por meio de uma serialização. (SILVA, 2008, p. 159). Ao escrever uma sinfonia, nota-se a opção por um gênero tradicional na música. Esta reaproximação de Villa-Lobos com as formas tradicionais é pontuada por Peppercorn como uma das características desta fase final (PEPPERCORN apud SILVA, 2008, p. 28).

Possíveis justificativas apontadas por Silva e Peppercorn sobre essa retomada a formas e gêneros tradicionais seriam a intenção de fazer sucesso com variados métodos composicionais, a tradição e o conservadorismo das orquestras e empresários norteamericanos e a busca do distanciamento do nacionalismo por Villa-Lobos (PEPPERCORN apud SILVA, 2008, p. 28).

Porém Silva (2008), contrapõe o pensamento de Peppercorn demonstrando em um gráfico comparativo que a maioria das obras encomendadas pelos norte-americanos, salvo os títulos que remetem a um determinado gênero, na verdade possuem formas mais livres, enquanto as não encomendadas, eventualmente apresentam formas como as padronizadas no classicismo (SILVA, 2008, p. 35). Já o afastamento do nacionalismo é considerado por este autor como uma das características das obras de Villa-Lobos nesta fase. O que é evidente, pois se utilizasse os mesmos

procedimentos das composições nacionalistas, seria apenas uma continuação da terceira fase, que é o que propõe Béhague (1994).

Percebe-se, portanto, que as principais características que marcam a quarta fase criativa de Villa-Lobos são: a retomada de algumas formas tradicionais (através das sinfonias por exemplo) e o afastamento do nacionalismo, para poder atingir o público de fora do Brasil e o grande número de encomendas de obras que o compositor recebia de músicos e instituições estrangeiras.

6. A CIGARRA NO INVERNO

A Cigarra no Inverno é o primeiro movimento da obra *O Martírio dos Insetos* de Heitor Villa-Lobos. A peça foi composta entre 1917 e 1925 e é constituída por três movimentos: o primeiro, intitulado "*A Cigarra no inverno*", escrito em 1925, é dedicado a Oscar Borgerth; o segundo, *O Vagalume na Claridade*, também escrito em 1925, é dedicado a Mariuccia Iacovino; o terceiro, *A Mariposa na Luz*, escrito em 1917, é dedicado a Mário Caminha. Trata-se de uma obra de caráter concertante, com um violino solista acompanhado por orquestra sinfônica.

Neste trabalho será realizada uma análise do primeiro movimento (*A Cigarra no Inverno*), procurando relacionar os elementos musicais com as fases criativas de Heitor Villa-Lobos. Para a realização do trabalho analítico, foi utilizada a partitura editada pela *Academia Brasileira de Música* em 2003.

6.1. ASPECTOS FORMAIS DE *A CIGARRA NO INVERNO*

Para a realização de um estudo estrutural, optou-se por fazer uma segmentação do movimento, dividindo-o em seções e considerando as partes e transições e apontando as características principais de cada seção. Obteve-se portanto o seguinte esquema formal: parte A, indo do compasso 1 ao 12; parte B, do compasso 13 ao 41; e parte A', do compasso 42 ao 60.

Observando o seccionamento, podemos relacioná-lo a uma forma ternária (Parte *A, B* e *A'*) com transições, uma vez que exista uma parte temática inicial que é reexposta no fim da música e uma parte central contrastante a ela. Aqui vemos uma relação de choque com a segunda fase de Villa-Lobos, pois nesta fase o compositor estava em busca de estruturas cada vez mais livres (Cf. SALLES 2009), assim como outros compositores do século XX (Cf. LESTER, 2005, p. 65). No entanto, o uso de uma forma ternária, o coloca em relação mais estreita à sua primeira fase e às formas tradicionais em música.

6.2. PROCEDIMENTOS TEXTURAIS EM *A CIGARRA NO INVERNO*

Em termos texturais, a obra não se apresenta em camadas de extrema independência de materiais, como as recorrentes em grande parte da obra de Igor Stravinsky, Olivier Messiaen e Charles Ives. Ao contrário, a maior parte do material apresenta-se com texturas de camadas mais dependentes entre si. Lester (2005), chama atenção para este fator ressaltando que "são muitas as composições do século XX que apresentam texturas similares às da música tonal" (p. 47).

Em termos de densidade, considerando a verticalidade e quantidade dos elementos musicais simultâneos, destacam-se três passagens que coincidentemente aplicam os mesmos recursos texturais em momentos similares: os finais de cada movimento. Vejamos como exemplo os compassos finais do primeiro movimento:

Exemplo 1 - Final do primeiro movimento

Fonte: Produção do autor, baseado na partitura: VILLA-LOBOS, Heitor. O Martírio dos Insetos. Academia Brasileira de Música, 2003.

Nota-se que na *coda* do primeiro movimento**,** ao contrário de um final apoteótico e fortemente marcado, Villa-Lobos preferiu reduzir a quantidade de elementos cada vez mais até o último compasso, restando apenas duas notas diferentes em uma região médio-grave: os Dós em oitavas das cordas e o Sol do instrumento solista.

O exemplo demonstrado neste movimento sobre a textura (Exemplo 1) mantém certa relação de dependência entre as camadas, por isso ele possui uma relação mais direta com a primeira fase do que com a segunda. A passagem que pode demonstrar uma ligação mais específica com a segunda fase, está nos dois compassos iniciais do movimento, onde podemos observar várias camadas. Nestes compassos existe a sobreposição de dois materiais motívicos, notas longas, *clusters,* efeitos de trêmulos nos metais e na percussão mantendo um certo grau de independência entre estes diferentes elementos musicais.

6.3. GÊNEROS HARMÔNICOS EM *A CIGARRA NO INVERNO*

Diversos procedimentos harmônicos horizontais e verticais são aplicados em *O Martírio dos Insetos*. Tais procedimentos se enquadram ao que Parks (1989) chama de gêneros harmônicos. Parks classifica estes gêneros como simples e complexos. Os simples seriam grupos de alturas relacionados a apenas a um conjunto fechado de notas, já os complexos surgem a partir da interação de dois ou mais conjuntos simples.

Estes gêneros que Parks utilizou para tratar da obra Debussy, serviram como respaldo teórico para Moreira (2014) analisar obras de Villa-Lobos, observando as interações entre os gêneros em obras como as séries dos *Choros*. Os gêneros simples que utilizarei para descrever de algumas passagens específicas são formados por conjuntos de alturas de quatro formatos: diatônicos, tons-inteiros, octatônicos e cromáticos.

Como categoria dos gêneros harmônicos, o cromatismo foi considerado por Parks a partir da "necessidade de se lidar com aspectos coloristicos frequentes dentro da música de Debussy" (MOREIRA, 2014, p. 44). Ao abordar este gênero em Villa-Lobos, Moreira (2014) parte de dois focos: como processo ou como resultado.

> Como processo, pode operar a transformação de um gênero em outro, a criação de um gênero complexo (inserção gradual de notas 'estranhas') ou simplesmente adicionar elementos de natureza colorística os outros gêneros [...]. Como um resultado, a sonoridade cromática geral – a presença de 12 tons em determinado trecho – pode ser considerada, em Villa-Lobos, como um

> conteúdo de excesso fruto de sobreposição de conjuntos/gêneros harmônicos diferenciados [...]. (p. 45).

O uso do gênero cromático ocorre já no início de *A Cigarra no Inverno,* no material motívico *a* (Exemplo 2). Aqui ele não ocorre na forma complexa como Moreira (2014) demonstra no estudo de outras obras de Villa-Lobos, mas da forma simples, que Moreira ao citar Parks chama de "cromatismo 'puro'", que seria aquele "caracterizado pela movimentação única em segundas menores em graus conjuntos". (MOREIRA, 2014, p. 45).

Exemplo 2 - Anacruse do compasso 1 de *A Cigarra no Inverno*

Fonte: Produção do autor, baseado na partitura: VILLA-LOBOS, Heitor. *O Martírio dos Insetos.* Academia Brasileira de Música, 2003.

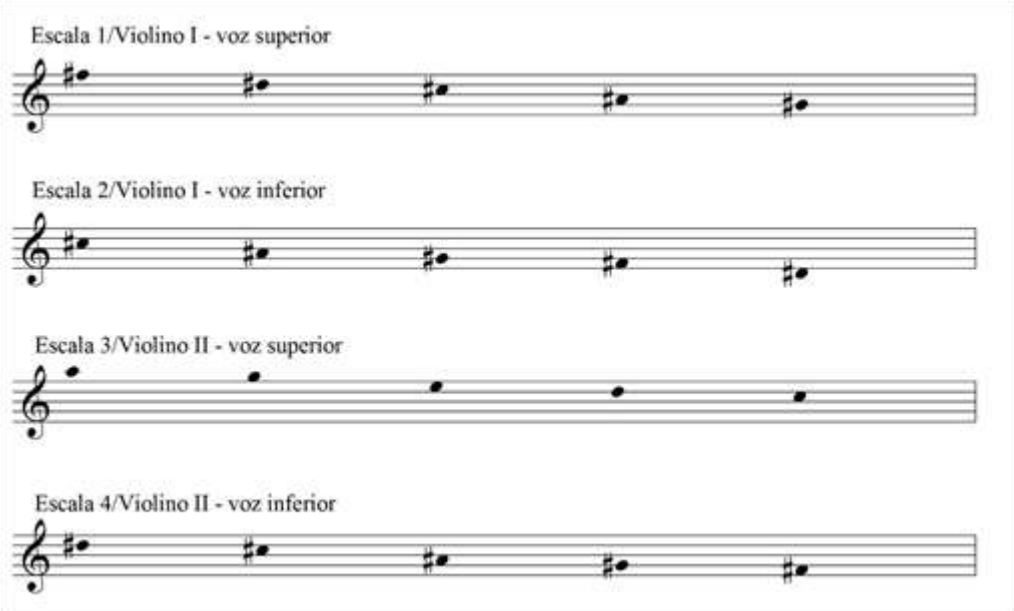
A transição da parte *A* para a parte *B* mostra-se muito rica em diversidades de materiais harmônicos. Um deles, muito marcante pela sua sonoridade, é a passagem dos compassos 8 a 10 e de 51 a 53 e escrita para violinos I e II. (Exemplo 3).

Exemplo 3 - Blocos harmônicos nos violinos nos compassos 8, 9 e 10

Fonte: Produção do autor, baseado na partitura: VILLA-LOBOS, Heitor. O Martírio dos Insetos. Academia Brasileira de Música, 2003.

A princípio percebe-se o empilhamento de quartas e quintas paralelas, uma sonoridade que já está intimamente relacionada a estética modernista. Porém se analisarmos a passagem com mais cuidado, percebemos que está construída com base no uso de escalas pentatônicas. (Figura 1).

Figura 1 - Escalas pentatônicas utilizadas nos compassos 8, 9 e 10 (enarmonizadas)



Fonte: Produção do autor, baseado na partitura: VILLA-LOBOS, Heitor. *O Martírio dos Insetos.* Academia Brasileira de Música, 2003.

As escalas 1, 2 e 4 são constituídas dos mesmos materiais, ou seja, mesmos conjuntos de notas – se pensarmos em um piano correspondem às escalas pentatônicas das teclas pretas - porém a escala 3 tem uma constituição diferente – teclas brancas. No violino I, as escalas utilizadas são construídas pelas mesmas notas, soando isoladamente consonantes. No violino II, são utilizadas duas escalas de materiais diferentes, soando isoladamente dissonantes. Se abordarmos as escalas de maneira individuais, estamos falando do gênero harmônico pentatônico. Para Moreira (2014):

> A coleção pentatônica possui uma importância diferenciada dentro da música de Villa-Lobos. Consideramos aqui pentatônica a escala de cinco sons que procede em segundas maiores e terças menores, sem intervalos de semitom, localizada como subconjunto da coleção diatônica, a chamada escala pentatônica anhemitônica. (p. 41)

É importante ressaltar que Parks (1989) enquadra as sequências pentatônicas dentro do gênero diatônico. Os gêneros diatônicos são aqueles originários dos modos eclesiásticos e todos os subconjuntos possíveis, entre eles as escalas maiores, menores e pentatônicas (MOREIRA, 2014, p. 37). Moreira (2014), apresenta uma descrição dos modelos pentatônicos a partir de 5 modos distintos, representados na Figura 2:

Figura 1 - Apresentação dos modos pentatônicos

Fonte: MOREIRA (2014, p. 42).

Considerando os modos pentatônicos apresentado por Moreira (2014), a escala usada na voz superior do violino I (compasso 8, 9 e 10) se enquadra no quarto modo, a voz inferior no segundo. Já no violino II, tanto a escala da voz superior quanto da inferior, surgem do primeiro modo pentatônico.

As quatro escalas juntas, soam dissonantes, devido à estranheza de materiais da escala 3 em relação ao grupo. A combinação de diferentes escalas pentatônicas, empilhadas em quartas e quintas paralelas descendentes, dão à passagem destacada uma sonoridade muito peculiar. Sem dúvida, o uso de gêneros pentatônicos mostram uma sonoridade muito comum em Villa-Lobos, devido ao "uso especial que o compositor dá a essa coleção". (MOREIRA, 2014, p. 39).

Os exemplos de gêneros harmônicos descritos aqui ressaltam a adoção dos modelos franceses que Villa-Lobos praticava em sua primeira fase, modelos representados, nestes casos, por Debussy. Porém, vimos que no Exemplo 3 aconteceu uma sobreposição de escalas pentatônicas, resultando em uma sonoridade que não lembra o gênero harmônico diatônico. Este caso, mantém uma relação com as características musicais da segunda fase criativa de Villa-Lobos.

6.4. ELEMENTO SURPRESA EM *A CIGARRA NO INVERNO*

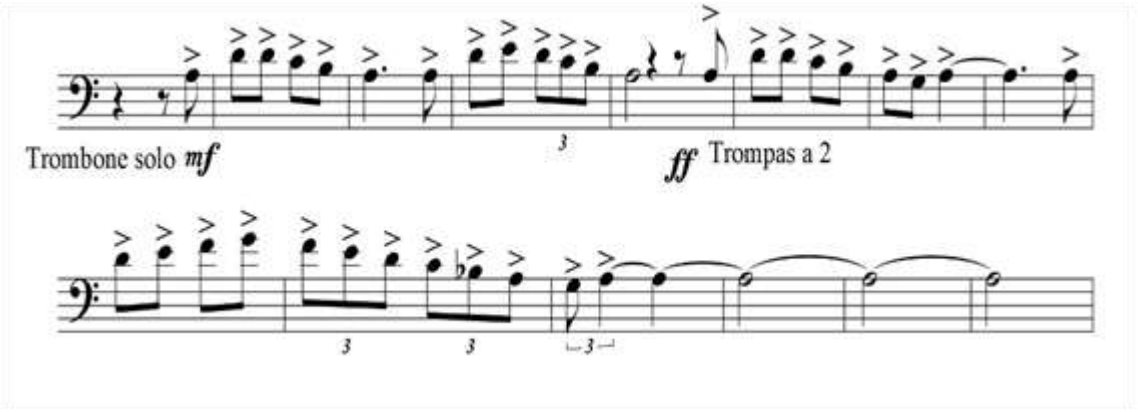
No primeiro movimento, a partir do compasso 28, um material temático surge inesperadamente e chama atenção devido às suas características que diferem dos demais procedimentos utilizados até então. Trata-se de um material de caráter marcial (Exemplo 4), que pode representar uma relação com a terceira fase do compositor.

Exemplo 4 - Passagem tonal dos compassos 28, 29 e 30.

Fonte: Produção do autor, baseado na partitura: VILLA-LOBOS, Heitor. *O Martírio dos Insetos.* Academia Brasileira de Música, 2003.

Ao ouvinte que esteja apreciando esta obra, ao chegar nesta passagem pode reconhecer uma sonoridade típica de Villa-Lobos. Isto se dá devido à recorrência deste tema em várias de suas composições. Um exemplo de obra onde podemos perceber este mesmo material temático de forma mais evidenciada é a partir do compasso 72 de *O Trenzinho do Caipira* das *Bachianas Brasileiras n. 2,* composta em 1930 (Exemplo 5).

Exemplo 5 - Tema do trombone no compasso 72 de *O Trenzinho do Caipira*



Fonte: Produção do autor baseada na partitura da obra. Partitura da obra disponível em: <http://imslp.org/wiki/Category:Villa-Lobos,_Heitor >. Acesso: 26 jul. 2015.

As *Bachianas Brasileiras n. 2* fazem parte de um conjunto das nove bachianas compostas entre 1930 e 1945, ou seja, na terceira fase criativa de Villa-Lobos. Para Arcanjo (2008), estas obras se "transformaram em um dos marcos do nosso nacionalismo musical, projetando Heitor Villa-Lobos (1887-1959) como um dos mais importantes compositores brasileiros." (p. 21).

Em 1951, já tendo passado pela experiência de trabalhar como supervisor e diretor da Educação Musical no Brasil durante o Estado Novo, Villa-Lobos utilizou um recurso parecido em outra obra: o *Concerto para violão e pequena orquestra.* A melodia em questão é uma "paráfrase" (RIEVERS, 2014,

p. 84) de Marcha Soldado (Exemplo 6). Este tipo de recurso trata-se de um intertexto (Cf. KLEIN 2005), entre o material da conhecida canção folclórica com o material temático analisado na obra para violão.

Exemplo 6 - Paráfrase de Marcha Soldado no Concerto para violão e pequena orquestra.

Fonte: Produção do autor baseada na partitura da obra. Partitura da obra disponível em: <http://imslp.org/wiki/Category:Villa-Lobos,_Heitor >. Acesso: 27 jul. 2015.

Lisboa (2005, p. 147) trata este tipo de procedimento composicional como referências extralinguísticas, tais como a "evocação de sons de clarins e de marchas, além da associação de brinquedos infantis a elementos militares (tambor, soldadinhos), acompanhados de onomatopeias e efeitos no discurso musical [...]". (LISBOA, 2005:147). O que reforça a ideia marcial no fragmento do compasso 28 é o acompanhamento marcial dos baixos e violoncelos:

Exemplo 7 - Acompanhamento marcial no compasso 28 de O Vagalume na Claridade.

Fonte: Produção do autor, baseado na partitura: VILLA-LOBOS, Heitor. *O Martírio dos Insetos.* Academia Brasileira de Música, 2003.

Os últimos exemplos tratados acima, remetem ao caráter nacionalista que era uma característica marcante da terceira fase composicional de Villa-Lobos. Porém, os mesmos exemplos demonstram uma intenção nacionalista do compositor já antes da década de 30, assim como outras obras anteriores a 1930 já apontavam, como por exemplo, *Uirapuru*. Portanto, o primeiro movimento de *O Martírio dos Insetos* possui características inerentes às três primeiras fases criativas de Villa-Lobos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido à similaridade de datações e características descritas por Salles (2009) , Peppercorn (1979) e Tacuchian (1988, 2001), constato que a obra de Villa-Lobos está dividida em quatro fases criativas. No entanto, devemos considerar que as fases criativas não são períodos fechados. Isto fica claro em muitas composições que fogem à regra, por exemplo, podemos notar o uso de materiais nacionalistas em Uirapuru (1917) e Amazonas (1917), escritas no que seria a transição da primeira para a segunda fase, mesmo que o nacionalismo seja ponto de maior destaque na terceira fase criativa de Villa-Lobos.

Tendo consciência destes detalhes, o propósito de dividir as composições de Villa-Lobos em fases pode servir para entender como sua obra se desenvolve no decorrer do tempo, além de facilitar o trabalho analítico de suas composições, quando abordadas de forma crítica e contextualizada. Este filtro pode ser útil para quem se depara com a desafiadora tarefa de analisar a vasta e complexa produção musical de Heitor Villa-Lobos.

Em relação ao movimento analisado neste trabalho, percebe-se que, apesar de estar cronologicamente localizado na segunda fase criativa de Villa-Lobos, *A Cigarra no Inverno* possui elementos musicais diretamente ligados as três primeiras fases criativas de Villa-Lobos. Isto reforça o argumento de que as fases criativas não são períodos fechados, sendo *A Cigarra no Inverno* um outro exemplo de composição que foge à regra em termos cronológicos.

REFERÊNCIAS:

ARCANJO, Loque. O ritmo da mistura e o compasso da história: o modernismo musical nas Bachianas Brasileiras de Heitor Villa-Lobos. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

ARCANJO, Loque. Os sons de uma nação imaginada: as identidades musicais de Heitor Villa-Lobos. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

ASSUMPÇÃO, Maurício Torres. A História do Brasil nas ruas de Paris. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

BÉHAGUE, Gerard. Villa-Lobos, the search of Brazilian soul. Austin: University of Texas at Austin, 1994.

DEUNÍZIO, Edmar. O Martírio dos Insetos (1917-1925) de Heitor Villa-Lobos: Análise e Fases Criativas do Compositor. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Música da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Florianópolis, 2016.

FAGERLANDE, Aloysio Moraes Rego. Trio (1921) para oboé, clarineta e fagote, de Heitor Villa-Lobos: Uma abordagem interpretativa. Opus, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 70-98, jun. 2010.

GUÉRIOS, Paulo Renato. Heitor Villa-Lobos e o ambiente artístico parisiense: convertendose em um músico brasileiro. In.: Mana 9(1):81-108, 2003.

KLEIN, Michael Leslie. Intertextuality in Western Art Music. Indiana University Press, 2005.

LESTER, Joel. Enfoques analíticos de la música del siglo XX. Trad. para o Espanhol: Alfredo Brotons Muñoz, Antonio Gómez Schneekloth. Ediciones AKAL, 2005.

LISBOA, A. C. Villa-Lobos e o canto orfeônico: Música, nacionalismo e ideal civilizador. 2005. Dissertação (mestrado em Música) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo.

MORAES, Eduardo Jardim. A Brasilidade modernista: sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. PAZ, Ermelinda Azevedo. Villa-Lobos e a Música Popular Brasileira: Uma visão sem preconceito. Rio de. Janeiro: Eletrobraz, 2004.

MOREIRA, Gabriel Ferrão. A construção da sonoridade modernista de Heitor Villa-Lobos por meio de processos harmônicos: um estudo sobre os Choros. Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Música. Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

PARKS, Richard. The Music of Claude Debussy. Composer of the Twentieth Century. Edition, illustrated. Publisher, Yale University Press, 1990.

PEPPERCORN, Lisa. The Fifteen Year Periods in Villa-Lobos's Life. Ibero-Amerikanisches Archiv 5/2 (1979): 179-197.

PEPPERCORN, Lisa Mary. Villa-Lobos: Collected Studies. Brookfield: Ashgate Pub., 1992.

PEPPERCORN, Lisa. Villa-Lobos: Biografia ilustrada do mais importante compositor brasileiro. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

PIEDADE, Acácio Tadeu de Camargo. Anotações sobre o Tristão no Fauno: dois prelúdios ao pós-tonal. In: Publicação do Simpósio de Pesquisa em Música – DEARTES/UFPR, 2007.

RIEVERS, Henrique. O nacionalismo brasileiro e o Estudo seresteiro de Carlos Alberto Pinto Fonseca. Belo Horizonte: Modus, , v. 09, n. 15, p. 81-102, nov. 2014.

SALLES, Paulo de Tarso. Villa-Lobos: processos composicionais. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

SILVA, José Ivo da. Fantasia em três movimentos em forma de chôros de Heitor Villa-Lobos: Análise e contextualização de seu último período. Dissertação de Mestrado. Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista – UNESP. São Paulo, 2008.

TACUCHIAN, Ricardo. Um Réquiem para Villa-Lobos. Brasiliana (v. 9). 2001, p. 16- 21.

TACUCHIAN, Ricardo. Villa-Lobos e Strawinsky in Revista do Brasil. (Ano 4, nº 1/88). Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Rio Arte/Fundação Rio, 1988, 100-7.

VILLA-LOBOS, Heitor. Guia prático: estudo folclórico musical. São Paulo: Irmãos Vitale, 1941.

PARTITURA

VILLA-LOBOS, Heitor. O Martírio dos Insetos. Academia Brasileira de Música, 2003.

conhecimentolivre.org/home
contato@conhecimentolivre.org
editoraconhecimentolivre

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:

UMA ABORDAGEM PLURALISTA

VOLUME XXVIII

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE